

UFSM

TURISMO RURAL REALMENTE RURAL –
RADIOGRAFIA DO TURISMO NO ESTADO
DE SÃO PAULO

**TURISMO RURAL REALMENTE RURAL –
RADIOGRAFIA CRÍTICA DO TURISMO NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Carlos Eduardo Oliveira Bovo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de
Concentração em Desenvolvimento Sustentável, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como
requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em
Extensão Rural.

PPGExR

Santa Maria, RS, Brasil

2004

2004

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**TURISMO RURAL REALMENTE RURAL –
RADIOGRAFIA CRÍTICA DO TURISMO RURAL
NO ESTADO DE SÃO PAULO**

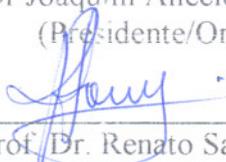
elaborada por
Carlos Eduardo Oliveira Bovo

Como requisito final para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

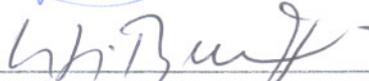
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dr Joaquim Anecio de Jesus Almeida
(Presidente/Orientador)



Prof. Dr. Renato Santos de Souza



Prof. Dr. Noeli Dutra Rossatto

Santa Maria, 26 de abril de 2004

Índice Geral

<i>Índice Geral</i>	<i>I</i>
<i>Índice de Gráficos</i>	<i>IV</i>
<i>Índice de Tabelas</i>	<i>V</i>
<i>Resumo</i>	<i>VI</i>
<i>Abstract</i>	<i>IV</i>
<i>1 - Introdução</i>	<i>1</i>
<i>1.1 – Ojetivo, hipotese e Justificativa.</i>	<i>1</i>
<i>1.2 - Considerações sobre procedimentos metodológicos</i>	<i>8</i>
<i>2 - Turismo Rural</i>	<i>10</i>
<i>2.1 - O turismo rural no Brasil</i>	<i>10</i>
<i>2.2 - O Rural do Turismo</i>	<i>13</i>
<i>2.3 - O Nosso Turismo Rural</i>	<i>24</i>
<i>3 -Turismo Rural e Desenvolvimento</i>	<i>33</i>
<i>3.1 - A manutenção do agricultor em sua terra pode ser uma opção rumo ao desenvolvimento</i>	<i>33</i>
<i>3.2 - Discussão sobre a constituição do conceito de desenvolvimento com base em suas dimensões (econômica, natural, e social)</i>	<i>34</i>
<i>3.2.1 - Dimensão econômica</i>	<i>34</i>
<i>3.2.2 - Dimensão ambiental</i>	<i>35</i>
<i>3.2.3 - Dimensão social</i>	<i>38</i>
<i>3.3 - Como o conceito de desenvolvimento é observado localmente</i>	<i>39</i>
<i>3.3.1 - Como o turismo rural pode ser um auxiliador e não um entrave para o desenvolvimento da localidade</i>	<i>44</i>
<i>3.3.1.1 - Estado</i>	<i>44</i>
<i>3.3.1.2 - População local</i>	<i>45</i>
<i>3.3.1.3 - Iniciativa privada</i>	<i>45</i>
<i>3.3.1.4 -Associações de Turismo Rural e/ou ONGs</i>	<i>45</i>

3.3.1.5 - Possíveis indicadores de desenvolvimento, identificados nas relações entre os sujeitos sociais no processo de inserção da atividade turística no meio rural	46
A) Pontos de ação e/ou relação dos atores sociais, que possibilitam a identificação de indicadores ligados à dimensão econômica	46
B) Pontos de ação e/ou relação dos atores sociais, que possibilitam a identificação de indicadores ligados à dimensão ambiental	47
C) Pontos de ação e/ou relação dos atores sociais, que possibilitam a identificação de indicadores ligados à dimensão social	48
3.4 - O papel da família e de sua propriedade neste modelo de desenvolvimento	49
3.5 - Turismo opção de melhoria da qualidade de vida do homem do campo.	57
4.0 - Aplicação da metodologia e resultados encontrados	60
4.1 - Mapeamento do Turismo Rural resultados encontrados	60
4.2 - Sustentabilidade propiciada pelo turismo nos estabelecimentos	77
4.2.1 - Resultados encontrados através da aplicação do questionário	79
4.2.2 Comentários gerais dos resultados encontrados	80
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
5.1 - A SITUAÇÃO DO TURISMO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	91
6 - BIBLIOGRAFIA	104
SEÇÃO DE ANEXOS	112
ANEXO 1	113
ANEXO 2	115
ANEXO 3	117
ANEXO 4	119
ANEXO 5	121
ANEXO 6	129

Índice de Gráficos

<i>Gráfico 1.1 - Estabelecimentos Apresentados como de Turismo Rural do Estado de São Paulo de acordo com a Associação a qual pertence</i>	63
<i>Gráfico 1.2 - Estabelecimentos Apresentados como de Turismo Rural do Estado de São Paulo de acordo com seus Atrativos</i>	64
<i>Gráfico 2.1 - Estabelecimentos de Turismo Rural do Estado de São Paulo de acordo com a Associação a qual pertence</i>	67
<i>Gráfico 2.2 - Estabelecimentos de Turismo Rural do Estado de São Paulo de Acordo com seus Atrativos.</i>	68

Índice de Tabelas

<i>Tabela 3.1 - Associações apresentadas como de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Rural</i>	<i>69</i>
<i>Tabela 3.2 - Associações apresentadas como de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Cultural</i>	<i>70</i>
<i>Tabela 3.3 - Associações apresentadas como de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Ambiental</i>	<i>71</i>
<i>Tabela 3.4 - Associações apresentadas como de Turismo Rural e a presença ou não de Outros Atrativos</i>	<i>72</i>
<i>Tabela 4.1 - Associações de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Rural</i>	<i>73</i>
<i>Tabela 4.2 - Associações de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Cultural</i>	<i>74</i>
<i>Tabela 4.3 - Associações de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Ambiental</i>	<i>75</i>
<i>Tabela 4.4 - Associações de Turismo Rural e a presença ou não de Outros Atrativos</i>	<i>76</i>

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

TURISMO E DESENVOLVIMENTO – A DIMENSÃO CULTURAL

Autor: Carlos Eduardo Oliveira Bovo

Orientador: Joaquim Anécio de Jesus Almeida

Data e local da Defesa: Santa Maria, 26 de abril de 2004

O tema deste trabalho é o turismo rural ou turismo em meio rural (área rural) e a pesquisa tem como preocupação central identificar o que é realmente esta modalidade turística. Além disso, pretende-se verificar se esta modalidade de turismo pode e está auxiliando no desenvolvimento local e de que maneira isto está acontecendo.

Assim, procuramos identificar as propriedades e verificar suas atividades, os serviços, os equipamentos e o processo de implantação, manutenção e expansão da modalidade no Estado de São Paulo, através das principais associações de turismo rural existentes e dos órgãos oficiais referentes a esta atividade, ou seja, montar um banco de dados sobre esta atividade no Estado de São Paulo na década de noventa – época em que a atividade apresentou um crescimento expressivo – destacando a participação dos sujeitos sociais e suas respectivas atribuições nestes empreendimentos.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

TURISMO E DESENVOLVIMENTO – A DIMENSÃO CULTURAL

Author: Carlos Eduardo Oliveira Bovo

Orientador: Joaquim Anécio de Jesus Almeida

Place and date of the Defense: Santa Maria, 3 de April de 2004

The subject of this work is the agricultural tourism or tourism in agricultural way (agricultural area) and the research has as central concern to identify what it is really this tourist modality. Moreover, it is intended to verify if this modality of tourism can and is assisting in the local development and how this is happening. Thus, we look for to identify the properties and to verify its activities, the services, the equipment and the process of implantation, maintenance and expansion of the modality in the State of São Paulo, through the main existing associations of agricultural tourism and of the referring official agencies to this activity, or either, to mount a data base on this activity in the State of São Paulo in the decade of ninety - time where the activity presented a expressivo growth - being detached the participation of the social citizens and its respective attributions in these enterprises.

1 – Introdução

1.1- Objetivo, hipótese e justificativa

O turismo rural não deve ser pensado nem como problema nem como solução; apenas como opção para melhoria de qualidade de vida no meio rural. O tema deste trabalho é o turismo rural ou turismo em meio rural (área rural) e a pesquisa tem como preocupação central identificar o que é realmente esta modalidade turística. Além disso, pretende-se verificar se esta modalidade de turismo pode e está auxiliando no desenvolvimento local e de que maneira isto está acontecendo.

Assim, procuraremos identificar as propriedades e verificar suas atividades, os serviços, os equipamentos e o processo de implantação, manutenção e expansão da modalidade no Estado de São Paulo, através das principais associações de turismo rural existentes e dos órgãos oficiais referentes a esta atividade, ou seja, montar um banco de dados sobre esta atividade no Estado de São Paulo na década de noventa – época em que a atividade apresentou um crescimento expressivo – destacando a participação dos sujeitos sociais e suas respectivas atribuições nestes empreendimentos.

Para tanto, faz-se necessário, antes, definir o que se entende por desenvolvimento local assim como estabelecer a definição mais adequada de turismo rural para o Brasil, pois estes conceitos podem possuir interpretações diferentes, de acordo com os contextos socioculturais.

Desenvolvimento, neste caso, deve ter uma significação mais ampla que a idéia de crescimento econômico e deverá significar, necessariamente, a valorização humana, a igualdade social, a distribuição da renda de forma equitativa, a conservação do ambiente natural, a valorização cultural, a participação da sociedade nas tomadas de decisões, além do crescimento econômico; tudo visando equacionar os problemas sociais e proporcionar uma organização social mais justa.

Já a definição de turismo rural, visto que esta atividade no Brasil é muito recente, coloca-se como uma tarefa nada fácil. A primeira experiência deste segmento no Brasil foi realizada em 1983, no município de Lages, no Estado de Santa Catarina,

com o objetivo de aproveitar a estrutura existente nas fazendas e estâncias da região para a prática turística.

Além do pouco tempo de desenvolvimento dessa atividade, existe dificuldade em relação à conceituação teórica. Segundo Tulik (2000: 137.), o que impossibilita a utilização de um conceito único sobre turismo rural, possível de ser adotado por todos os países, são as diversidades conceituais em relação às definições geográficas, culturais, econômicas e sociais refletidas diretamente sobre o conceito de turismo rural. Como estas definições servem de base para a formulação da conceituação, ela está sujeita a possuir uma infinidade de significações, variando de acordo com os fatores mencionados acima e impedindo a utilização de um conceito geral para todos os países.

As principais hipóteses apresentadas neste trabalho são geradas a partir da tentativa de compreensão do conceito turismo rural e pretendem questionar se a atividade turística, ao incorporar valor às atividades produtivas primárias, pode apresentar-se como uma alternativa para "revitalização"¹ do espaço rural, apresentando-se como opção para a manutenção ou a retomada do modelo de produção agrícola que não esteja necessariamente vinculado ao "modelo tradicional"².

Pretendemos, então, questionar se o turismo rural pode funcionar como um mecanismo para inserção competitiva de pequenas propriedades no mercado, incentivando e valorizando a policultura, garantindo a permanência da mão-de-obra em todas as etapas do processo produtivo, dinamizando a economia local, recuperando a auto-estima do homem do campo, valorizando a cultura rural, preservando o meio ambiente. Em outras palavras, estas questões constituem nossas hipóteses e objetivos que irão nos guiar neste trabalho.

De maneira geral, a opção pelo turismo rural pode propiciar a complementação da atividade econômica no meio rural, com o aumento na renda familiar e da redução dos problemas criados pela competição com os grandes produtores que, por sua vez, têm sua agricultura baseada no aumento da produtividade, através da redução de mão-de-obra e da mecanização do processo produtivo, seguindo um modelo de produção que acompanha as tendências do processo de globalização.

¹ Entende-se revitalização como sinônimo de desenvolvimento, de melhoria de qualidade de vida, isto através de uma nova via.

² Entende-se, como modelo tradicional, aquele estruturado com base na idéia de commodities, visando uma produção padronizada coordenada e direcionada pelo mercado.

No entanto, tal modelo de produção agrícola cria uma série de problemas, como o êxodo rural, o aumento da desigualdade social no campo, a descaracterização cultural, entre outros. Não estamos afirmando, contudo – é necessário destacar –, que o turismo rural deve necessariamente estar associado à atividade primária, pois acreditamos no turismo como ferramenta para revitalização e dinamização da economia no meio rural, enfatizando a importância da associação, direta ou indireta, com a atividade primária, o que não significa que exista a obrigatoriedade da presença desta atividade para a prática dessa modalidade turística.

O que esperamos que fique claro é que o turismo rural pode e deve fornecer alternativas para que o homem do campo possa continuar produzindo sem uma dependência tão forte do modelo de produção ditado pelo processo econômico dominante, mas esta não é a única nem a principal função dessa atividade, pois, como já dito, o principal papel do turismo rural é o de auxiliar na revitalização do meio rural.

É necessário compreender o papel do homem do campo perante o processo de globalização e as razões que justificam a inserção da atividade de turismo rural como opção de reverter este quadro. Porém antes de prosseguirmos, é interessante a compreensão do modelo econômico dominante, o qual dita as regras para todos os setores da economia, inclusive a agricultura. Por esse motivo, faz-se necessário entender qual o seu? Papel e suas opções frente ao crescente processo de globalização.

Segundo Ianni (1993:4.), "o processo de centralização do capital, em escala mundial, tem transformado as condições de vida e trabalho no campo." Tal transformação tem resultado em mudanças no estilo de vida e no modo como devemos nos localizar no mundo, sendo a urbanização, hoje, o referencial para estas mudanças.

Para compreendê-las, no entanto, precisamos entender a atual organização sócio-espacial, ou seja, faz-se necessário entender o espaço geográfico. Segundo Santos (1997:49;1999:18-26.), "espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação." E este é constituído pelas formas ou objetos geográficos que assumem funções impostas por uma estrutura que expressa as inter-relações entre as partes envolvidas em determinado tempo. Desta relação dinâmica e ilimitada, resultam diferentes organizações espaciais, em diferentes momentos, sobre diferentes territórios.

Portanto, o território deve ser analisado como território usado, visto como algo em processo de transformação constante, que comporta a oposição entre o vertical e

horizontal, entre mercado e Estado, entre uso econômico e uso social dos recursos. No quadro global em que estamos inseridos, há uma tendência a acreditar que a lógica da *verticalização* é a resposta para os problemas sociais e, portanto, o território deve ser desorganizado para atender a essa lógica. Assim, o Estado deixa de ser o poder maior sobre o território, passando este papel para as grandes empresas internacionais. Estas, por sua vez, deixam de controlar o território exclusivamente através do mercado e passam a controlá-lo também pela política o que tem efeito direto sobre a composição orgânica do território hoje.

"É que no território diminui o número de empregos propriamente agrícolas e, mais ainda, o número de empregos rurais. Isso pela mudança de composição orgânica da atividade agrícola e da vida do território. (...) O campo é o lugar do capital e não mais a cidade (...) A cidade é cada vez mais um intermediário, na produção direta, do processo técnico da produção, mas não do processo político." (SANTOS, 1998:23-24.)

A globalização oferece ao mundo a quebra de barreiras econômicas, transferindo o poder do Estado para o mercado, criando um processo de *verticalização*, que tem nas grandes multinacionais os centros de tomadas de decisões. Porém este processo produz resultados inesperados, como a extensão do urbano sobre o rural, processo apoiado na divisão do trabalho e que nos leva à oposição entre rural e urbano, pois existe, ao mesmo tempo, o processo de extensão e a submissão do rural às leis da globalização, já que, se não obedecer a estas, pode haver exclusão de participação na economia mundial.

Dessa maneira, o mercado impõe um processo de redução na solidariedade, pois hoje o rural desperta o interesse do urbano, principalmente no processo de transferência de tecnologia e fornecimento de serviços para o campo. Portanto, o saber local rural é o urbano, visto que o saber rural necessita atender às necessidades globais se quiser continuar a produzir e vender.

"No Brasil, por exemplo, a vontade de anular a nação é nítida, através da vontade de suprimir as solidariedades. Mas a nação se refugia na cidade. (...) O campo também, porque o campo hoje, sobretudo o campo dos mercados comuns, que é o campo onde há verdadeiras guerras agrícolas em torno de produtos, esse mundo rural também redescobre a necessidade de nação porque sem ela ele não pode subsistir. O mundo rural, se for deixado ao mercado global, ele será assassinado." (SANTOS, 1998:29.)

Desse quadro, surge a necessidade de renascer o contrato, "o contrato entre lugares", baseado no território e nos seus usos. Isto expressa a expectativa de vislumbrar uma alternativa a essa organização espacial, valorizando a territorialidade da região e a localidade em oposição a esse processo de globalização.

Portanto, nosso objetivo e hipótese, expostos no item anterior, são justificados, primeiramente, pela necessidade de encontrar opções viáveis para a preservação e o fortalecimento de um modelo de agricultura competitivo, porém menos dependente desse processo. Outro motivo é a necessidade de uma radiografia crítica da modalidade, para se ter a dimensão exata do turismo rural no Estado de São Paulo, sendo possível, com base nestes dados, desenvolver medidas objetivas para melhoria e ampliação dessa atividade.

A justificativa da utilização do turismo como ferramenta para viabilizar a revitalização do espaço rural está no fato de que o crescimento da atividade turística e sua forte influência na reorganização territorial despertam interesse e preocupação dos órgãos oficiais. Este crescimento é constatado nas estatísticas apresentadas pela Embratur, vinculadas às Secretarias Estaduais de Turismo. No Estado de São Paulo, estes dados são encontrados em duas pesquisas da Secretaria de Esporte e Turismo: *Pesquisa sobre a Demanda Turística Internacional e Pesquisa sobre a Demanda Turística Doméstica* de 1999.

Segundo Cruz (2001:7-76.) o crescimento de atividade turística é importante para a economia nacional, mas, ao mesmo tempo, cria problemas em outras áreas da sociedade. Com o objetivo de amenizar os problemas, o governo federal colocou em prática o *Plano Nacional de Turismo de 1996-1999*, para regulamentar a atividade e seu crescimento. Mas, no caso do turismo rural, só recentemente foi elaborado pela Embratur o *Programa Nacional de Turismo Rural* que, apesar de apresentar pontos importantes para a implantação e expansão dessa atividade, é restrito e não possui amparo legal.

Como toda atividade turística no país, o turismo rural apresentou, na última década, grande crescimento, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Segundo a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), estas regiões representam, respectivamente, 19,41% e 55,78% do total da atividade no país. O Estado de São Paulo possui cerca de 35,92% dos estabelecimentos que oferecem turismo rural na região Sudeste, o que representa 20,03% do total de estabelecimentos existentes no país. Entre os números apresentados pela ABRATURR, podemos destacar algumas informações importantes em relação ao tipo de mão-de-obra, ao tamanho da propriedade, ao tipo de produto voltado para o turista e às principais atrações oferecidas.

Em primeiro lugar, podemos verificar que a força de trabalho é composta essencialmente por mão-de-obra local, que representa 97% do total de mão de obra empregada, sendo 28% exclusivamente familiar. E ainda podemos destacar que cerca de 92% desse total é composto por mulheres. Isto nos fornece, a princípio, indícios que nos permitem constatar o forte caráter local desta atividade no fator emprego e, ainda, a inserção da mulher do campo nesta atividade.

É importante destacar o tamanho das propriedades que oferecem turismo rural: 43% são pequenas propriedades com até 50 hectares e 31% são médias propriedades com áreas entre 51 e 250 hectares. Isto representa outro fator importante para defesa de nossa hipótese, pois as propriedades que mais sofrem com o processo de globalização são exatamente as pequenas e médias, o que, segundo as estatísticas, representa 74% do total das propriedades que praticam esta atividade.

Em relação ao tipo de produção estimulada pelo e para o turista nas propriedades, a distribuição se dá da seguinte forma: 37% na produção de hortaliças, frutas e grãos, 58% na lida de animais, 28% na agroindústria artesanal e 75% comercialização de artesanato local. Esses números parecem indicar acréscimo na renda familiar, pois representam uma complementação da atividade produtiva ou, ainda, um redirecionamento de parte da produção para este novo mercado e, em ambos os casos, existe o ganho de valor agregado ao produto.

Por último, apresentamos as principais atrações oferecidas nestas propriedades: a gastronomia típica; água (rios, cachoeiras, lagos, piscinas, pesca e navegação); trilhas (campos, matas e montanhas); arquitetura histórica, folclore e música (talentos locais); lidas rurais (cavalgadas, manejo, ordenha, cultivo, colheita, etc.); recreação, jogos e outros esportes; folclore, cantigas de rodas e folguedos típicos, com temas de caráter religioso ou esotérico. Estas atividades são importantes na caracterização e identificação das propriedades prestadoras de turismo rural.

Ao mesmo tempo que estes números são otimistas pela perspectiva do aumento de entrada de divisas, produzem preocupações para o poder público estadual quanto à maneira pela qual se dá este crescimento. Por esse motivo, foi implantada, em outubro de 1998, a Câmara Setorial de Turismo Rural na Secretaria de Agricultura, em conjunto com a Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Seu alicerce possui três pilares estratégicos: o incremento na receita das propriedades rurais, a geração de empregos nessas áreas e a proteção do patrimônio histórico constituído pelas

propriedades. Para a efetivação desses objetivos, porém, é necessário que exista a regulamentação federal do turismo rural.

Na tentativa de manter o crescimento, sanar ou minimizar os problemas, os órgãos oficiais federais, por meio da Embratur, estão patrocinando, em conjunto com a iniciativa privada e outros setores da sociedade civil, a realização de congressos e oficinas, com intuito de redefinir tanto os conceitos como os processos de implantação, de conservação e de expansão do turismo rural.

Destas iniciativas, podemos destacar o 1º Congresso Internacional de Santa Maria, realizado em maio de 1998 no município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Ao seu término, foi elaborada a *Carta de Santa Maria* (anexo 1), a qual propõe que se façam parcerias entre as organizações governamentais e a iniciativa privada, no estabelecimento de políticas e diretrizes para o turismo rural. As propostas contidas na carta serviram de base para as discussões nacionais em oficinas e congressos.

A promoção desses eventos tem mostrado resultados positivos, como a Oficina Nacional de Turismo Rural realizada em Brasília entre os dias 02 e 04 de abril de 2001, na qual foi proposta a seguinte definição:

"Turismo rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a cultura rural e com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade."(EMBRATUR, 2001:4.)

Assim, limita-se o tipo de atividade pertencente ao turismo rural e este é associado à função de atividade complementar da agropecuária, o que nos leva à discussão proposta em nossa hipótese, ou seja, a inserção do turismo rural como alternativa para auxiliar na complementação da atividade econômica, propiciando o aumento da renda familiar, entre outros benefícios já mencionados. Esta definição e as medidas propostas na Oficina passam a funcionar como um divisor de águas, pois fornecem elementos para classificar os estabelecimentos de turismo rural como propiciadores do desenvolvimento local.

Com base nestes elementos e no conceito de desenvolvimento local, é possível estabelecer critérios para verificação dos estabelecimentos que proporcionam o desenvolvimento da localidade. Do cruzamento entre essas informações e as

encontradas³ na Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), na Associação Brasileira de Turismo Rural (ABTR), na Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas (ATRCF), na Associação de Turismo Rural de Ribeirão Preto e Região (ATURP), na Associação de Turismo Rural Natureza Café com Leite (ANCL), na Associação de Turismo Rural do Circuito das Águas (ATRCAR), na Associação de Turismo Rural do Médio Tietê (ASTUR) e no Guia de Turismo Rural da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo (GTR-SETSP), será possível concluir o mapa da atividade no Estado, servindo este, então, de base para verificação e comprovação de nossas hipóteses.

Após esta breve apresentação das razões e das justificativas que nos levaram a optar pelo estudo deste tema e da constatação da importância da inserção do turismo rural como ferramenta para auxiliar na (re)vitalização do espaço rural, propomos, no próximo capítulo, a discussão sobre os conceitos de turismo rural e desenvolvimento.

1.2 Considerações sobre procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada para confirmação de nossa hipótese foi estruturada a partir de levantamentos bibliográficos nos quais procuramos estabelecer definições ou conceitos que nos possibilitassem propor indicadores que servissem para identificarmos, num primeiro momento, quais são os estabelecimentos que ofertam a modalidade de turismo rural no Estado de São Paulo, isto é, que realmente se enquadram nesta categoria. Num segundo momento, buscou-se verificar se estes estabelecimentos estão auxiliando no desenvolvimento local.

Para demonstrar nossa proposta, primeiramente foi necessário desenvolvermos a discussão sobre o que se entende por turismo rural no Brasil, procurando estabelecer um conceito que fosse abrangente e, ao mesmo tempo, restringisse esta modalidade dentro de suas especificidades, possibilitando, assim, o estabelecimento de legislações para sua proteção e seu controle, além de incentivar a criação de linhas de financiamento e crédito para este setor, estimulando sua melhoria e ampliação.

³ Como a existência conjunta de atividade agrícola e turística; proteção de mata nativa, flora e fauna; comercialização de artesanatos e manufaturas produzidos na região etc.

Após definirmos e verificarmos o que é e como esta modalidade turística apresenta-se no Estado, propomos realização de um estudo sobre o conceito de desenvolvimento, partindo de suas teorias, passando pela construção de um conceito geral, seguindo para um conceito local e terminando na sustentabilidade da unidade de produção. Este ponto de nosso levantamento teórico é o que nos forneceu os indicadores para verificação da eficiência da atividade de turismo rural como elemento auxiliador do processo de desenvolvimento local, pois é a partir do grau de sustentabilidade apresentado por estes estabelecimentos e a relação entre os diversos atores sociais que poderemos confirmar ou rejeitar nossa hipótese.

Por fim, o que tentaremos encontrar em nossa metodologia são elementos empíricos que confirmem nossas hipóteses teóricas e que possam, então, efetivamente validar este estudo, o qual pode servir de base inicial para se pensar na importância da modalidade de turismo rural no Estado de São Paulo, principalmente no auxílio ao mundo rural. Nosso trabalho não pretende demonstrar a inexistência de problemas nas unidades de produção que praticam o turismo rural, nem que este seja a "salvação da lavoura", mas sim a existência de um grande potencial nesta atividade que, bem utilizada, pode ser muito eficiente para o setor agrícola.

Utilizamos as seguintes ferramentas metodológicas neste trabalho: vasta bibliografia sobre o assunto discutido na pesquisa; pesquisas na Internet; bancos de dados das associações pesquisadas; Guia de Turismo Rural da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo; Folders das associações e dos estabelecimentos cadastrados; questionário para verificação de indicadores de sustentabilidade e desenvolvimento local; programa para elaboração de mapas; programa para elaboração de gráficos e tabelas; consultas na Internet.

2 - Turismo Rural

2.1 - Turismo rural no Brasil

Para uma primeira aproximação do que vem a ser turismo rural, é necessário observar algumas definições sobre o espaço rural (área rural). No Brasil, utiliza-se a definição adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

"Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda área situada fora desses limites." (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1996: XXV.)

Quando comparamos esta definição com a adotada por outros países, verificamos conceituações que podem ter um sentido completamente diferente da definição brasileira. Estas diferenças são destacadas no trabalho de Portuguez (1998:232) em relação aos países europeus. Segundo ele, a Itália e a França definem espaço rural com base em zonas com pequenos núcleos populacionais, onde existe uma certa contraposição entre espaço rural e citadino, incluindo as áreas montanhosas. Na Gran Bretanha e Irlanda, a definição é baseada na oposição campo - cidade, na qual cidade é toda aglomeração humana independente do tamanho ou de sua população absoluta. Já em Portugal e na Grécia, campo é sinônimo de áreas com vocação para atividades agrárias.

Através desses exemplos, fica clara a diversidade conceitual encontrada nos diversos países e a inviabilidade de se adotar um conceito único para turismo rural. Entretanto, isso não nos impede de analisar e utilizar certas definições adotadas por outros países na elaboração desse conceito, desde que tenhamos o cuidado de analisar a validade dessas definições no contexto brasileiro.

Outro ponto importante a ser considerado no Brasil é a falta de uma legislação específica para esta atividade. Segundo FURQUIM e ISHIY (2001: 263-268), não existe uma legislação que defina o que é e quais são as atividades do turismo rural, deixando este setor à mercê de legislações que não respeitam suas especificidades,

como é o caso das leis agrárias e das leis tributárias, entre outras, que, ao invés de auxiliar, acabam atravancando a sua implantação e seu desenvolvimento.

Para este setor, o que possuímos como documento é a publicação do *Manual Operacional de Turismo Rural*, elaborado pela Embratur, em 1994, com o propósito de fornecer base para a implantação e o desenvolvimento dessa modalidade turística no país. Segundo Silva, Vilarinho e Dale (2000:56-57.), o objetivo deste manual era de apresentar e sugerir às pessoas que estivessem interessadas em ingressar nesta atividade, alguns modelos de funcionamento e gestão sobre o que se entendia como turismo rural, porém, de maneira nenhuma isto deveria ser visto como uma política definida para esta modalidade turística.

Este manual deixa uma série de questões sem respostas satisfatórias, entre estas, a própria definição de turismo rural adotada pela Embratur: "Turismo rural tem um conceito múltiplo - um turismo diferente, turismo de interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde. É o turismo "do país", um turismo concebido por e com habitantes desse "País", um turismo que respeita a sua identidade, um turismo da zona rural em todas as formas." (EMBRATUR, 1994:07)

É visível, nesta definição, a adoção de um conceito muito abrangente e impreciso, pois engloba diversas modalidades turísticas, sem especificar quais atividades, serviços e equipamentos dessas modalidades podem ser utilizados pelo turismo rural sem descaracterizá-lo. Esta indefinição pode ser considerada reflexo da falta de legislação específica para o setor, o que dificulta a realização de estudos científicos, que ficam inviáveis, ou muito difíceis de serem realizados com base na definição da Embratur.

Segundo os autores mencionados anteriormente, os dados da Associação Brasileira de Turismo (ABRATURR) indicam um crescimento desordenado dessa atividade, outra consequência da falta de uma legislação específica que estabeleça bases para a elaboração de políticas e programas para o seu desenvolvimento; fato este que tem produzido uma série de dificuldades como, por exemplo, enquadrar a mão-de-obra envolvida nesta atividade como trabalhadores rurais ou prestadores de serviços.

Outro problema criado pela falta de regras legais refere-se à especialização das fazendas na prática de atividades turísticas e hoteleiras, deixando de lado as atividades agrárias e pecuárias, o que resulta na descaracterização cultural que envolve o processo

produtivo, além dos problemas econômicos e sociais gerados a partir dessa mudança no sistema de geração de renda.

O problema é constatado na Política Nacional de Turismo, na qual são apontados 23 programas, dos quais apenas três destacam pontos relacionados ao turismo em espaço rural. São eles: Programa Nacional de Ecoturismo, Programa Nacional de Municipalização do Turismo e Programa Nacional de Pesca Amadora. Estes apresentam vários pontos de interesse para o turismo em área rural, contidos nos seguintes tópicos: a preocupação com a sustentabilidade da localidade⁴, através da preservação e utilização consciente dos recursos naturais; a participação da população local na tomada de decisões sobre o desenvolvimento da localidade e a descentralização na elaboração e na tomada de decisões sobre programas específicos para cada local/região. Apesar da possibilidade de adotar estes programas para o turismo rural, fica clara a insuficiência desses no atendimento de todas as demandas dessa modalidade, sendo necessária a criação de programas específicos para responder a estas demandas, os quais, conseqüentemente, necessitam de uma legislação específica.

Em síntese, estas são as principais dificuldades para definir o que é turismo rural. Então, partindo da necessidade de se ter um conceito que nos forneça base para a realização da análise proposta neste trabalho, iremos analisar e discutir algumas definições existentes no Brasil e em outros países, procurando identificar a que melhor responda às necessidades de nosso trabalho. Isto não impede a utilização de definições usadas por autores diferentes para definir pontos específicos do turismo rural, isto é, não fica descartada a utilização de mais de um conceito, desde que um sirva como complementação para o outro, e que o resultado final atenda a nosso objetivo.

Portanto, como foi colocado na introdução deste capítulo, é necessário, antes de tudo, possuir uma visão ampla do conceito de rural para então realizarmos a interpretação sobre as definições de turismo rural e, assim, podermos identificar o turismo rural que é praticado no Brasil.

⁴ Local, localidade e região são utilizados em nosso trabalho com o sentido de espaço proposto por SANTOS (1994a:111): "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" -

2.2 - O Rural do Turismo

O rural é elemento de estudo de diversas áreas do conhecimento científico, as quais buscam compreender o significado deste tema para construir conceitos que correspondam à realidade deste meio, às suas relações internas e externas, às suas necessidades. Em nosso trabalho, iremos desenvolver a construção do conceito de rural através da sociologia, mas não descartando elementos importantes pertencentes a outras áreas.

Nossa escolha é justificada pela grande discussão existente dentro dessa área, em que se contesta a existência de uma sociologia rural, pois acredita-se que esta está perdendo a sua razão de ser, visto que o rural está deixando de existir devido ao processo de modernização. Deste ponto de discordância, surgem várias correntes, a favor e contra esta idéia. Todas, porém, centralizando a discussão no fim ou não do rural. Assim sendo, teremos possibilidade de obter elementos para a fundamentação de um conceito mais amplo do rural.

Podemos iniciar nossa discussão pela seguinte colocação de Martins(1978:11-32.):

"O rural é produto necessário de um modo de construir a realidade social; construir no nível do entendimento que se pode ter sobre essa mesma realidade numa determinada formação social, como a capitalista. É o ponto de partida, mas não pode ser, ao mesmo tempo, o ponto de chegada." (1978:37.)

Portanto, segundo o autor, para a compreensão da sociologia rural, devemos supor que o rural é construído a partir de condições e circunstâncias sociais, as quais propiciam a construção de uma realidade pelo menos no âmbito sociológico. Esta construção é fruto de um estilo de pensamento, que reproduz o modo de vida - entendido como agrupamento social que estabelece relações internas peculiares.

Como exemplo disso, podemos observar o modo de vida capitalista e os modos de vida periféricos que coexistem ao longo da história. Este modo de vida periférico pode ser relacionado com o passado pré-capitalista da sociedade, o que cria o confronto entre o racionalismo capitalista e o conservadorismo pré-capitalista, correspondendo a dois estilos de pensamento distintos e irredutíveis. O modo de vida periférico é expresso no nível do pensamento por intermédio das categorias intelectuais e dos critérios de raciocínio de nossa sociedade. Neste caso, a sociedade capitalista é a que possui o modo de vida dominante.

Esta lógica reafirma a existência do rural, possibilitando ao autor propor alguns elementos que, segundo ele, podem caracterizar esse meio. Entre estes, podemos citar: a ligação do rural às atividades primárias - a maior parte da população do campo desenvolve trabalhos nesta área; as características ambientais - existência de uma preponderância da natureza sobre o trabalho do homem do campo, o que não ocorre nas cidades onde a natureza é quase completamente dominada; o fator demográfico - menor densidade de habitantes nas áreas rurais; o fato das populações rurais possuírem uma maior homogeneidade em relação às populações urbanas, em termos das características psicossociais, o que é originário de cada grupo de populações e, por fim, o fator mobilidade social, que pode ser visto de duas maneiras: pela perspectiva horizontal ou pela vertical, sendo a vertical possuidora de duas vias (pode ser ascendente ou descendente, pois, apesar do grande número de pessoas que migram do campo para as cidades, não existe nenhuma profissão em que o número de filhos que seguem a profissão do país, seja maior que a agricultura).

Além disso, as sociedades rurais possuem a característica de transferência do lugar que a pessoa ocupa, isto é, o lugar que o pai ocupa é passado para os filhos, o que determina um baixo índice de mobilidade dentro da sociedade. Contudo, é importante destacar que o autor aponta e reconhece as críticas feitas sobre alguns destes critérios, como é o caso da rigidez da mobilidade ocupacional no campo, defendida como fator que auxilia na homogeneidade do campo, mas que acaba se tornando um entrave para própria manutenção do rural, pois as trocas de profissões favorecem as trocas de relações entre cidade-campo, fator essencial para manutenção do último.

Ainda é importante destacar que esta discussão acaba propondo a idéia de *continuum*, porém não suprime o princípio da polarização em tipos. Este *continuum* não inibe a existência de descontinuidades, tanto dentro da sociedade rural como urbana. Porém o rural sofre grande influência urbana na sua construção, sendo, contudo, delimitado pelo meio ambiente⁵. Assim, o rural apresenta-se como sinônimo de rural natural, lógica que o torna anormal em relação ao conjunto da sociedade, visto que está vinculado diretamente ao natural. Esta visão é definida pela perspectiva do urbano, que procura transformar o social em sinônimo seu.

⁵ Este visto como coisa alheia à interferência da produção humana, isto é, como dimensão causal desta.

Já segundo Jollivet (1998:5-25), a discussão sobre a existência da sociologia rural pode ser analisada a partir de três pontos de vista, a saber: a posição da sociologia rural em relação à sociologia geral; a posição da sociologia em relações a outras ciências que estudam o espaço rural; o histórico dessa sociologia. Porém, o que é importante ressaltar, em relação a estas três linhas, é que o meio rural é um campo de atuação de todas as ciências sociais devido à sua característica multidisciplinar.

Portanto, segundo este enfoque, os estudos sobre o rural e suas novas ruralidades exigem uma análise mais ampla, que abarque todas as especificidades existentes neste meio. Neste caso, a sociologia rural não pode se limitar à sociologia da agricultura, mas sim ser definida pelo seu campo de estudo, que são as sociedades rurais.

Por este motivo, devemos pensar o rural no nível das sociedades locais, onde transformações radicais conduzem os municípios a assumirem novas funções, que atendam suas necessidades, propiciando, assim, recomposições espaciais as quais dão origem a novas solidariedades territoriais, criando novos territórios rurais. Isso conseqüentemente gera novos conflitos e novas problemáticas, que criam laços simbólicos que propiciam a formação de uma identidade social e que se alteram de acordo com as transformações das relações sociais – expressas no tipo de profissão, na condição social, no grau de cidadania, entre outras mudanças.

Assim, percebemos que estas sociedades são partes de um todo, ou seja, de uma sociedade global, e têm suas transformações vinculadas a esta, porém, são livres na escolha do caminho a ser seguido para atingir os objetivos propostos pelas mudanças, que devem respeitar a identidade destas sociedades.

Neto (1997:19-22.), seguindo esta lógica, defende que o conceito de rural passa a ganhar novas dimensões além da fornecida pelo processo produtivo. Entre elas, a noção de território, as questões ambientais e as possibilidades turísticas e recreativas. Estas mudanças no enfoque do rural forçam alterações epistemológicas na sociologia rural, que passa a ter múltiplas especialidades: sociologia do território, sociologia do ambiente, sociologia das migrações, entre outras.

A sociologia rural, desde sua origem, tem visão bipolar, na qual a estratégia é a integração do rural na moderna sociedade de consumo e produção, criando um novo espaço entre o rural e o urbano. Este é resultado de uma ampliação cultural e econômica, proposta sobre o urbano e o rural, que procura a equiparação entre dois espaços e acaba forçando uma maior descaracterização do rural, visto que a

modernização é facilmente assimilada pelo urbano, que possui sua constituição baseada neste processo. Esta, porém, lógica caminharia para a descaracterização total do campo.

A descaracterização é criticada em estudos de inspiração marxista e neo-chayanovianos, que acreditam na existência de uma lógica produtiva diferenciada no meio rural, a lógica campesina. Porém, o que se faz hoje em torno do conceito do rural ganhou um novo enfoque, não sendo analisado exclusivamente no âmbito da produção agrícola, mas sim através das transformações do espaço agrário, que incorporou outras funções: a de local residencial, a turística, a recreativa, entre outras. Portanto, a análise é realizada com base nas transformações territoriais.

Assim sendo, o espaço rural não pode ser visto como um tipo ideal, pois não é uma noção estatística e orgânica, que independe dos processos mentais dos atores sociais da agricultura, que os condiciona a uma forma de vida social. O que se busca hoje é um conceito estruturado nas novas ruralidades, que não esteja preso a um espaço geográfico delimitado, mas sim que seja construído dentro de uma concepção ampla de territorialidade. Esta concepção de território está fundamentada na conexão entre a dimensão territorial e a dimensão sociorrelacional, sobretudo na relação social do tipo comunitário.

Através dos vínculos entre identidade e participação sócio-territorial, é possível se pensar a ruralidade, desde que esta relação seja vista como ligação ao território em oposição ao sentido da mobilidade e fluidez territorial característica da vida moderna. As mudanças sociais na agricultura nada mais são do que uma rápida entrada de energias e informações em direção à dimensão territorial da convivência humana e, desse processo, nasce a noção de comunidade ecológica, pertencente a uma ordem biótica distinta da ordem cultural em que se processam as relações simbólicas entres os homens.

Ainda nesta linha de discussão, Carneiro (1998:53-73.) utiliza uma outra abordagem para justificar a existência do rural, partindo do mesmo princípio de que este é um espaço que possui uma identidade social e que esta está em um processo de constante transformação. Segundo ela:

"O rural e o urbano corresponderiam, portanto, a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações diversas de acordo com o universo simbólico a que estão referidas. A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social - conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo - que orienta praticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo

de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial." (Carneiro, 1998:73.)

Em outras palavras, isto significa que as mudanças de relações sociais e de trabalho no campo têm propiciado transformações no conceito de rural e de urbano, pois estruturam estas definições no valor simbólico dado a partir de representações sociais. Em muitas regiões, estas representações são distintas, socialmente e culturalmente, o que acaba aproximando-as, porém isto não quer dizer que exista um processo de homogeneização do urbano em relação ao rural. Mas, à medida que a modernização do campo é estruturada com base no modo de produção urbano-industrial, criam-se novas expressões do rural, que ocorrem dentro de uma lógica diferenciada, na qual são respeitadas suas diferenças culturais, sociais e econômicas.

Essas afirmações nos possibilitam compreender o porquê da existência de múltiplos conceitos de rural, os quais são frutos da crise do modelo produtivista, construído a partir das limitações do campo na assimilação dos processos modernizadores da agricultura e pelas tradições culturais, que favoreceram o surgimento da pluriatividade.

Desse modo, não é possível ignorarmos a existência de um espaço *continuum*, que nada mais é que uma mistura entre os espaços rural e urbano, que ocorre através da ampliação dos dois espaços, um sobre o outro, o que, entretanto, não significa o fim de nenhum dos dois espaços. Pelo contrário, possibilita maior capacidade de adaptação em relação ao processo de modernização, o que acaba reforçando suas identidades locais, no sentido de território culturalmente construído. Neste caso, o espaço físico do território é utilizado como referência, mas não como um determinante de caracterização desse espaço, pois o que realmente o caracteriza é o grau das relações sociais que ocorrem: quanto mais forte for esta relação, maior será a identidade deste grupo, reproduzida deste para gerações futuras.

Assim, cria-se a idéia de memória coletiva, que passa de geração para geração reafirmando a identidade local, que possui como marco de referência a paisagem⁶. As mudanças que ocorrem são feitas através de uma relação de troca entre os atores de cada espaço, podendo assimilar ou rejeitar alterações. O que delimita esta aceitação ou rejeição são as identidades desses grupos e é por esse motivo que o grau de troca varia

⁶ Rios, morros, montanhas, árvores, etc.

de localidade pra localidade, pois cada um possui mecanismo de leitura e de triagem para determinar quais trocas podem atender suas necessidades. É importante destacar que este processo ocorre tanto na direção da cidade para o campo como no sentido contrário.

Por fim, devemos nos debruçar sobre a abordagem proposta por Wanderley (2000: 96-107.), na qual a autora faz uma discussão do tema apoiando-se num apanhado de conceitos desenvolvidos ao longo da história. De todos os enfoques e conceitos, é possível deduzir que, hoje, o meio rural, através de influências internas e externas, ganhou outros contornos, não buscando mais a oposição em relação às cidades, mas trabalhando com a idéia de complementaridade visando o benefício coletivo. Esta mudança é impulsionada pelo processo de descentralização econômica, no qual há a valorização do local e suas especificidades, relativizando a exigência exclusiva de relação com o espaço urbano.

Esta modernização do rural força mudanças que aproximam o campo da cidade e que são expressas por seu caráter político que pode apresentar-se nas seguintes dimensões: econômica – através da facilitação dos meios de comunicação e transporte; social – através dos ganhos de direitos trabalhistas, como a aposentadoria – e regional – através da busca pelo desenvolvimento local.

Todos estes fatores favorecem a manutenção da população no campo, pois possibilitam a interação desses dois espaços, respeitando suas especificidades; desmistificando a idéia do urbano como referência de desenvolvimento a ser atingida pelo rural. É necessário, porém, considerar que o rural defendido nesta proposta é composto por múltiplas faces, diferente daquele vinculado exclusivamente à agricultura. E esta grande vitalidade encontrada nas localidades rurais vem de encontro à falta de opção apresentada pelo urbano.

Este processo de revalorização do rural acaba acarretando choques entre os grupos sociais que já estão no rural e os grupos que entram no mesmo. Podemos apontar três categorias de confrontos: tipo de atividade produtiva; perda da função produtiva em detrimento da habitação, tanto para moradia como para lazer (segunda residência) e idéia de preservação ambiental mesmo em detrimento da atividade produtiva. É importante ressaltar, neste ponto, a necessidade da participação de todos os atores na discussão sobre a construção desse novo rural, pois estes pontos de conflito são justamente causados por visões diferentes de uma mesma problemática, perspectiva que

aponta o meio rural como ponto de encontro de pessoas e grupos de diferentes origens, ocorrendo integração ou confronto.

Desta problemática, surgem diferentes visões desse mundo, das quais podemos citar a endogâmica e a visão "real country person x city person". A primeira privilegia uma visão de pessoas que têm sua origem nestas localidades, ao passo que a segunda observa, sob as duas perspectivas, um mesmo objeto. Estas visões tendem a criar um espaço *continuum* entre o rural e urbano.

Para Wanderley (2000:107-110.), a discussão resulta em tipologias nas quais procura-se definir tipos específicos tanto para o rural como para o urbano. Estas definições ganham destaque no nível administrativo, pois existe a necessidade de estabelecer mecanismos de definição sobre o que é rural, para aplicação de políticas e programas específicos para este espaço.

A necessidade de definição do rural gera uma série de conceitos, o que pode ser constatado nas "definições propostas nos países que compõem a Comunidade Européia". Podemos encontrar alguns pontos comuns nestas, como, por exemplo, a presença de núcleos de pequenas aglomerações com identidade comum e a forte presença de paisagens naturais.

Outros critérios para a conceituação do rural são extraídos como referência ao espaço *continuum*. Neste caso, temos: a fraca densidade populacional; a menor parte do trabalho assalariado no conjunto de atividades rurais; a predominância de empresas pequenas; a predominância de habitat individual e a importância da paisagem. Portanto, o espaço rural pode ser agrícola ou não agrícola, sendo capaz de assimilar características modernas mantendo a identidade local.

A priori, as tipologias dos espaços rurais buscam identificar a dinâmica interna e externa desses espaços, com o intuito de estabelecer mecanismos para diferenciar estas regiões para, através disso, facilitar os programas de desenvolvimento para estas regiões. Entre os pontos levantados como relevantes no processo de identificação da dinâmica interna, podemos citar a inserção no espaço (ambiente) rural, os usos e funções que predominam no local e os potenciais de sustentação para sociedades modernas desse local. Em relação à dinâmica externa, esta nada mais é que resultado da inserção dos aglomerados rurais em espaços mais amplos, predominantemente urbanos ou rurais: quando próximos das cidades, são classificados como periurbanos e, mais afastados, são classificados de rural profundo ou remoto. Entretanto, é necessário

lembrar que, em ambos os casos, são espaços rurais. E mesmo as aglomerações, neste caso, são simplesmente pólos centralizadores locais, que servem para auxiliar no renascimento de um novo rural.

Este conceito, segundo Wanderley (2000:129-134.), pode ser construído apoiado em três pilares: o demográfico, morfológico e o cultural. O primeiro é justificado através da inversão dos fluxos, isto é, hoje existe uma valorização da moradia no campo por parte das pessoas da cidade, pois relacionam este ao ideal de tranquilidade e o espaço urbano fica relacionado ao ambiente agitado do trabalho. No caso da argumentação pela via morfológica, desenvolve-se a idéia da ausência de uma homogeneização socioespacial e a de que os espaços rurais se mantêm na dinâmica da evolução das sociedades globais. Por fim, a respeito da cultura, a idéia de uma homogeneização cultural é contestável por dois motivos. Primeiramente porque o consumo rural com base na ostentação é diferente do urbano e depois porque a expansão da mídia reafirma as diferenças ao invés de homogeneizá-las.

Portanto, estas visões reafirmam que o fim das sociedades rurais tradicionais não significa o fim do rural, só reforça a necessidade de observar por outra ótica as novas expressões que surgem desse rural, o que só é possível a partir da recomposição do objeto, repensando esta realidade no contexto em que ela se apresenta.

Devemos pensar o rural como segmento da sociedade e não como uma sociedade distinta. Em outras palavras, devemos observar este espaço de maneira singular. O que reforça esta argumentação é o fato de, apesar da agricultura tradicional perder a importância que possuía antes da industrialização, o espaço rural, ao contrário, vem ganhando importância não mais exclusivamente pelo setor primário, mas através do setor terciário, expresso principalmente pelos serviços. Isto reafirmado pelo interesse do meio urbano pelo imaginário do rural.

Assim, as representações dos espaços rurais e urbanos nos possibilitam identificar, através de diferentes fatores, o processo de construção do rural. Entre estes fatores, podemos citar a identidade social e os direitos e posições sociais de indivíduos e grupos em ambos os espaços. Desse modo, é possível entender as transformações desse espaço em relação à sociedade global, onde o rural passa a ser visto como categoria de pensamento do mundo social, que pode ser, ao mesmo tempo, político-ideológica e transacional, possibilitando-nos uma análise que visualize referências temporais e espaciais.

Portanto, só é possível se pensar o rural através das diferenças que este possui em relação ao urbano, sabendo, entretanto, que estes conceitos são construídos dialeticamente em relação aos grupos e às instituições, o que fornece sentido a estas diferenças existentes, através de ações políticas, além de criar e revelar outras, às quais são atribuídos novos sentidos.

A categoria rural ganha importância no momento em que passa a ser vista como suporte de um imaginário e de práticas de relocalização, pois seu caráter pluriativo sustenta, de certa forma, um processo constante de deslocalização, o qual é percebido nas disputas entre localidades, tornando, estas, atores em uma série de jogos sóciopolíticos. Nesta perspectiva, o espaço rural é constituído das referências do passado, das heranças, dos valores profundos e da sociabilidade convivial, características que fazem com que a ele caiba a função de resistir ao processo de deslocalização.

No caso do meio ambiente, ele entra, ao mesmo tempo, como referência do espaço rural e como fator de valorização desse espaço pelo urbano através da responsabilidade de preservação. Conseqüentemente, há uma reconstrução do rural, na qual as atividades desse espaço são redirecionadas para este objetivo de interesse comum. A habitação e o trabalho são outros fatores a serem considerados neste processo de reconstrução do espaço rural, já que, somados ao meio ambiente, não se contrapõem às questões rurais e agrárias clássicas, mas as redirecionam.

Outra concepção do rural é a criação de identidades a partir da idéia da relação de espaços rurais e citadinos, os quais estão em constante metamorfose, o que explica as inter-relações entre suas identidades e alteridades. Para comprovar este processo, devemos identificar, ao longo do tempo, os fatores que permaneceram e os que se transformaram.

Num primeiro momento, constata-se que existem diferenças sociais e simbólicas, o que significa que ambos, os espaços rurais e citadinos, formam dois universos descontínuos, mas preservados, apesar das trocas recíprocas. O que se busca neste momento é uma paridade, a manifestar-se no plano das identificações e reivindicações na vida cotidiana, na qual o rural se torna um ator coletivo, construído num espaço físico e inserido num campo de trocas sociais.

Para melhor compreensão, devemos analisar dois eixos. O primeiro estruturado na construção dos sentidos, no qual o rural é observado em dois focos: a partir dele

mesmo, isto é, como o rural vê a si mesmo e a partir do ponto de vista do urbano. O segundo eixo é estruturado nos recursos do meio. E os dois eixos em questão possibilitam o fenômeno de observação do localizado e do deslocalizado, isto é, mesmo o indivíduo que não está localizado no meio possui algum tipo de identificação e pode participar da construção do rural.

Através dos conceitos propostos nas discussões acima, é possível destacar pontos semelhantes nas argumentações dos autores, o que facilita a construção de um conceito mais amplo, que permita compreender a multiplicidade de faces do rural. Podemos destacar alguns pontos importantes presentes nestes conceitos, como a presença do meio ambiente, aqui compreendido como a natureza. Este elemento é defendido pelos autores como determinante na diferenciação do rural em relação ao urbano, pois atua como um limitador do processo de modernização no campo, o que ocorre de acordo com o valor atribuído a este, o qual não pode ser determinado de forma geral, pois depende da sociedade que o avalia, sociedade esta que pode ser tanto rural como urbana.

Um ponto importante a ser destacado, em relação à natureza, é a capacidade que permite diferenciar o meio rural do urbano, através do grau de dominação e subjugação impostos por ambos os meios, pois, no caso citadino, a natureza é totalmente dominada o que não costuma ocorrer no meio rural, onde a natureza está presente e atua junto deste, exercendo forte influência.

Outro elemento de vital importância na construção do conceito de rural é a identidade social. Em nosso caso, esta ganha importância quando expressa a identidade local através de relações sociais que constroem uma memória coletiva, a qual é reproduzida de geração para geração. Este processo reafirma os direitos e posições sociais dos indivíduos e dos grupos pertencentes a estes espaços. O espaço geográfico entra como referência física desta identidade. Portanto, a identidade social serve como um filtro para as mudanças, isto é, as transformações apresentadas pelo processo de modernização à sociedade global são aplicadas a sociedades locais, as quais realizam sua avaliação de acordo com a identidade local, possibilitando, assim, a assimilação de mudanças, mas de maneira que não interfiram na coesão social.

Esta capacidade é que fornece alguns elementos para caracterizar tanto as sociedades rurais como as urbanas, pois, ao longo do tempo, preservam sua essência, porém, realizando mudanças. Isto significa que tanto o conceito de rural como o de

urbano não são estáticos nem orgânicos, mas sim frutos de processos mentais dos atores sociais, que os condicionam ao seu modo de vida.

O modo de vida é outro elemento importante na caracterização do rural, pois está ligado diretamente à identidade local. No caso do rural, podemos pensar em dois enfoques. O primeiro é relacionado ao processo produtivo: vincula-se ao modo de vida num primeiro momento, a atividades primárias e, posteriormente, à crise do modelo produtivista, quando o rural passa a assumir múltiplas facetas, ganhando importância principalmente pela atividade terciária. Esse fato que gera uma nova valorização do rural, da qual resultam problemas, pois há um choque entre as populações locais e as populações externas, principalmente em relação ao tipo de atividade produtiva e à preservação ambiental. O segundo enfoque está relacionado ao modo de vida vinculado à cultura, que pode ser expressa pelas tradições, festas, culinária, cotidiano tranqüilo. A baixa densidade demográfica e a presença de habitats dispersos também são características do modo de vida rural, assim como outros fatores, como a baixa mobilidade profissional, já que o lugar do pai é passado para o filho, o trabalho no meio natural, as pequenas empresas, a menor quantidade de trabalho assalariado, entre outros fatores.

Portanto, nosso conceito de rural é estruturado nos pilares natureza, identidade local e modo de vida. E eles nos possibilitaram identificar as localidades através de suas dinâmicas internas e externas, verificando a inserção no espaço rural, os usos e funções que predominam nestes locais, além de analisar a inserção destes aglomerados em espaços mais amplos.

Assim, podemos propor como definição de rural, em nosso trabalho, o seguinte conceito: o espaço rural é essencialmente o conjunto dinâmico de três elementos – o modo de vida, a identidade local e a natureza – e pode ser caracterizado por um espaço onde exista uma presença significativa da natureza e que a atividade produtiva esteja vinculada diretamente, indiretamente ou em equilíbrio com o meio natural, tendo predomínio a atividade produtiva primária, mas sendo possível a existência de atividades secundárias e terciárias. No caso das secundárias, estas devem ser expressas em sua maioria na forma de pequenas manufaturas, vinculadas à atividade primária. Quanto ao setor terciário, este deve estar associado à natureza ou ao setor primário, de forma mais ampla ao modo de vida expresso por esse setor.

Quando nos referimos ao modo de vida expresso por este setor, estamos associando-o a uma vida cotidiana menos agitada que a existente nos grandes aglomerados urbanos, o que, no caso rural, é fruto de uma baixa densidade demográfica expressa em habitações bem esparsas dentro de um espaço físico. Todavia, isto não significa que não existam pequenos aglomerados, aqui considerados centros de atração regional, onde ocorrem as trocas entre os atores.

Outro fator importante na caracterização desse modo de vida é a baixa mobilidade profissional, isto é, a profissão dos pais é passada para os filhos. Contudo, devido à dinâmica atual das sociedades, este processo hereditário é flexível, pois é inviável a manutenção de todos os membros da família na atividade primária. O que existe hoje para as famílias que permanecem no campo é a possibilidade de um trabalho parcial nesta atividade, dividindo seu tempo entre a atividade primária e outras que podem ou não estar ligadas a esta. Ou seja, parte da população rural reproduz a atividade dos pais e outra parte estabelece um vínculo com esta atividade por meio de outro setor. Essa ligação está representada na arrecadação de fundos em outro setor para investir na atividade primária ou em atividades de outros setores que agregam valor à atividade primária.

Outros elementos que podem caracterizar o espaço rural são expressões de identidade local preservadas ao longo do tempo, a saber: as festas típicas e religiosas; o tipo de arquitetura; a culinária local; as tradições; as histórias populares; entre outras expressões.

Portanto, o rural, em nosso trabalho, se resume ao conjunto desses três elementos, que podem ser expressos por diversas características ligadas a estes três eixos centrais.

2.3 - O Nosso Turismo Rural

A diversidade de classificações existentes que podem, inclusive, variar de acordo com cada país, dificulta ainda mais a determinação do conceito de turismo rural. Segundo TULIK (2000:138-139.), que busca sistematizar as diversas expressões do

turismo rural adotadas em diferentes países por diversos autores, temos as seguintes classificações para o turismo rural: turismo verde, praticado em áreas que sofreram pouca interferência do homem, possibilitando, assim, aos turistas, a oportunidade de aproveitar a natureza, a cultura e o modo de produção da sociedade (as áreas que possuem a prática desta atividade também são conhecidas como estações verdes, pois recebem incentivos para preservar a natureza); turismo campestre, que ganhou destaque na França, onde é praticado em pequenas propriedades familiares ou pequenos hotéis e consiste na valorização da cultura camponesa; turismo de habitação, modalidade muito praticada em Portugal e, como o próprio nome já diz, está vinculada ao patrimônio arquitetônico dos solares e outras edificações (nesta atividade também se valoriza o contato com os usos e costumes da população local e com a natureza); turismo de retorno, praticado por pessoas que saíram do campo por motivos diversos, porém retornam a este nos finais de semanas e nas férias com intuito de descansar, visitar parentes e amigos (surgido na Espanha por causa do aumento do êxodo rural resultante da industrialização, mas utilizado também pela Argentina); turismo de estância, modalidade tipicamente praticada na Argentina e caracterizada pelo alojamento em construções senhoriais de grandes estabelecimentos agropecuários, onde o turista pode participar da lida diária, e que - fato interessante - propiciou o desenvolvimento do setor de hotelaria, já que é baixo o número de vagas⁷ para hospedagem ofertadas pelas fazendas; turismo de granja, o qual ocorre principalmente na Europa, nos Estados Unidos da América, na Nova Zelândia, na África do Sul e no Uruguai, consistindo na convivência de famílias de proprietários rurais com turistas e na participação destes nas atividades cotidianas durante um período de férias; turismo naturalista, vinculado ao contato do turista com a natureza, na forma de interação deste com o meio, visando minimizar o impacto do turista sobre a natureza e, ao mesmo tempo, conscientizá-lo da importância da preservação ambiental; e agroturismo⁸, modalidade nascida na Itália na

⁷ No máximo doze vagas.

⁸ O agroturismo pode ser caracterizado pelos seguintes pontos: alojamento em propriedades rurais integrado à moradia do proprietário, ou em apartamentos individuais remodelados ou construídos para este fim; alimentação baseada na cozinha tradicional do lugar e elaborada com produtos locais; eventual oferecimento de atividades alternativas de lazer e recreação no entorno da propriedade; caracterizado

década de 60, tendo ganhado destaque no mundo inteiro, e que consiste no conjunto de relações humanas decorrentes da presença do turista pelo seu aproveitamento e desfrute do ambiente, seus valores naturais, culturais e socioprodutivos.

Analisando o trabalho e as conclusões tiradas pela autora, podemos confirmar nossa suposição: a da existência de uma diversidade de conceitos; desde os que adotam uma definição abrangente em relação ao turismo rural, atribuindo a ele toda modalidade turística praticada em espaço rural, até as conceituações mais específicas, que estabelecem a necessidade de atividades, serviços e equipamentos para caracterizarem o turismo como pertencente a essa modalidade.

TULIK (2000) ainda destaca dois elementos que, de certo modo, estão presentes na maioria dos conceitos: os alojamentos e a organização produtiva rural ou processo produtivo em áreas rurais. Podemos entender como alojamentos, neste caso específico, propriedades localizadas em áreas rurais que têm como finalidade receber ou alojar turistas, vinculando, assim, o alojamento ao espaço rural. O outro fator são os elementos das organizações produtivas rurais. Neste caso, a atividade turística estaria vinculada a elementos que compõem o processo produtivo nas áreas rurais, isto é, o atrativo oferecido para o turista seria o processo produtivo em si, somado às lidas diárias do campo.

Isto nos coloca diante de um perfil básico do turismo rural, composto pelo espaço físico, aqui expresso nos alojamentos situados em áreas rurais e pelo modo de vida do agricultor, aqui expresso em seu processo produtivo e suas lidas diárias. Este perfil deve ser levado em conta para análise de outros conceitos e na escolha ou na formulação da definição que utilizaremos em nosso trabalho.

Benevides (2000:36) procura delimitar o turismo rural em relação ao ecológico, um ponto importante a ser levantado, dada a confusão conceitual entre estas duas modalidades de turismo. Segundo ele, a confusão se dá a princípio por ambos serem praticados em espaço rural e, num segundo momento, pela possibilidade de uma delas utilizar, em sua prática, atividades, serviços e equipamentos pertencentes à outra modalidade, isto é, o turismo rural pode utilizar elementos do turismo ecológico e vice-versa. O autor propõe que a diferenciação seja estabelecida a partir do principal atrativo

como um modelo de turismo difuso, em pequena escala, não congestionado, com aproveitamento máximo dos recursos existentes." (TULIK, 2000:138-139.)

ofertado pela modalidade, isto é, o produto que caracteriza a modalidade turística como ecológica ou como rural.

Assim, temos no turismo ecológico a natureza como principal atrativo, ou, do ponto de vista econômico, o produto central da modalidade associa a idéia do contato do homem com a natureza, feito, porém, através da transferência da infra-estrutura urbana para a localidade, propiciando o isolamento do turista em relação à sociedade local. Já no turismo rural, há uma valorização maior da comunidade local e do seu modo de vida, dos seus costumes, dos seus valores. Neste caso, a natureza é vista como atrativo secundário, que auxilia na constituição da paisagem. É interessante destacar uma outra diferença importante entre estas duas modalidades: a existência de legislação e programas governamentais para o turismo ecológico (ecoturismo).

Devido à afinidade existente entre estas duas modalidades, muitos pontos da Política Nacional de Ecoturismo acabam atendendo demandas do turismo rural. Nota-se claramente isso nas *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo*, realizada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM), com apoio do núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAN) da UNICAMP e elaborada a partir das *Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo*. Isto não resolve um dos principais problemas do turismo rural, só enfatiza sua fragilidade legal e o desrespeito por suas especificidades.

A diferenciação, portanto, nos fornece algumas informações preciosas para identificar o turismo rural, pois através do atrativo central, das atividades, dos serviços e dos equipamentos, podemos identificar qual é o provável tipo de modalidade turística.

No conceito proposto por Silva, Vilarinho e Dale (2000:23), existe a preocupação em diferenciar o turismo em espaço rural do turismo rural, para o que os autores partem do elemento comum entre as duas modalidades: o espaço rural. Neste espaço, citam três categorias distintas de turismo: o agroturismo, o turismo rural e o turismo em áreas rurais. O agroturismo estaria contido no turismo rural que, por sua vez, estaria contido no turismo em áreas rurais. Portanto, o que diferencia o turismo rural dessas modalidades são os elementos que compõem a oferta e a questão da distribuição dos rendimentos gerados pela modalidade.

Segundo Campanhola e Silva (2000:148.), o turismo rural é definido, então, como atividade que se apresenta no interior das propriedades rurais, proporcionando "um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais

existentes nas propriedades rurais (a paisagem, o ar puro, etc.), praticada pelos familiares dos agricultores e, eventualmente, por mão-de-obra externa, sendo realizada no tempo que sobra da atividade principal da propriedade.

A adoção deste conceito exclui algumas atividades, serviços e equipamentos que, por suas características, podem ser classificados como pertencentes ao turismo rural e, portanto, não é a definição mais completa para o conceito. Porém, é importante na defesa de nossa hipótese, pois esta definição oferece elementos importantes na busca pelo desenvolvimento local.

Seguindo em nossa busca para encontrar um conceito que seja mais operacional, podemos citar Rodrigues, para quem:

"O turismo rural estaria correlacionado à atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural, diferenciando-se das áreas cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, relativo a ecossistemas ricos em biodiversidade." (2000:54.)

Segundo a autora, esta modalidade é determinada através da relação entre local (propriedade) e modo de vida agrário, sendo que o modo de vida agrário fornece elementos para caracterização do local. A autora prossegue com a classificação interna da modalidade através de dois critérios: o primeiro está associado à definição na qual a mesma determina a necessidade do local possuir características nitidamente rurais, produto de atividades presentes ou passadas; o outro está associado ao tempo cronológico, isto é, se estas práticas aconteceram no passado ou se acontecem hoje.

A definição proposta pela autora possibilita agrupar, ao mesmo tempo, um grande número de atividades, serviços e equipamentos no interior do conceito, desde que estes sejam restritos a uma modalidade específica.

Considerando os conceitos de turismo rural descritos até o momento, é possível identificar as interpretações existentes e agrupá-las de acordo com suas afinidades conceituais para, através disso, identificar ou formular o conceito que melhor defina a modalidade. Para tal, partimos de um elemento comum a todos os conceitos: o espaço rural. Em relação a isso, os conceitos dividem-se em dois grandes grupos: um defende uma conceituação abrangente, que tem como base a prática da multiplicidade de modalidades turísticas e o outro tem como oferta o modo de vida rural.

O segundo grupo possui a especificidade que o diferencia de outras modalidades turísticas, mas que pode ser expressa de diferentes maneiras. Alguns autores preferem

adotar a necessidade da relação entre a modalidade turística e atividades ligadas ao modo de produção rural, às lidas do campo, aos alojamentos nos estabelecimentos rurais etc; vinculando isto à necessidade de existência de processo produtivo na propriedade e possibilitando a interação entre o produtor rural e o turista. Outros pregam que a modalidade pode ser praticada tanto neste sistema como em propriedades onde o processo produtivo esteja desativado, mas com a ressalva de que tenha existido e deixado elementos que caracterizam o local como essencialmente rural. Alguns conceitos ainda acrescentam aos anteriores a possibilidade de que nestes locais exista a prática de atividades ligadas a outras modalidades turísticas, desde que sejam utilizadas como atrativos, e não o descaracterize.

Essa prévia classificação conceitual sobre turismo rural nos aproxima, num primeiro momento, do grupo que defende a relação entre espaço rural e modo de vida no campo; tendo como referência o espaço rural permanente⁹, excluindo atividades ligadas indiretamente ao turismo rural, como é o caso de eventos¹⁰, isto é, estes são excluídos como referência física de turismo rural por serem flutuantes e esporádicos. No entanto, isto não significa de maneira nenhuma a inviabilidade da existência desses eventos, desde que eles estejam inseridos num espaço físico permanente, sendo, então, ofertados como um atrativo a mais, e não como referência de turismo rural.

Tendo em vista tal definição, faz-se necessário identificar os tipos de atividades, serviços e equipamentos pertencentes a esta modalidade, para viabilizar a proposta deste trabalho, pois, com base no conceito e nos elementos que o compõem, será possível identificar os locais que praticam turismo rural e, a partir disso, verificar se estão ou não propiciando o desenvolvimento local.

Esta identificação é feita num segundo momento, utilizando como referência a classificação proposta por Rodrigues (2000:61-67.), sendo agregada, a esta, outras atividades não desenvolvidas pela autora. Assim, temos o turismo rural dividido em dois grandes grupos: o turismo rural tradicional e o turismo rural contemporâneo; ambos relacionados ao patrimônio cultural.

O turismo rural tradicional divide-se em turismo rural de origem agrícola e de colonização européia. O de origem agrícola é estruturado através da história da

⁹ A propriedade que pode ser expressa pelas fazendas, hotéis, chácaras, campings, etc.

¹⁰ Shows, rodeios, festas típicas, etc.

exploração agrária durante os ciclos do café, açúcar, ouro, etc. A hospedagem é feita nas sedes das antigas fazendas, onde são oferecidos diversos serviços e atividades ligadas ou não ao modo de vida no campo, não sendo necessária a existência de produção agrícola na propriedade. Já o de colonização européia é associado à história da imigração para o Brasil e pode ser praticado em fazendas com instalações suntuosas ou em pequenas propriedades. Geralmente, estas propriedades são produtivas e o turismo é uma atividade complementar. Tem como atrativo principal o modo de vida no campo, porém com traços da colonização européia, tendo destaque a culinária e as pequenas manufaturas.

O turismo rural contemporâneo surge como alternativa ao modelo “sol e praia”, mas de maneira diferente do tradicional, pois está ligado ao modo de vida e cultura do campo por outros elementos que não a história. São exemplos disso: os hotéis-fazenda, as pousadas rurais, os spas rurais, a segunda residência campestre e os campings rurais.

Os hotéis-fazenda e as pousadas rurais, de modo geral, estão ligados à cultura e modo de vida no campo através da valorização da culinária local, do folclore, das atividades propostas, que podem ou não estar associadas às lidas do campo. Não existe processo produtivo em seu interior, o turismo é a principal atividade. As diferenças entre estes dois estabelecimentos estão na sofisticação, já que o primeiro apresenta um alto grau de requinte e o segundo é mais rústico.

Quanto aos campings e os spas rurais, só podem ser colocados como pertencentes ao turismo rural quando se apresentarem em um local com características rurais ou quando suas atividades estiverem relacionadas à cultura e ao modo de vida do campo.

A segunda residência campestre também é apresentada como pertencente ao turismo rural contemporâneo, mas este caso merece um estudo mais detalhado, pois pode ou não ser classificada como atividade de turismo rural. Primeiro, é necessário saber o que é segunda residência. Para Sanchez:

"... residência secundária é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar. (1985:111.)"

Esta definição leva em consideração a propriedade e a sua utilização para o turismo, não interessando se esta é alugada, arrendada, ou se é só usada para o lazer do proprietário ou de familiares e amigos do proprietário.

Como a segunda residência campestre está associada ao espaço rural, é necessário ter a definição de espaço rural para poder diferenciar este tipo de segunda residência. No Brasil, o conceito utilizado é o do IBGE. Segundo TULIK (1998:204-205), a segunda residência campestre representa uma porcentagem importante dos alojamentos em áreas rurais, daí a necessidade de entender melhor este caso. Estas podem pertencer ao turismo rural, desde que as mesmas não descaracterizem o local, preservando a cultura e o modo de vida rural, podendo existir ou não práticas agrícolas e pecuárias em seu interior.

Apesar dessa possibilidade, não abordaremos este tipo de estabelecimento em nossa análise, devido ao pequeno número de estudos sobre este tipo de estabelecimento e pela grande complexibilidade do tema. Sendo assim, devemos citar a existência e importância deste tipo de atividade de turismo rural, porém descartar sua utilização em nosso trabalho pelos motivos já citados.

Uma categoria significativa que desponta hoje dentro do turismo rural e pode ser enquadrada como turismo rural contemporâneo são os pescueiros com hospedagens. Segundo Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo(2001), em seu guia de pescueiros com hospedagem, há um grande número de estabelecimentos, situados em espaço rural, que desenvolvem a piscicultura associada ao setor terciário, através do pesque-pague, pesca esportiva, entre outras modalidades.

Após as discussões desenvolvidas neste capítulo, é possível construir uma visão mais clara sobre o turismo rural, na qual este é estruturado em um espaço rural, que é o conjunto entre a natureza, a identidade local e o modo de vida no campo. Quando esta modalidade turística é estruturada neste espaço e possui como atrativo central a busca pelo modo de vida no campo, podemos dizer que isto é o turismo rural; porém devemos considerar que este modo de vida para o turista é a reprodução de uma identidade local vista pela sua ótica, isto é, o rural para ele é o rural construído com base nas informações que ele possui. Neste caso, ele procura no turismo rural seu imaginário de rural e, assim sendo, as propriedades que oferecem este tipo de atividade devem estar em sintonia com a imagem que o mundo urbano possui do rural, para realizar as transformações que atendam estas necessidades sem descaracterizar a identidade local.

Através desse conceito e utilizando a classificação que divide o turismo rural em tradicional e contemporâneo, somando algumas atividades mencionadas anteriormente, será possível construir o mapa desta modalidade dentro do Estado de São Paulo.A

segunda parte do nosso trabalho, porém, é verificar se esta atividade pode e vem auxiliando no desenvolvimento das localidades onde está sendo praticada e, para isto, é necessário esclarecer o que se entende por desenvolvimento local, o que será feito no próximo capítulo.

3 -Turismo Rural e Desenvolvimento

3.1 - A manutenção do agricultor em sua terra pode ser uma opção rumo ao desenvolvimento

A preocupação neste capítulo é delimitar as dimensões para o conceito de desenvolvimento e, através delas, levantar indicadores que possibilitem identificar os indícios de desenvolvimento apresentados pelas famílias que praticam a atividade de turismo rural no Estado de São Paulo e sua relação com outros atores sociais.

Primeiramente, realizaremos a discussão sobre o conceito de desenvolvimento a partir das óticas econômica, ambiental e social, procurando identificar as oscilações de valores apresentadas por cada dimensão ao longo da história, o que significa que verificaremos qual a importância destas dimensões em diferentes conceitos apresentados sobre desenvolvimento e, a partir disso, formularemos nossa proposta para este conceito.

Tendo formulado nossa definição de desenvolvimento, procuraremos observá-la sob a ótica local, o que significa trazer a discussão para a localidade, pois é neste espaço que podemos verificar de maneira mais clara qual o papel de cada ator social na busca pelo desenvolvimento. Assim, realizaremos a discussão tendo como base quatro atores: o Estado, a Iniciativa Privada, a Sociedade Civil e as Associações de Turismo Rural (ou ONGs que executam este papel). Além disso, procuraremos identificar qual o papel da família e da propriedade para o sucesso do modelo de desenvolvimento em questão, observando, nestes, possíveis indicadores desse desenvolvimento.

Através dessas informações, objetivamos facilitar a compreensão sobre o conceito de desenvolvimento, além de formular indicadores sobre este tema, que serão utilizados na verificação da existência de indícios de que a atividade de turismo rural pode estar auxiliando na construção do modelo de desenvolvimento proposto neste capítulo.

3.2 - Discussão sobre a constituição do conceito de desenvolvimento com base em suas dimensões econômica, natural e social

Para facilitar a compreensão do conceito de desenvolvimento, iremos desenvolver de forma isolada cada uma de suas dimensões, iniciando pela dimensão econômica no item 3.2.1, seguida pela dimensão natural no item 3.2.2 e finalizando pela dimensão social no item 3.2.3. Depois, concluiremos esta discussão através da associação entre estas dimensões no item 3.2.4.

3.2.1 - Dimensão econômica

Segundo Boisier (2000:151-154.), o conceito de desenvolvimento foi e é marcado pela dimensão econômica, isto é, pelo crescimento econômico. Primeiro pela visão clássica apoiada em Smith, Ricardo e Marx e, posteriormente, pela visão neoliberal sustentada nas teorias de Marshall, Walras, Pareto, Pigou, entre outros..

Todavia, este conceito foi acrescido por teorias que adicionam outros elementos a sua composição, como é o caso da proposta por Dudley Seers, que acredita na modernização social como elemento resultante e essencial do processo de desenvolvimento, o qual tem como resultado uma maior participação popular nos rumos deste processo na sociedade. Esta proposta é composta basicamente por três pressupostos básicos, a saber: condição alimentar para toda sociedade, acesso ao emprego e igualdade social (entendida como equidade de direitos e deveres).

Mais recentemente, esta visão foi enriquecida por idéias de Amartya Sen, Mahubub ul Hq, Richard Jolly, entre outros, que acrescentaram o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) como referência para o estabelecimento do nível de desenvolvimento, o que possibilitou medir de maneira mais ampla as desigualdades existentes entre os países e no interior desses, dando outras dimensões ao conceito. O IDH é estruturado em três indicadores básicos: qualidade de vida, expectativa de vida e nível de conhecimento; elementos que, por sua vez, possuem múltiplas subdivisões, como saúde, educação, disponibilidade de recursos financeiros, etc.

Apesar da inserção destes novos elementos ao conceito de desenvolvimento, ainda é atribuída à questão econômica um valor superior às outras dimensões, pois estes modelos defendem como argumentação central o crescimento econômico apoiado no

avanço científico e tecnológico e os resultados obtidos a partir desse crescimento como solução para os problemas sociais.

Através dessas teorias, é possível identificar a existência do predomínio da dimensão econômica na construção de modelos de desenvolvimento ao longo da história. No entanto, citamos apenas algumas das principais teorias de desenvolvimento, dando preferência às que evidenciam de maneira clara a questão econômica. Para Becker e Miranda (1997:310-313.) tal escolha se justifica pelo fato destas influenciarem os programas de desenvolvimento em diversos países do mundo, o que não impede que, nos últimos anos, esta posição venha sendo questionada por seus resultados, que têm causado dificuldades de redistribuição de recursos a nível mundial, clientelismo e crise do estado do bem estar social.

3.2.2 - Dimensão ambiental

Desses questionamentos, tem início a busca por um modelo de desenvolvimento apoiado na sustentabilidade das relações entre sociedade e natureza em todos os níveis. Busca que começa, na prática, com a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1972, que realiza a discussão em torno da ótica dos custos e rendimentos, seguido pela proposta do Clube de Roma, que coloca a discussão entre o crescimento selvagem e o não crescimento. Dessas discussões, surge um meio termo, o ecodesenvolvimento (desenvolvimento sustentável, auto-sustentável, sustentado).

Tal proposta se torna referência para a discussão de desenvolvimento vinculado ao uso prudente dos recursos locais e do conhecimento das populações tradicionais, sendo complementada pela Declaração de Cocoyoc, de 1974, que soma a esta a educação e auto-organização considerando os recursos locais.

Estas discussões culminam no relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, criado a partir de solicitação da ONU. O relatório busca apresentar caminhos alternativos para o modelo de desenvolvimento tradicional e afirma ser necessário estimular o crescimento econômico principalmente nos países pobres, devido aos problemas discutidos no documento.

Contudo, estes documentos oficiais não propõem uma mudança ideológica do modelo de desenvolvimento, mas, na verdade, uma melhoria no modelo existente, preservando sua estrutura básica, fundamentada no crescimento econômico e na evolução tecnológica, desde que estes respeitem os limites estabelecidos. Para Serrano e Luchiarì (1993:25-26.), isto cria um paradoxo, pois a solução proposta para os problemas ambientais está na manutenção de seus principais causadores: a expansão do mercado, através do aumento de produção com a implementação tecnológica.

Tal noção de desenvolvimento apresenta três falhas em sua formulação: colocar o capital como elemento central para o desenvolvimento, separar o processo produtivo da idéia de conservação e presumir a capacidade de sustento da natureza e do capital. O desenvolvimento tem sido associado à idéia da economia de mercado, com princípios apoiados na busca do lucro e da acumulação de capital. O mercado se torna o fornecedor e o responsável por encontrar e solucionar os problemas, com objetivo de proporcionar o bem estar humano de maneira mais eficiente que a natureza auto-renovável e a economia de subsistência. Isto fornece uma falsa idéia das reais conseqüências causadas por este modelo. Como coloca SHIVA:

"... Sendo estes recursos utilizados pela natureza para manter seu equilíbrio, e pelos povos para seu sustento, seu desvio para a economia de mercado gera carência de estabilidade ecológica e cria novas formas de pobreza" (1998:5.)

Cria-se, assim, um dualismo entre a preservação e o desenvolvimento, pois existe um distanciamento entre os dois conceitos. Segundo este modelo, para se obter a conservação, são necessários investimentos financeiros, gerados a partir do crescimento econômico, que conseqüentemente tem como base a exploração dos recursos naturais. Ou seja, há uma ruptura entre o desenvolvimento e a conservação, pois o modelo tem sua constituição baseada num falso conceito de sustentabilidade, buscando a preservação do próprio modelo e não do meio ambiente.

Esta falsa mudança é questionada pelo Relatório Brundtland, que propõe a identificação e a classificação do problema ambiental como social e político e não simplesmente como um problema técnico. Sugere, entretanto, como solução, a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Esta visão, apesar de trazer a questão ambiental para o centro das

discussões de desenvolvimento, apresenta uma falha, pois não discute a fundo a questão política e econômica.

A dimensão ambiental passa a ser discutida do ponto de vista da oposição entre natureza e cultura, o que resulta em dois pólos de motivação: o de origem global e o de origem ética. O primeiro apresenta uma visão funcional-utilitarista, tendo como objetivo principal a manutenção das condições de habitação do planeta. O outro apresenta a preocupação com a preservação ambiental para as gerações futuras. Isto possibilita uma série de oposições teóricas, como antropocentrismo ou geocentrismo e ecotecnocracia ou ecologia social e política.

Tais oposições devem ser discutidas no contexto da globalização e da reestruturação mundial das condições de produção, pois estes são fatores determinantes na elaboração de políticas de desenvolvimento nacional, levando as agências de desenvolvimento a retomarem parte da temática dos movimentos sociais e da dimensão ambiental como novos paradigmas para suas propostas de desenvolvimento.

Os defensores desse modelo propõem a construção de uma nova ética, baseada na relação homem e meio ambiente, através da interação racional baseada na sustentabilidade e na aplicação da cidadania universal; proporcionando a todos os benefícios do crescimento econômico. Para isso, é necessária a criação de um sistema mundial de discussão da utilização consciente dos recursos naturais e a preservação e valorização das culturas locais.

Mas existe uma ambigüidade em relação à dimensão ambiental, quanto a sua relação local/global, pois o não questionamento do modelo econômico global cria dificuldades na redefinição do bem-comum, que deve ser estruturado com base nos direitos e deveres dos cidadãos. Sendo a noção de bem comum estruturada em nível não-local, esta desconsidera certas populações, principalmente as que vivem da apropriação dos recursos naturais e da eco-regulamentação (agricultura).

Em oposição à lógica da mundialização, surge a centralização das tomadas de decisões em nível local, isto é, as soluções e propostas para os problemas locais devem ser encontradas dentro da própria localidade. Com esse fim, são utilizadas as redes sociais locais, as representações dos atores e o espaço vivido; associando o desenvolvimento à utilização racional dos recursos, visando garantir sua durabilidade e preservando-o para gerações futuras.

No modelo de desenvolvimento em que a gestão local dos recursos é defendida como saída para a dimensão ambiental na busca do bem comum não se consideram outros fatores como clima, poluição, degradação, perda da biodiversidade, pesca etc. Embora estes fatores sejam primordiais na busca desse objetivo, exigem sacrifícios muitas vezes elevados demais para o nível local, afinal, a gestão local dos recursos, quando inserida no quadro econômico mundial, propicia uma contradição de interesses, pois, ao mesmo tempo que se busca a gestão local dos recursos, existe, em contrapartida, o modelo econômico de caráter globalizante fundamentado em outros ideais. Neste momento, a presença mais forte do Estado é necessária, com a função de regulamentação legal das reivindicações da sociedade civil, dando legitimidade a elas, através da criação de leis. O Estado e a sociedade civil devem trabalhar em conjunto, expressando e regulamentando as demandas sociais.

3.2.3 - Dimensão Social

Para as problemáticas expostas, surge como proposta a substituição do desenvolvimento com base na dimensão ambiental por um com base na dimensão social. Este é fundamentado na igualdade de direitos e deveres e na equivalência de oportunidades, tanto para os trabalhadores como para os consumidores. Coloca-se como proposta, para atingir estes objetivos, a participação ética dos sujeitos sociais na conservação do patrimônio cultural, na preservação e valorização da língua nativa, no respeito e interesse pela religião e crenças locais, na criação de novos mercados para o artesanato, no aumento da conscientização sobre o valor do estilo de vida regional/local, na redução da saída de pessoas da região em busca de oportunidades, etc.

Na busca pela igualdade social, podemos evidenciar duas situações imprescindíveis, que evidenciam avanço ou retrocesso na questão da dimensão social: uma delas é a luta pelo reconhecimento da participação de forma igualitária da mulher na vida política, social e econômica da sociedade, outra situação é quanto à participação do negro, pois, do mesmo modo que no caso feminino, o nível de desigualdade na participação do negro em qualquer esfera da sociedade inviabiliza a conquista da dimensão social.

Toda a discussão centrada na dimensão social pode ser analisada de forma eficiente pelo enfoque proposto por Amartya Sen em seu livro Desenvolvimento como

liberdade, pois este fornece, através da perspectiva da liberdade, um fator eficaz na busca por igualdade social. Necessário, entretanto, é verificar se existem mecanismos que permitam a participação de forma igualitária nas decisões. Entre os principais elementos que permitem essa participação, podemos citar o acesso a informações, à educação, à vida econômica e à participação política, pois só será válida esta perspectiva quando realmente existirem os meios que propiciem a real participação.

Neste processo de busca por um conceito de desenvolvimento, verificamos a troca de prioridades, sendo privilegiada uma questão em detrimento da outra, caracterizando-se, por isso, um conceito em formação, pois, apesar de encontrarmos nos documentos citados elementos importantes na busca de um desenvolvimento alternativo, ainda não é possível determinar a definição de desenvolvimento. É possível, entretanto, associar o desenvolvimento ao equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social. Por essa razão, as aproximações conceituais que faremos para definir desenvolvimento têm como referência a idéia de equilíbrio entre essas três dimensões.

3.3 - Como o conceito de desenvolvimento é observado localmente

Para facilitar a compreensão desse conceito e atender às necessidades de nosso trabalho, realizaremos a discussão sobre o equilíbrio das dimensões do desenvolvimento no nível local, isto é, iremos pensar esta proposta dentro de uma localidade, verificando as maneiras possíveis para se atingir o equilíbrio. Antes, porém, é necessário compreender a importância do local no processo de desenvolvimento e por que este espaço vem ganhando importância nas discussões sobre este tema.

Para Becker (2000:132-135.), o processo de desenvolvimento contemporâneo consiste na flexibilização entre duas faces, uma representada pela globalização ou igualização econômica e a outra expressa pela regionalização ou diferenciação sócio cultural, o que acaba acarretando numa descentralização político-institucional de todos os atores e em todos os espaços¹¹. É isso que possibilita a existência de múltiplos papéis e sujeitos dentro de um mesmo contexto. Este modelo de desenvolvimento, que é produto da globalização econômica, da regionalização social e da descentralização

¹¹ Espaço empresarial, sindical, organizacional, institucional, estatal, local, regional, nacional.

política, cria a necessidade da desconstrução do velho conceito com suas velhas estruturas para, em seu lugar, construir um novo conceito com base no múltiplo, no diverso, no diferente, no plural.

A autora prossegue dizendo que, ao mesmo tempo em que ocorre a valorização do local, cria-se a concorrência entre os espaços, pois todos estão à mercê do mercado mundial, o que força uma rápida modernização. Esta é expressa de duas maneiras distintas: uma passiva e outra negativa. No primeiro caso, a reação é de aceitação desta lógica, através da submissão dessas regiões, que tomam, como único caminho para o desenvolvimento, a disputa pela instalação de grandes conglomerados multinacionais e as "vantagens" oferecidas por este processo. Já a forma negativa privilegia a valorização e o desenvolvimento interno, sem a intervenção estrangeira, isto é, procura-se, através dos meios e recursos locais, alternativas para o seu desenvolvimento.

Entretanto, estas duas posturas estão inseridas dentro de uma lógica dominante, que é a do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, o que estes dois caminhos buscam são formas internas ou externas de resolução de problemas, para conseguirem participar da melhor maneira possível no mercado mundial. Portanto, este processo não visa criar um choque entre o espaço global abstrato e o localismo, mas objetiva a complementaridade entre eles, já que esta propicia um encurtamento entre estes espaços, possibilitando a concorrência de comunidades diferentes em todo mundo. Assim é possível, ao mesmo tempo, haver um controle mundial estabelecido através das redes de controle de informações, da apropriação do conhecimento e da capacidade de coordenação financeira global e, em contrapartida, uma liberdade limitada a nível local, pelo próprio sistema capitalista, pelas histórias locais, pelas tradições etc. Toda esta relação em prol da valorização do capital financeiro.

Este processo se transforma em um círculo vicioso, impossibilitando outras alternativas. Mas uma opção de desprendimento deste sistema está expresso na seguinte frase:

"... Por esse caminho, as pessoas, os sujeitos descobrem-se para o sonho, para utopia, para a visão, que exige distinção, seu verdadeiro espaço: a educação do desejo." (Abensour, 1990: 153)

Em outras palavras, Abensour (1990:145-167.) acredita que a educação do desejo será a grande função organizadora dos projetos regionais de desenvolvimento

local: educar o desejo, estimulá-lo, despertá-lo, porque é preciso ensinar o desejo a desejar, a desejar melhor, a desejar mais e, sobretudo, a desejar de outra forma. Despertar a faculdade de desejar, de sonhar, é despertar o indivíduo, o cidadão, o sujeito primeiro de qualquer processo de desenvolvimento que se intitule humano. Só assim será possível compreender o processo de desenvolvimento, pois todos os modelos de desenvolvimento regional são mistérios a desvendar e, enquanto tais, estimulantes à imaginação. Mistério a descobrir, ou melhor, enigmas a desvendar, a enfrentar, a pluralizar, a trocar, a viver e a pensar em comum.

Dentro desta ótica, destacam-se dois fatores como indispensáveis para discussão de desenvolvimento humano, a saber: o cultural¹², produto das relações entre os homens e da relação desses com o meio natural; e o fator natural¹³, elemento que possibilita ou limita o rumo do desenvolvimento na localidade. Portanto, estes dois fatores são responsáveis por fornecer especificidades e singularidades a cada localidade e, assim, cada processo específico é expresso pela relação entre produção material, produção cultural e produção ético-ideológica do lugar, conexão esta que fornece a identidade local.

É através dessa identidade que é possível estruturar uma vantagem competitiva sustentável a longo prazo, pois, neste momento, a diferença é a moeda que define o ritmo de valorização de cada região. Sendo assim, é impossível pensar o desenvolvimento local sem levar em consideração suas condições sociais, econômicas, políticas, de estruturação e de organização da comunidade, o que só pode ser alcançado através da participação social. Segundo Becker (2000:138-144.), esta participação, por sua vez, só é possível e eficiente quando pensada dentro de um regime democrático, isto é, dentro de uma democracia participativa onde a sociedade civil organizada desempenha um importante papel junto com o poder público e a iniciativa privada, na construção de estruturas que propiciem o desenvolvimento local.

Após essas considerações, podemos iniciar a discussão sobre a participação dos atores sociais, sendo necessário, porém, compreender a importância dessa participação na estruturação deste processo. Isto é apresentado de maneira interessante por Bandeira (2000:32-63.), que traz para a discussão as correntes que trabalham o tema da

¹² Mundo construído regionalmente, pelo homem local.

¹³ Mundo natural, mundo dado.

participação social para o desenvolvimento local/regional, destacando os principais objetivos dessas abordagens e dando ênfase para a consulta e participação das sociedades afetadas em todas etapas dos programas. O propósito é garantir a eficácia e a sustentabilidade, pois, quanto maior for esta participação, maior a garantia de sucesso do programa para a vitalidade participativa da sociedade civil, através da boa "governância"¹⁴.

A participação social aumenta a transparência nas ações do governo e reduz a possibilidade de corrupção do setor público, pois o orienta no sentido de promover um desenvolvimento autocentrado e sustentável, com aumento da justiça social, além de efetivar e tornar mais eficaz sua capacidade administrativa na associação da participação para acumulação de "capital social"¹⁵. O que, por sua vez, aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para o empreendimento de ações coletivas, através de características socioculturais comuns a estes indivíduos pertencentes à comunidade.

A associação entre participação, articulação e fortalecimento da "competitividade sistêmica"¹⁶ significa que, através da participação, será possível um acúmulo de capital social e uma melhor articulação entre os atores sociais, tendo como resultado o consenso desses atores, facilitando, assim, a busca pelo desenvolvimento, além de contribuir para competitividade sistêmica, a qual possibilita a política de redes e a consolidação da "identidade regional"¹⁷. Esta é resultado de processos políticos,

¹⁴ "... governância pode ser vista como o exercício da autoridade econômica, política e administrativa para gerenciar um país em todos os níveis. Compreende os mecanismos, processos e instituições através dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercitam seus direitos legais, cumprem com suas obrigações e medeiam suas diferenças." (Becker, 2000:39.)

¹⁵ " O capital social é conceituado como sendo constituído pelo conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas."(Becker, 2000:46-47.)

¹⁶ "O conceito de competitividade sistêmica tenta capturar tanto os determinantes políticos quanto os determinantes econômicos do desenvolvimento industrial bem sucedido. Refere-se a um padrão em que o Estado e os atores sociais deliberadamente criam as condições necessárias para o desenvolvimento industrial bem sucedido, sob a forma de competitividade sistêmica."(Becker, 2000:51.)

¹⁷ ".Sentimento compartilhado de pertencer a uma comunidade territorialmente localizada."(Becker, 2000:58.)

sociais e culturais que fazem com que os habitantes de um determinado território fortaleçam a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências, possuem fortes afinidades e muitos interesses em comum.

Através da sobreposição destes argumentos, podemos identificar dois aspectos da participação: seu caráter de elemento essencial da própria idéia de democracia e seu papel de instrumento para viabilizar o funcionamento de processos de capacitação e de aprendizado coletivo relevantes para o desenvolvimento.

Contudo, é necessário observar que, para o método participativo atingir seus objetivos, é preciso ser cauteloso, pois, caso este seja manipulado, ao invés de trazer benefícios, pode propiciar graves problemas. Entre os cuidados necessários, são destacados os seguintes: avaliar a relevância da participação, pois esta depende do tempo e da importância de tomadas de decisões e da capacitação da comunidade para a escolha do melhor caminho; e verificar dos resultados da participação, isto é, analisar se estes estão atendendo aos interesses legítimos de todos os segmentos afetados, direta ou indiretamente.

"... sociedade civil na formulação e implementação das ações de governo, não apenas para produzir melhores programas e projetos, mas também como instrumento para a construção de uma sociedade mais dinâmica, mais justa e mais democrática." (Becker, 2000:32.)

Outro ponto importante destacado por Bandeira (2000:30-32.) é o de que, nos dias atuais, a tendência é uma mudança de postura do setor público em relação ao desenvolvimento, pois, devido ao processo de globalização da economia, faz-se necessário rever as políticas de desenvolvimento, primeiro no nível da dimensão territorial, isto é, deve-se dar um valor maior ao desenvolvimento a nível local ou regional, incentivando a participação dos atores sociais da localidade, o que é justificado através da maior homogeneidade propiciada pelas abordagens feitas nesta dimensão.

Um segundo ponto a ser destacado é a mudança na tomada de decisões, isto é, faz-se necessária uma inversão no processo de tomada de decisões, que tradicionalmente é feito de cima para baixo, e que deve, então, ser realizado de baixo para cima, pois isto propicia uma maior participação da sociedade civil no processo, o que conseqüentemente aumenta a probabilidade do sucesso desse projeto ou programa.

Portanto, dessa discussão, podemos destacar que o bom desempenho do método participativo está vinculado à sustentação e credibilidade política, à caracterização

sociocultural da região e ao apoio institucional. Este contexto nos possibilita identificar os principais atores que participam do processo e suas respectivas funções, além de compreender a necessidade da ação conjunta e de uma participação decisória equilibrada para se atingir o desenvolvimento da localidade. Para facilitar o entendimento do papel dos atores sociais dentro da idéia de desenvolvimento e atender às propostas deste trabalho, é interessante observar as atribuições destes sujeitos em relação a um projeto de turismo rural.

A partir dessa suposição, temos, então, a existência de quatro sujeitos imprescindíveis para discutir a associação entre desenvolvimento local e turismo rural: o Estado, a comunidade local, a iniciativa privada e as Associações de Turismo Rural e/ou ONGs de incentivo à atividade.

3.3.1 - Como o turismo rural pode ser um auxiliador e não um entrave para o desenvolvimento da localidade.

Algumas questões tornam-se essenciais na continuação de nosso trabalho, a saber: Quais atores devem estar envolvidos na atividade turística? Qual o papel de cada ator? Como o turismo deve acontecer (implantação, manutenção, e desenvolvimento) no meio rural? Quais as vantagens e desvantagens desta atividade para a localidade?

As respostas a estas questões serão feitas através da associação entre a atividade turística e o meio rural, sendo esta observada pelo enfoque de cada ator; o que significa que é necessário verificar quais são os atores e o papel de cada um na implantação e manutenção do turismo rural para que este cumpra a função de auxiliador na busca pelo desenvolvimento local.

3.3.1.1 - Estado

Para Swarbrooke (2000:50-51.), o Estado tem como função atrair investimentos financeiros, estabelecer mecanismos de facilitação fiscal para a implantação de projetos, estabelecer legislação para o setor, fiscalizar as atividades turísticas, realizar e patrocinar estudos para implantação e manutenção. Entretanto para Santos (1998:23-29.), existe um certo receio quanto à possibilidade de realização dessas atribuições pelo Estado, pois, no quadro da globalização, o poder de planejamento territorial é

transferido indiretamente para o mercado, restando ao Estado a função de fiscalizar e implementar as decisões tomadas.

3.3.1.2 - População local

A população local fica responsável pela força de trabalho, pela produção de artesanato, pelo fornecimento de produtos agropecuários, pela hospedagem e atividades turísticas. Este envolvimento é considerado por muitos autores como essencial, desde que exista consenso popular em torno de um interesse comum e amparado por legislação. Afinal, a falta da legislação expõe a comunidade local ao poder da indústria do turismo, aos interesses políticos e financeiros do governo federal, à influência externa de organizações internacionais.

3.3.1.3 - Iniciativa privada

A iniciativa privada é geralmente responsável pela injeção de capital na adequação da região para o recebimento dos visitantes e na divulgação e venda dos produtos, podendo receber investimentos financeiros externos ou internos. Segundo Swarbrooke (2000:51-53.), esta tem desempenhado um papel importante em relação ao turismo sustentável, muitas vezes de forma mais concreta que o Estado. Porém, isto pode ser uma tentativa de evitar o controle do Estado sobre o turismo, passando a idéia de que a indústria é capaz de se auto-regulamentar, não precisando de uma legislação para isso.

3.3.1.4 - Associações de Turismo Rural e/ou ONGs.

Outro sujeito social importante é representado pelas Associações de Turismo Rural e/ou ONGs, que surgem como alternativa de interação entre os demais sujeitos. Representam o canal de comunicação entre eles, transmitindo as demandas de maneira mais rápida e eficiente¹⁸ que os canais oficiais, o que possibilita a visibilidade das reais

¹⁸ Por meio: da mídia, de debates, de fórum, etc.

necessidades da comunidade e, com isso, a necessidade de implantar medidas para solucionar tais demandas.

3.3.1.5 - Possíveis indicadores de desenvolvimento identificados nas relações entre os sujeitos sociais no processo de inserção da atividade turística no meio rural

É primordial a existência da interação entre estes quatro sujeitos, para o que a presença das Associações de Turismo Rural tem papel importante: o de facilitar a interação entre os outros atores sociais, visando propiciar o crescimento econômico através da diversificação de atividades e da redução de intermediários na comercialização dos produtos agrícolas, aumentando, assim, o valor agregado desses produtos.

Na área social, a redução da desigualdade se dá através da melhoria na distribuição de renda, da utilização da mão de obra excedente no campo na prática de outras atividades, da diminuição ou eliminação do êxodo rural, ou até mesmo do retorno de pessoas ao campo e da melhoria na infra-estrutura local. Quanto ao ambiente natural e à cultura, temos a possibilidade de preservação e conservação desses patrimônios através da utilização de técnicas racionais de exploração dos ecossistemas e da possibilidade de incorporação de hábitos e artefatos culturais ao sistema produtivo.

A interação entre os atores é essencial para a obtenção de um turismo que desempenhe um papel positivo na busca pelo desenvolvimento local. Entendemos como um “turismo bom”, a atividade que propicie iniciativas nas três principais dimensões do desenvolvimento. No caso da relação turismo e campo, podemos identificar a eficiência desta relação através de alguns pontos, que podem ser vistos como indicadores observáveis nas ações dos atores sociais e nas relações entre estes atores:

A) Pontos de ação e/ou relação dos atores sociais que possibilitam a identificação de indicadores ligados à dimensão econômica

Na dimensão econômica, podemos citar três grandes diretrizes ou papéis desempenhados pelo turismo que auxiliam no desenvolvimento, a saber: o de dinamizador da economia local; o de complementar da atividade primária e o de auxiliador da manutenção da família rural no campo.

Em relação à função de dinamizador da economia local, esta pode ser expressa através de alguns indicadores, os quais reforçam as vantagens econômicas da atividade. Entre os principais indícios, temos: a entrada de capital através da atividade turística; a entrada de capital por outras atividades ligadas ao turismo; o fortalecimento e melhoramento do comércio local; a geração de empregos; o incentivo à produção de artesanato; a divulgação e aprimoramento na venda do artesanato; a "agregação de valores (materiais ou simbólicos) aos produtos locais"¹⁹; o incentivo a pequenas empresas de manufaturas associadas às atividades primárias locais e o incremento do setor de serviços (hotelaria, hospedagem, gastronomia, etc.).

Quanto à função de complementar de atividades rurais, podemos destacar as seguintes formas nas quais a atividade turística pode exercer o papel de auxiliador do desenvolvimento: quando a atividade turística é complementar às atividades primárias no interior do estabelecimento; quando a atividade turística é complementar às atividades primárias fora do estabelecimento; quando a atividade turística está relacionada à agregação de valor aos produtos primários; quando a atividade turística está relacionada com a produção de artesanato e quando a atividade turística está relacionada à produção de pequenas manufaturas.

Outra função de destaque no enfoque econômico é a de auxiliar na manutenção da família no campo. Os principais fatores estimulados pela atividade turística que podem ajudar na busca por este objetivo são: a diversificação das atividades produtivas; a geração de empregos e o aumento na captação de renda.

B) Pontos de ação e/ou relação dos atores sociais que possibilitam a identificação de indicadores ligados à dimensão ambiental.

Na dimensão ambiental, temos, como principais papéis representados, o de conscientizador da atividade de preservação, o de educador ambiental e o de realizador de medidas práticas para preservação.

Em relação à função de conscientizador da atividade de preservação, a atividade turística pode exercer um importante papel quando a mesma estabelece as seguintes

¹⁹ Exemplo: produção de compotas, doces caseiros, queijos, embutidos, cachaça, etc.

medidas: preservação dos recursos naturais associada à manutenção da atividade turística; valorização do meio ambiente visando estimular a visitação e a divulgação do local; preservação da fauna e flora, pois são atrativos para os turistas; e associação de forma não predatória de recursos do meio urbano no meio ambiente rural.

A atividade turística também pode propiciar a educação ambiental através de medidas simples como deixar a propriedade aberta para visitação escolar, organizar passeios ecológicos, possuir guias especializados na fauna e flora da localidade, deixar a propriedade aberta para trabalhos científicos e participar de projetos de preservação ambiental.

Já em relação à existência de medidas práticas para preservação, a atividade turística pode colaborar através de pequenos atos, como, por exemplo: coleta e destinação do lixo produzido no estabelecimento; limpeza de resíduos deixados pelos turistas durante a visitação; fiscalização, denúncia, e punição de caça, pesca ou destruição ambiental e a criação de espaços destinados à pesca (pesqueiro, pesca esportiva, etc).

C) Pontos de ação e/ou relação dos atores sociais que possibilitam a identificação de indicadores ligados à dimensão social

Finalmente, em relação à dimensão social, o turismo expressa-se da seguinte maneira: estimulador do melhoramento dos serviços básicos para a comunidade; estimulador da melhoria da qualidade de vida da família no estabelecimento; agregador da família e recuperador e valorizador da cultura local.

O turismo acaba propiciando uma melhoria dos serviços básicos para a população local, pois a atividade força essa melhoria para a recepção dos turistas e, conseqüentemente, esses serviços são utilizados por toda população. Entre estes, temos a saúde; o saneamento; o transporte; a educação; a comunicação, etc.

Em relação à melhoria na qualidade de vida nos estabelecimentos, podemos dizer que a entrada da atividade turística traz para família uma melhoria na renda e no acesso à informação, o que conseqüentemente resulta na melhoria da alimentação, da educação, da saúde, do lazer e da aquisição de bens materiais.

Esta atividade também pode ser um aliado para evitar a desagregação familiar, pois possibilita as seguintes condições: redução do êxodo rural; melhoria na oferta de

oportunidades no campo; valorização de todos os membros da família e valorização do papel da mulher no núcleo familiar.

Quanto ao papel da atividade turística na preservação e resgate da cultura, podemos destacar os seguintes pontos: valorização da cultura local; busca pelas raízes; valorização do modo de vida e dos costumes; valorização da arquitetura; valorização e resgate de histórias contos, lendas, etc; valorização do artesanato; valorização da culinária local, etc.

Para nossa análise metodológica, será necessário ter a compreensão da função de cada sujeito social e da necessidade de uma participação equilibrada desses sujeitos. Portanto, através desse conceito e dos indicadores apontados na discussão acima, será possível observar e constatar se existe a presença desses elementos, verificando, assim, se a presença da atividade turística está sendo relevante na busca pelo desenvolvimento.

A partir das idéias propostas nesse subcapítulo, é possível ter uma compreensão maior sobre o conceito de desenvolvimento, pois, trazendo suas dimensões para o plano local/regional, é possível identificar de forma mais clara o funcionamento, os componentes, os problemas, enfim, toda a estrutura que compõe este conceito e, dessa maneira, propor caminhos para atingir o real desenvolvimento. Por fim, é necessário realizarmos esta discussão em relação aos estabelecimentos, o que será feito e explicado no próximo subcapítulo.

3.4 - O papel da família e de sua propriedade neste modelo de desenvolvimento

Esta parte do capítulo nos possibilitará concluir nossa discussão sobre desenvolvimento e, ao mesmo tempo, somada ao restante do capítulo, fornecerá um quadro de onde será possível retirar elementos para a construção de nossa metodologia de pesquisa, pois, nesta etapa, realizaremos a discussão sobre a sustentabilidade da família em seu estabelecimento por uma ótica na qual o turismo rural entra como atividade complementar à atividade primária.

Devemos ressaltar que a sustentabilidade neste caso não representa o desenvolvimento local, mas sim fornece indícios de que o turismo rural está auxiliando

na manutenção da família em sua região, o que significa, indiretamente, manutenção da mão-de-obra, retenção de capital, preservação ambiental, maior poder decisório da mulher na família, preservação arquitetônica, valorização cultural, entre outros benefícios econômicos, sociais e ambientais para a localidade. Assim, só será possível pensar em desenvolvimento local quando pensarmos essa propriedade integrada com seu entorno.

A proposta de nosso trabalho, então, é identificar se o turismo está auxiliando na sustentabilidade da propriedade, o que será um indício de que a atividade está auxiliando no desenvolvimento local. A proposta de que é possível se pensar em um desenvolvimento regional que possibilite o bem estar geral da população deve estar associada diretamente a pequenos grupos ou núcleos sustentáveis, estruturados em uma lógica não predominantemente capitalista. Para justificar esta argumentação, utilizaremos algumas idéias do sociólogo rural clássico Alexander Chayanov e alguns discursos modernos sobre agricultura familiar, já que, através destes discursos, é possível vislumbrar uma saída alternativa ao processo de globalização econômica, que propicie um desenvolvimento real para a localidade.

Chayanov (1974:7-95.), em sua obra La organización de la unidad economica campesina, procura explicar o que justifica a existência do modo de produção campestre no mesmo contexto em que o que predomina é o modo de produção capitalista. Essa existência é constatada quando se observa, dentro dos dois modelos, uma diferenciação em relação à utilização do excedente de produção, pois, ao passo que na lógica capitalista este é reinvestido no processo produtivo para aumentar a geração desse capital, para o campestre, o que se busca com o excedente é a melhoria das condições de vida da família. Esta lógica diferenciada do campestre impossibilita ou dificulta a aplicação do processo capitalista, pois as categorias pertencentes à lógica capitalista não são verificadas ou, quando são, possuem significados diferentes dos utilizados pelo capitalismo.

Podemos citar como exemplo a relação da categoria “valor da força de trabalho”: na lógica capitalista, esta ser quantificada através de cálculos, mas, na racionalidade campestre, não é possível medir este valor, pois a força de trabalho tem uma relação direta com o bem estar da família e isto foge à lógica da "ganância" do capitalismo.

Afinal, a relação da força de trabalho para o camponês está associada à necessidade de "consumo culturalmente definido"²⁰, o que cria uma proporcionalidade entre o número de membros produtivos da família e o grau de exploração da força de trabalho. Através disso, é possível deduzir que quanto maior o número de trabalhadores, menor será o grau de exploração da força de trabalho de cada um. Portanto, esse valor está associado de forma subjetiva à auto-exploração da força de trabalho, objetivando a conquista dos "bens necessários para sanar as necessidades da família"²¹.

É importante destacar as diferenças existentes entre a teoria proposta por Chayanov e a teoria marxista, pois, ao passo que o primeiro defende a diferenciação demográfica como justificativa para a existência do modo de produção camponês, a outra teoria procura se sustentar através da lógica da diferenciação social. Outra diferença é que, dentro da lógica camponesa, "não existe a necessidade de acumulação"²², portanto, se a produção está acima das suas necessidades de consumo, ocorre uma redução na auto-exploração da força de trabalho. Para o autor, existe uma fronteira tênue entre os dois modos de produção, que pode ser rompida quando a auto-exploração da força de trabalho atinge um grau insuportável na busca do consumo culturalmente definido, o que propicia o desestímulo do agricultor. Em outras palavras, isso significa que, quando há um desequilíbrio entre o consumo e a auto-exploração da força de trabalho, há uma quebra desta lógica de produção.

Neste ponto é que o turismo rural pode ser pensado como opção para a preservação desse modelo, pois este elemento é uma ferramenta para tentar tornar menos árdua e mais eficiente a auto-exploração, visando atender às necessidades de consumo. Mas isto não significa que esta atividade seja a solução para todos os problemas; apenas é mais uma ferramenta que auxilia na luta pela manutenção de um modo de produção, de um modo de vida que é menos predatório que o dominante, sendo oposição ao crescente processo de padronização imposto pela globalização.

A teoria proposta por Chayanov é estruturada a partir da observação do modo de produção camponês, que é um modo de produção exclusivamente familiar, possuindo

²⁰ Em relação a este termo, devemos ser flexíveis, pois o que era tido como consumo culturalmente definido, hoje pode ter um sentido diferente, isto é, este termo sofre variações de acordo com o entorno e as influências externas.

²¹ Idem ao consumo culturalmente definido.

²² Devemos entender esta acumulação como sendo a acumulação para manutenção do sistema e não para satisfazer o consumo culturalmente definido.

uma lógica produtiva e de relações diferente da lógica dominante. Mas esta teoria possui um problema grave: ignora ou diminui a importância da interferência que a unidade de produção sofre em contato com o mercado, afinal, esta está inserida em uma sociedade global, o que acaba resultando num inevitável contato da mesma com o mundo exterior, acarretando o choque entre a lógica campesina e a lógica capitalista. Quanto aos resultados deste contato, podemos observá-los na obra Agricultura Familiar: comparação internacional, coordenada por Lamarche.

Este estudo consiste na discussão do papel da agricultura familiar frente ao mercado capitalista, sendo discutidas as diversas representações desse modelo de produção no globo e a sua persistência em existir paralelamente aos modelos predominantes, ganhando ou perdendo importância, aproximando-se ou afastando-se do modelo predominante, sendo referência de atraso ou desenvolvimento, mas existindo. A partir disso, busca-se um modelo alternativo, que corresponda às necessidades da sociedade atual, que não seja nem o modelo camponês nem o de empresa (familiar ou não). Encontramos neste "processo"²³, o modelo de agricultura familiar moderna, definido como:

"(...) uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado; com efeito, maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumidas pela família; nunca é totalmente comercializada. Enfim o estabelecimento familiar moderno caracteriza-se por uma autonomia alimentar muito forte, nitidamente mais importante do que nos três outros tipos de estabelecimentos. Podemos admitir, no que diz respeito às variáveis consideradas, que o estabelecimento familiar moderno funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo camponês, com mais técnica e mais necessidades." (Lamarche, 1998:314.)

²³ O processo, neste caso, significa a metodologia utilizada e que foi baseada nos seguintes critérios: "Oito critérios principais foram selecionados. Quatro permitem avaliar o peso da família nas lógicas de funcionamento. O primeiro critério diz respeito à relação com a terra e situa os produtores segundo consideram a terra como um patrimônio ou como um instrumento de trabalho ou um objeto de especulação. O segundo avalia a importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário; o terceiro leva em conta a estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem; o último classifica as unidades de produção em função de sua relação com a representação familiar do estabelecimento. Quatro outros critérios autorizam-nos uma análise do grau de dependência. Um diz respeito ao grau de intensificação do sistema de produção; dois outros avaliam respectivamente os aspectos financeiros e o grau de integração ao mercado; o último classifica as unidades de produção em função de sua dependência alimentar." (Lamarche, 1998:306)

Para compreender esta definição, é necessário antes compreender os elementos que formam sua estrutura. Podemos iniciar pelo significado de "explorador agrícola" e depois verificar suas diferentes simbologias. Se os termos "produtor", "explorador agrícola" ou "cultivador" apresentam-se genericamente neutros, isto não ocorre com os seguintes termos: camponês, agricultor, chefe de empreendimento, trabalhador de terra. Os primeiros remetem a um sentido de exploração individual, ao passo que os do segundo grupo estão vinculados à exploração de terceiros. Para nosso trabalho, porém, podemos dizer que a exploração camponesa é uma exploração familiar. Esta afirmação pode ser constatada pelos seguintes princípios:

"... equilíbrio entre consumo e organização da produção; inexistência de quantificação do trabalho familiar, pois não está associado ao lucro; produção estruturada em valores de uso e não valores de troca;" ou ainda pela " autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; importância estrutural do grupo doméstico; sistema econômico de autarquia relativa; sociedade de inter-relacionamentos; papel decisivo dos atores principais, na ligação entre a sociedade local e a sociedade geral." (Chayanov, 1972:19-53.)

Através dessas colocações, é possível verificar que realmente a exploração camponesa é uma exploração familiar, sendo, apesar disso, necessário destacar que o inverso não é necessariamente verdadeiro, pois nem toda exploração familiar corresponde a uma exploração camponesa, já que é possível constatar que existe uma diversidade de modelos de explorações familiares entre o modelo camponês e o modelo de livre mercado, podendo estar mais próximos ou mais afastados dos extremos. Isto porque, segundo Lamarche (1993:16-23.) os grupos familiares não são um grupo social homogêneo, que corresponda a uma classe social no sentido marxista, mas sim são grupos distintos entre si, porém com um modelo de funcionamento próprio, que possuem em seu interior classes sociais distintas.

Sendo assim, este modelo de exploração familiar vai se apresentar de formas diferentes em diferentes localidades, formas representativas das aspirações daquele grupo e seu modo de vida, o que pode ser denominado de modelo alternativo. Entretanto, este modelo, que é local, está inserido em um território maior, e este, por sua vez, possui um modelo que é dominante e que pode ser denominado de modelo dominante. A coexistência destes dois modelos leva a situações de bloqueios e de rupturas, ou seja, as aspirações do modelo alternativo podem ser bloqueadas se vão contra o modelo dominante, porém continuam existindo mesmo sendo limitadas.

No caso da ruptura, existe uma eliminação do modelo alternativo, que torna-se insustentável, forçando estes grupos a adotarem o modelo dominante. Entretanto, é possível verificar que não existe uma eliminação total dos modelos alternativos, pois estes continuam a existir ao longo do tempo, fato que se deve em grande parte à capacidade de adequação destes grupos dentro do contexto global sem perderem suas características essenciais que os diferenciam do modelo dominante. Outro fato importante a ser destacado é que, quanto mais próximos estes modelos estiverem dos extremos, maior a dificuldade de adaptação às mudanças e, conseqüentemente, maior a facilidade de ruptura. Isso significa que os grupos estruturados numa área intermediária são mais flexíveis às mudanças porque os pontos a serem flexibilizados estão mais próximos, não necessitando de mudanças radicais.

Para a compreensão de como ocorre este processo de flexibilização, devemos entender o funcionamento de alguns elementos essenciais na construção destes modelos, entre eles, a lógica produtiva, estruturada sobre três fatores. Isto é, para identificação de um modelo que funciona dentro dessa lógica, faz-se necessária a existência dos seguintes fatores: a "terra"²⁴, o "trabalho"²⁵ e a "reprodução familiar do estabelecimento"²⁶. A escolha da terra está associada à grande importância da questão fundiária nos estudos sobre funcionamento das unidades de produção. Quanto ao trabalho, é essencial saber como este elemento se apresenta nesses estabelecimentos e, por fim, a reprodução familiar do estabelecimento pode nos fornecer elementos para avaliar qual a importância dessa lógica na preservação da propriedade.

Portanto, para Lamarche (1998:61-67.) um modelo regido pela lógica familiar deve possuir esses três elementos, porém a importância conferida a cada um é um fator variável e que nos fornecerá qual o grau de ligação do estabelecimento com a lógica familiar, isto é, quanto maior a importância atribuída a estes elementos, mais forte a

²⁴ Este fator é discutido e aprofundado no capítulo 2 (Das Trajetórias às estratégias Fundiárias) por Marie-Claude Maurel (1998:89-118.). A autora procura realizar uma discussão sobre as diferentes relações existentes entre o agricultor e a terra e os valores atribuídos a esta nestas relações.

²⁵ O trabalho aqui é abordado por Oleg Stanek(1998:149-174.) no cap. 4 (O Trabalho Familiar Agrícola e a Pluriatividade), no qual o autor faz uma discussão sobre a divisão do trabalho entre os membros da família e a intensidade da sua utilização fora e dentro da unidade de produção.

²⁶ O fator reprodução familiar é discutido por Oleg Stanek(1998:119-148) no cap 3 (As Estratégias Familiares), partindo do enfoque que as estratégias então vinculadas ao destino dos filhos dos agricultores, isto é, o destino deste determinará o futuro desse fator.

lógica familiar. Assim, para facilitar a compreensão, podemos dividir as propriedades em três grupos: os muito familiares, os mediantemente familiares e os pouco familiares.

O segundo fator importante na compreensão da agricultura familiar é a dependência em relação ao mercado, fator que nos propiciará verificar o grau de autonomia da organização de produção, que está associada a de três tipos de dependência: a tecnológica, a financeira e a do mercado. A tecnológica está associada diretamente à dependência externa, isto é, quanto maior for a utilização de técnicas e insumos externos, maior será o grau de dependência do estabelecimento em relação ao mercado. Quanto à financeira, esta está associada à necessidade de utilização de empréstimos ou financiamentos para manutenção ou ampliação do estabelecimento. E a de mercado se refere ao destino almejado para a produção, ou seja, se a produção é direcionada para o mercado ou para o consumo familiar. Do mesmo modo que no caso da lógica familiar, a dependência pode ser visualizada por estes três fatores. Estes, porém, são apenas referências para determinar o grau de dependência, que será verificado pela intensidade com que cada elemento se apresenta nos estabelecimento, podendo ser fraca, média ou forte.

Portanto, de um lado temos a lógica familiar e do outro temos a dependência em relação ao mercado. A associação destes dois fatores nos possibilitará a criação de quatro modelos teóricos que servirão de referência para análises dos estabelecimentos de agricultura familiar. Os modelos são os seguintes: empresa, que se caracteriza por relações de produção pouco familiares ou não familiares e por ser fortemente dependente do mercado; empresa familiar, modelo estruturado pela importância da reprodução familiar, forte utilização da mão-de-obra familiar, porém fortemente dependente do mercado; o modelo de agricultura camponesa ou subsistência (apesar de haver uma grande diferença entre os dois últimos tipos, não iremos discutir isto neste momento), modelo marcado pela forte lógica familiar e pela fraca dependência externa, produzindo pouco através da utilização técnicas tradicionais principalmente para subsistência; e modelo de agricultura familiar moderna, marcado pela diminuição do papel da família nas relações de produção e pela busca de uma maior autonomia em relação ao mercado.

É importante ressaltar que estes modelos são tipos ideais, só servindo como referência de análise. Dessa maneira, não devemos esperar que os estabelecimentos sejam iguais aos modelos, mas sim aproximações destes. Neste quadro, surge um fator

importante para a explicação de como o agricultor pode ser enquadrado em um desses modelos ideais: o fator profissão. Já que este é visto como elemento que possibilita maior integração entre os agricultores e o mercado, facilita a visualização de um sistema de valores que organiza as condutas individuais de maneira a legitimar o trabalho, sendo ainda revelador de uma ética que ultrapassa o âmbito profissional, principalmente na agricultura, onde as fronteiras da vida social são bem fechadas, dificultando as relações sociais.

Hoje é quase impossível às unidades produtoras escaparem do contato com o processo crescente de globalização de mercado, mas a questão é como estas unidades podem minimizar os problemas acarretados por este processo. Neste ponto é que o fator profissão ganha destaque, pois, através dele, é possível preservar de certa maneira a identidade do "agricultor"²⁷, o que significa uma flexibilização entre a idéia do camponês e a do agricultor moderno. Ainda é preciso dizer que este processo deve ser percebido por outras temáticas, a da família, a do laço local, a do laço social, a da profissão, a da sociedade global e a do grupo de referência, mas a que daremos maior atenção neste momento é a da profissão.

Lamarche (1998:67-73; 175-205.) defende, que a questão "profissão" nos possibilita compreender o processo de transição a partir de quatro tipologias diferentes: a tradição, a modernização, a marginalização e a assimilação. Estas, estruturadas pela dinâmica profissional²⁸ e pela identidade profissional²⁹, nos possibilitarão observar a relação entre o tipo de lógica adotado pela unidade de produção e o que isto acaba resultando para os indivíduos.

Após observarmos a existência de diferentes modelos de agricultura e os processos responsáveis pela transição de um modelo para outro, foi possível constatar que o modelo mais sustentável é representado pela agricultura familiar moderna, pois ele consegue preservar uma lógica de produção diferente tanto da capitalista quanto da camponês ao utilizar tecnologias no seu processo produtivo não com intuito de buscar o lucro pelo lucro, mas para satisfazer as necessidades de consumo da família, as quais, neste modelo, são maiores e mais exigentes que no modelo camponês.

²⁷ Aqui agricultor significa a pessoa que trabalha na terra, produtor, etc.

²⁸ Mão-de-obra fora ou dentro do estabelecimento.

²⁹ Esta identidade varia entre a idéia do profissional associado a empresa ou ao campesinato.

Um fato importante a ser destacado é que este modelo é fruto de um processo de adequação do modelo camponês ao seu entorno, preservando a essência de sua lógica produtiva, fato constatado "empiricamente"³⁰. Com base nestas informações, é possível formular nossa proposta: a de que o turismo pode ser uma ferramenta importante para auxiliar a busca de sustentabilidade dos estabelecimentos rurais. Busca que pode auxiliar posteriormente na obtenção do desenvolvimento local/regional, pois o turismo pode participar como ferramenta dinamizadora de outras atividades vinculadas à atividade primária dentro do estabelecimento, ajudando, assim, na manutenção e aperfeiçoamento desta atividade, redistribuindo papéis e funções dentro do núcleo familiar e rompendo preconceitos quanto à utilização de novas tecnologias. Tudo isso, porém, preservando a lógica produtiva familiar.

3.5 - Turismo opção de melhoria da qualidade de vida do homem do campo.

Procuramos propor nesta discussão a importância de encontrar meios de garantir a permanência do homem rural em seu local de origem e vinculado de alguma maneira à atividade primária, a qual auxilia na composição da identidade deste homem e interfere em seu modo de vida.

O meio que encontramos para destacar a importância da atividade turística como opção ou ferramenta para auxiliar nesta busca pela melhoria da vida do homem do campo foi um resgate da discussão geral sobre o conceito de desenvolvimento, trazendo gradativamente esta discussão para o nível local até terminar no interior do estabelecimento. Em todos estes níveis de discussão, obtivemos elementos para formulação de nossa hipótese: a de que o turismo pode realmente auxiliar na busca pelo desenvolvimento local.

Podemos destacar as principais suposições encontradas em cada etapa deste capítulo. Na primeira parte, referente à discussão mundial sobre desenvolvimento, foi possível constatar a evolução desta discussão ao longo do tempo, quando elementos

³⁰ "(...) a existência do modelo agricultura familiar moderna depende da pré-existência do modelo de tipo camponês (modelo original). A forte presença deste modelo no Brasil, nas duas áreas particularmente marcadas por uma colonização européia, e na Polônia onde o campesinato permanece ainda muito presente no imaginário e na realidade, confirma a pertinência dessa hipótese."(Lamarche, 1998: 335.)

novos, novas dimensões foram adicionados aos conceitos existentes, enriquecendo a questão. Foi possível constatar, porém, que durante muitos anos o enfoque desenvolvimentista esteve centrado na dimensão econômica, deixando sobre esta a solução para todos os problemas, isto é, pelo crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico, seria possível resolver os problemas que recaem sobre a sociedade.

Apesar desta visão ainda persistir em existir, vem dividindo, nas últimas décadas, o cenário mundial com a visão ambientalista, a qual faz circular idéias entre a "intocabilidade" do meio ambiente e a utilização de forma renovável deste meio, mas colocando algumas áreas como intocáveis. Entre as visões mais recentes que entraram nesta discussão, está aquela que privilegia a dimensão social do desenvolvimento, através da sustentabilidade do homem em sua localidade. De tudo, foi possível vislumbrar uma proposta alternativa de desenvolvimento para nosso trabalho, centrada na idéia de equilíbrio entre as dimensões, afinal, é possível constatar que em todas as dimensões existem elementos necessários para manutenção e melhoria da qualidade de vida da população. Sendo assim, é necessária a existência de elementos pertencentes a estas esferas, porém de forma equilibrada, evitando a sobreposição de uma das dimensões sobre as demais.

A partir desta idéia, nossa discussão partiu para uma segunda etapa, na qual propusemos pensar esta proposta localmente, pois fica mais fácil sua compreensão dentro de um espaço físico e com atores e seus papéis definidos. Neste plano, foi possível inserir o turismo como elemento que busca auxiliar na proposta de desenvolvimento com base no equilíbrio das dimensões. Para isto, identificamos os principais atores que devem participar deste processo: a população local (donos de propriedade, moradores da região/localidade); o poder público (prefeituras, secretaria de turismo, outros órgãos públicos ligados ao setor); iniciativa privada (investidores, comércio local, agências de turismo, empresas de transporte, etc.) e associações de turismo rural ou ONGs ligadas ao setor.

Identificados os atores, definimos o papel de cada um e, através da associação disso com as três dimensões que compõem o desenvolvimento, foi possível propor indicadores para identificar elementos destas dimensões presentes e ausentes na localidade. Com tal procedimento, é possível verificar se os atores estão cumprindo seu papel ou onde estão falhando. Se constatada a boa execução das funções por parte dos

deles, podemos dizer que estão auxiliando na busca pelo desenvolvimento. Caso contrário, é possível apontar as falhas e propor sugestões para a resolução dos problemas.

Por fim, nossa discussão de desenvolvimento é levada ao nível dos estabelecimentos. Procuramos, assim, facilitar a identificação de indicadores de desenvolvimento e verificar qual a importância da atividade turística na obtenção destes indicadores dentro do estabelecimento. Com esse intuito, realizamos como introdução uma discussão sobre a sustentabilidade do estabelecimento e a relação desta com a economia globalizada.

Portanto, este capítulo pode ser sintetizado da seguinte forma: o real desenvolvimento nada mais é que o equilíbrio entre as diversas dimensões que compõem o conceito, porém, devido à lógica econômica dominante, é impossível pensar hoje nesta idéia de equilíbrio, mundialmente. Mas podemos observá-la quando apresenta seu cerne no interior de pequenos núcleos familiares sustentáveis, ou seja, localmente. Esta lógica, se for estruturada e desenvolvida de maneira horizontal, permite pensar numa mudança gradativa, que caminhe no sentido de atingir este modelo de desenvolvimento. Neste percurso, o turismo pode ser uma ferramenta muito útil para atingir este objetivo, pois fornece meios de inserir o homem rural dentro da economia global, porém garantindo, de certa maneira, a preservação de sua identidade local e seu modo de vida. Devemos destacar que toda esta discussão está centrada no desenvolvimento do meio rural e seu entorno. Assim, quando nos referimos a local/região ou localidade, estamos trabalhando com o conjunto meio rural e entorno, o que já foi discutido no capítulo anterior.

4.0 - Aplicação da metodologia e resultados encontrados

Neste capítulo verificaremos os resultados encontrados através da aplicação de nossa metodologia de pesquisa, sendo dividido em duas etapas: na primeira identificaremos a distribuição da atividade de turismo rural no Estado de São Paulo; na segunda etapa realizaremos a verificação da sustentabilidade propiciada pela atividade de turismo rural nos estabelecimentos e a relação desta atividade com o desenvolvimento local

4.1 - Mapeamento do Turismo Rural e Resultados Encontrados

A metodologia utilizada para delimitar o conceito de turismo rural e apresentar sua distribuição pelo Estado de São Paulo consistiu no entendimento teórico do que é o espaço rural e, posteriormente, do que vem a ser o turismo rural. Obtivemos, como resultado, uma visão mais clara sobre a atividade, que vem a ser um conjunto entre a natureza, a identidade local e o modo de vida no campo, elementos que caracterizam um espaço rural. Assim, quando esta modalidade turística é estruturada neste espaço e possui como atrativo central a busca pelo modo de vida no campo, podemos dizer que isto é o turismo rural.

Entretanto, devemos considerar que este modo de vida para o turista é a reprodução de uma identidade local vista pela ótica deste turista, isto é, o rural para ele é o rural construído com base nas informações que ele possui, o que o leva a procurar no turismo rural seu imaginário de rural. Assim sendo, as propriedades que oferecem este tipo de atividade devem estar em sintonia com a imagem que o mundo urbano possui do rural, para realizar as transformações que atendam a estas necessidades sem descaracterizar sua identidade local.

Portanto, é necessária a existência destes elementos para podermos classificar a modalidade turística como sendo de turismo rural para, a partir disso, termos um modelo de referência e, através deste, estruturarmos uma tabela para avaliar se os estabelecimentos apresentados como ofertantes de turismo rural realmente podem ser enquadrados nesta categoria.

Para esta análise, foi construída uma tabela 1. Na primeira coluna, estão os estabelecimentos apresentados como de turismo rural, cujos dados foram conseguidos junto às seguintes instituições: no Guia de Turismo Rural da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo (SETSP - GTR), na Associação de Turismo Rural de Ribeirão Preto e Região (ATURP), na Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas (ATRCF), na Associação de Turismo Rural do Médio Tietê (ASTUR), na Associação Brasileira de Turismo Rural (ABTR), na Associação Natureza Café com Leite (ANCL) e na Associação de Turismo Rural do Circuito das Águas e Região (ATRCAR).

Destas instituições, coletamos os dados fornecidos pelos respectivos representantes (em um dos casos, o representante não quis disponibilizar sua listagem completa e, por este motivo, alguns estabelecimentos que fazem parte dessas associações³¹ não estão cadastrados em nosso banco de dados, fato que não inviabiliza o resultado de nossa pesquisa). Portanto, possuímos uma lista representativa dos estabelecimentos apresentados pelo Estado de São Paulo, através de sua secretaria de turismo e pelas principais associações, como ofertantes da atividade de turismo rural no Estado, lista essa que representa de forma significativa a visão e a distribuição desta atividade em São Paulo.

A segunda, terceira e quarta colunas representam respectivamente a cidade, a região e o contato; dados que possibilitam a criação de um mapa mostrando a distribuição geográfica dos estabelecimentos dentro do Estado, fornecendo uma visão cartográfica da atividade. Esta visão, somada ao tipo de atrativos oferecidos pelos estabelecimentos cadastrados, pode possibilitar uma análise comparativa dos tipos de atividades agrícolas predominantes nas regiões e o porquê da inserção da atividade de turismo rural ou, em outras palavras, o porquê e de que maneira optaram por esse turismo.

Tomando como base estes dados, foi possível a construção do mapa 1 contido no anexo 2, que representa a distribuição de todos os estabelecimentos apresentados como ofertantes da atividade de turismo rural no Estado de São Paulo e as possíveis razões que determinaram esta distribuição. Podemos observar, no mapa em questão, a

³¹A associação a que nos referimos é a ABTR. Seu presidente não quis disponibilizar seu banco, alegando motivos institucionais. Por este motivo, os dados foram conseguidos através da página da associação na internet e do seu jornal, além de informações colhidas de sites de busca na internet.

existência de maior concentração de estabelecimentos dessa atividade próximos a grandes pólos regionais, como é o caso das seguintes regiões administrativas do Estado: Campinas; Jundiaí; Bragança Paulista; Sorocaba; Região Metropolitana de São Paulo; Ribeirão Preto; Guaratinguetá e Cruzeiro.

Nestas regiões, constatamos grande concentração de estabelecimentos, pois o número é superior a 11 propriedades por região, tendo destaque a região de Campinas, Jundiaí, Bragança Paulista e Sorocaba, que possuem 21 ou mais estabelecimentos. Isto é um indicativo de que a proximidade dos pólos econômicos regionais facilita e estimula a estruturação da atividade turística em estabelecimentos rurais porque existe um grande mercado consumidor nestas localidades, dada a existência de uma grande concentração demográfica e a possibilidade destas pessoas de realizarem viagem de curta duração, principalmente aos fins de semana, o que seria inviabilizado por uma distância muito grande.

Outro fator importante a ser destacado é a existência de proporcionalidade em relação à quantidade de estabelecimentos e a dimensão populacional da região administrativa, o que pode ser constatado pelo mapa 1, no qual podemos observar que, nas regiões mais populosas, existe maior número de estabelecimentos, diferentemente do que ocorre em regiões com baixa densidade demográfica. É necessário, porém, levar em consideração outros fatores que determinam esta distribuição como, por exemplo, a existência de uma grande área rural e a forte presença de todos os elementos que compõem este conceito.

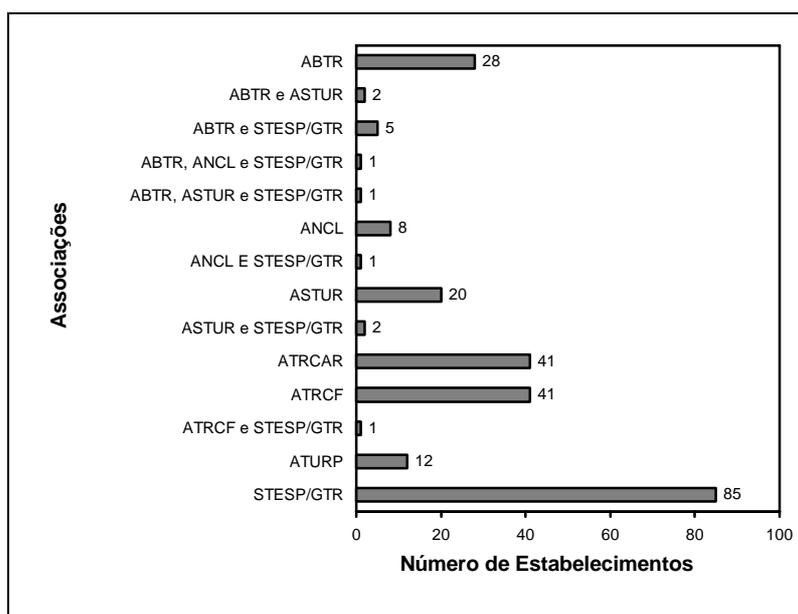
É necessário, ainda, destacar que algumas regiões, segundo nossos dados, não apresentaram nenhum estabelecimento de turismo rural. No entanto, essa afirmação merece muito cuidado, pois isto não significa que estas regiões não tenham a prática de turismo rural, mas sim que não possuem nenhum estabelecimento cadastrado em nosso banco de dados, fato justificado pelo motivo de ser inviável o cadastramento de todos os estabelecimentos de turismo rural do Estado, por razões já mencionadas anteriormente. Dessa maneira, devemos ter ciência de que os dados apresentados no anexo 2 representam um quadro parcial da distribuição da atividade de turismo rural no Estado de São Paulo, pois nos restringimos a trabalhar com as principais associações representantes do setor e o órgão oficial do Estado.

De acordo, então, com os dados, construímos uma nova tabela 2 com o intuito de identificar quais estabelecimentos poderiam ser classificados com ofertantes da

modalidade de turismo rural e, para tanto, a tabela foi expressa com a seguinte distribuição: as duas primeiras colunas iguais à tabela 1 e, na terceira, quarta, quinta e sexta colunas, respectivamente os atrativos rurais, culturais, ambientais e outros.

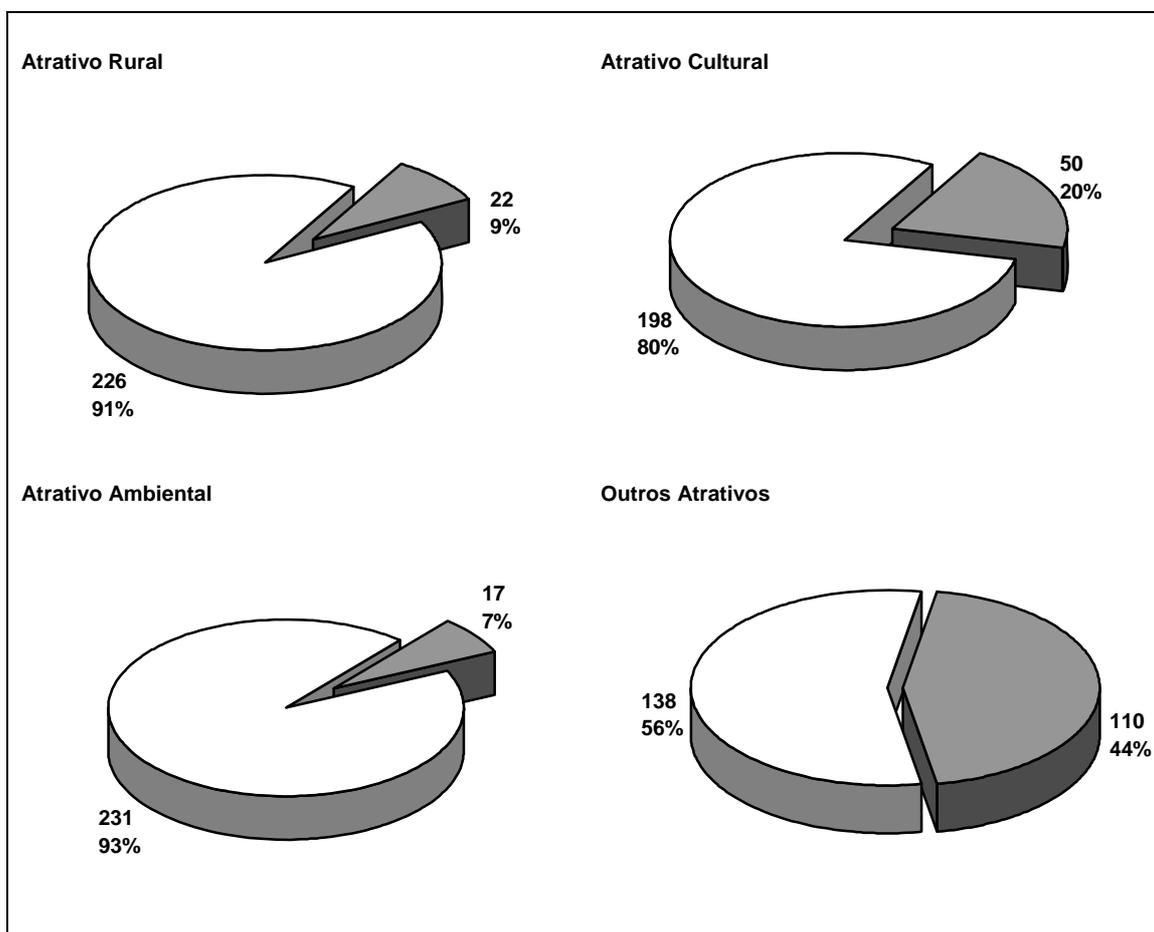
Em relação aos atrativos rurais oferecidos pelos estabelecimentos, entendemos como atrativos rurais aqueles associados diretamente ou indiretamente à produção primária, além dos elementos que fazem parte do cotidiano do homem do campo, tanto para lidar como a terra como para lida doméstica. Enfim, todos os elementos que permeiam o modo de vida no campo. Este tipo de atrativo – tabela 1 – tem grande presença nos estabelecimentos, já que foi encontrado em 226 deles, expressando 91% do total de propriedades, o que pode ser mais bem visualizado nos gráficos expostos abaixo:

Gráfico 1.1 - Estabelecimentos Apresentados como de Turismo Rural no Estado de São Paulo de acordo com a Associação a qual pertence



Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Gráfico 1.2 - Estabelecimentos Apresentados como de Turismo Rural no Estado de São Paulo de acordo com seus Atrativos



Possui o Atrativo
 Não Possui o Atrativo

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Em relação aos atrativos culturais, estes são compreendidos como elementos vinculados à preservação da cultura rural, podendo ser expressos através da paisagem³² ou pela reprodução cultural feita pela "produção artesanal"³³. Os atrativos culturais aparecem em 198 estabelecimentos, o que representa 79,8 % do total de propriedades, fato que demonstra a forte presença também deste tipo de atrativo nos estabelecimentos. Portanto, é importante desvincular o conceito de turismo rural da obrigatoriedade da existência de atividade produtiva primária no estabelecimento, pois as propriedades localizadas no meio rural e que possuem nos atrativos culturais seu produto turístico propiciam uma opção de desenvolvimento ou melhoria de vida para o meio rural do mesmo modo que os atrativos rurais. Neste caso, também fica mais fácil a visualização através dos gráficos 1.1 e 1.2.

Já os atrativos ambientais estão vinculados diretamente ao meio ambiente, podendo ser identificados como componentes deste meio ou como elementos associados à preservação ambiental. Este elemento é de extrema importância para a construção do gráfico e da tabela de estabelecimentos classificados com base em nossa noção de turismo rural, pois, para um estabelecimento estar presente nesta categoria, deve necessariamente possuir o atrativo ambiental somado ao atrativo rural ou cultural, ou ambos. Foram encontrados em nosso banco de dados a seguinte situação: 231 estabelecimentos possuíam atrativos rurais, o que representa 93 % do total de propriedades. Podemos observar essa situação nos gráficos 1.1 e 1.2.

A coluna que representa atrativos que não se enquadram nos critérios das demais colunas pode ser um diferencial dos estabelecimentos mas, muitas vezes, essa oferta pode acabar descaracterizando o tipo de turismo oferecido pela propriedade. Apesar da preocupação com o fato deste tipo de atrativo poder descaracterizar o turismo rural, foi constatado um número razoável de estabelecimentos que os oferecem: 138 propriedades, o que representa 56% do total dos estabelecimentos. Estes dados estão expressos nos gráficos 1.1 e 1.2, mas não foram constatados, no momento da análise, riscos em relação ao fato destes elementos estarem propiciando uma descaracterização da atividade de turismo rural.

³² Paisagem compreendida como as construções e seu entorno.

³³ Produção artesanal compreendida toda atividade manual ou semimanual que faz produtos com identidade local, isto é, produtos característicos da localidade e feitos de maneira própria pela população dessa região. Ex. Artesanato, compotas, cachaça, queijos, doces, embutidos, etc.

Através dos dados apresentados na tabela 1 e das discussões sobre estes, é possível termos uma idéia do tipo de atividade oferecida por cada estabelecimento e, dessa maneira, aplicar o nosso modelo teórico para a construção de um novo mapa que represente os estabelecimentos de turismo rural do Estado de São Paulo de acordo com o conceito adotado neste trabalho. Para a construção deste novo mapa, adotaremos os seguintes critérios:

Para um estabelecimento ser classificado como ofertante de turismo rural tem que, necessariamente, possuir:

- 1- Atrativos ambientais – qualquer estabelecimento fora deste perfil não será reconhecido como praticante de turismo rural. O critério é justificado através da nossa discussão teórica, na qual a presença de elementos naturais é parte fundamental para a definição deste meio;
- 2- Atrativos rurais ou/e culturais – porque a presença de um destes atrativos ou de ambos caracteriza o modo de vida no campo e a identidade local criada através deste modo de vida, que pode estar expresso através do próprio cotidiano local ou através de elementos culturais que expressem o cotidiano recente ou passado da localidade. Desta maneira, a presença de um destes atrativos ou de ambos vem a complementar a noção de espaço rural adotada em nosso trabalho. E como todos os elementos³⁴ são apresentados como atrativos, podemos deduzir que o principal produto ofertado é o modo de vida rural (diferente do que é oferecido pelo ecoturismo, apesar de ambas as modalidades apresentarem necessariamente a presença de elementos ambientais).

Com base nesta noção de turismo rural e nos dados apresentados nas colunas referentes aos atrativos rurais, culturais e ambientais, é possível construir o novo mapa que expresse as conclusões tiradas em nossa discussão teórica. Utilizando nossa noção teórica e as informações das tabelas anteriores, foi possível identificar que 230 estabelecimentos são classificados como de turismo rural, o que corresponde a 93% do total de estabelecimentos. Esses dados serviram de base para construir o mapa 2, expresso no anexo 3, que nos fornece o universo de dados no qual iremos trabalhar os

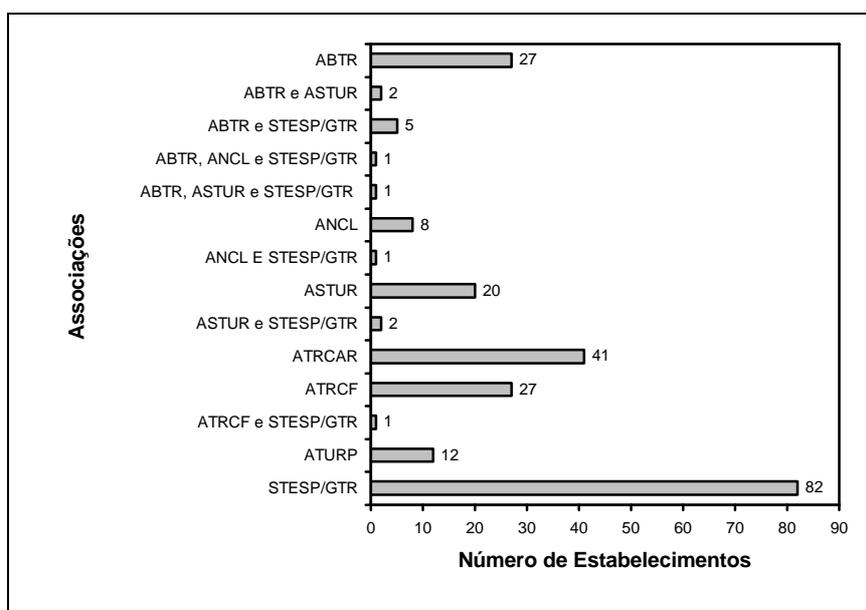
³⁴ Atrativos rurais, culturais, e ambientais.

resultados encontrados na aplicação dos questionários a respeito da sustentabilidade dos estabelecimentos que ofertam a atividade de turismo rural. Ainda com base nestes dados, é possível demonstrar a distribuição destes estabelecimentos pelo Estado de São Paulo, possibilitando-nos fazer as mesmas análises realizadas sob o mapa 1 e ainda criar um terceiro mapa da diferença entre os dois primeiros.

Este o mapa 3 expressa as propriedades que não foram consideradas ofertantes de turismo rural segundo nossa definição e que pode ser visualizado no anexo 4. Outro fato importante a destacar é que, se fôssemos utilizar o conceito oficial de turismo rural adotado no Brasil, teríamos a seguinte relação: 210 estabelecimentos, o que representa 91% do total das propriedades. Isto significa que excluiríamos 9% de estabelecimentos que poderiam auxiliar no desenvolvimento rural.

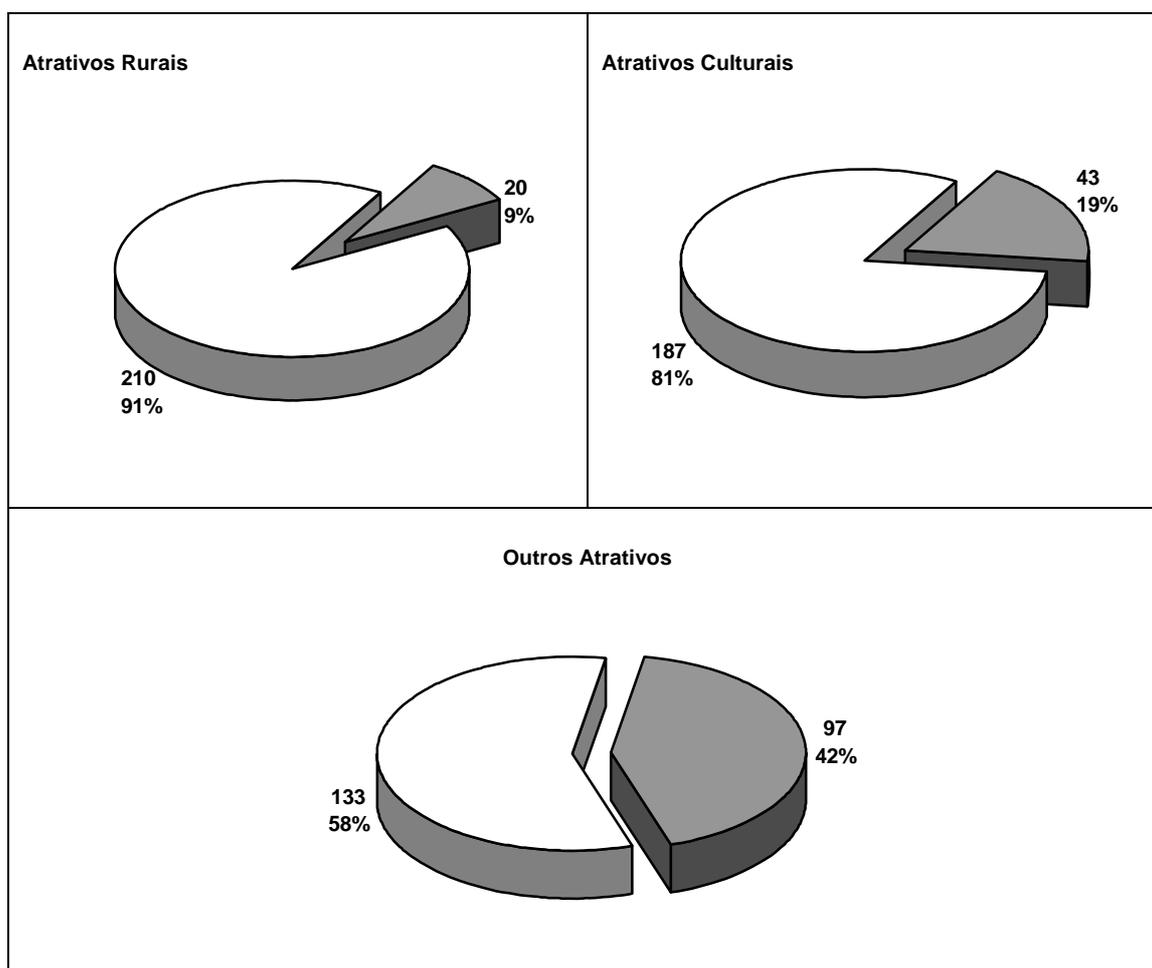
Também é interessante efetuar o mesmo processo realizado para a confecção dos gráficos 1.1 e 1.2 em relação aos dados filtrados pela nossa metodologia. Isto é, no primeiro caso, a construção de gráficos que possuem como base o universo total de estabelecimentos e, agora, o mesmo trabalho, mas realizado com o universo de 230 estabelecimentos, universo expresso no mapa 2 do anexo 3. Dessa maneira, será possível identificar as possíveis diferenças ocasionadas pela utilização de nossa noção de turismo rural, o que pode ser visualizado nos quatro gráficos expostos abaixo:

Gráfico 2.1 - Estabelecimentos de Turismo Rural do Estado de São Paulo de acordo com a Associação a qual pertence



Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Gráfico 2.2 - Estabelecimentos de Turismo Rural do Estado de São Paulo de Acordo com seus Atrativos



□ Possui o Atrativo
■ Não Possui o Atrativo

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Neste caso, porém, não iremos nos deter numa discussão profunda sobre estas diferenças, pois isto fugiria da proposta central de nosso trabalho, além do que, essa diferença é pouco significativa. No entanto, é interessante vislumbrar o universo de possibilidades de discussão criado a partir da adoção de um conceito específico, que pode incluir ou excluir atores de um processo de desenvolvimento local. Todavia, faz-se necessário, para delimitar interesses comuns, ser, ao mesmo tempo, abrangentes e coerentes com uma idéia central.

Fundamentados no mapa 2 do anexo 3, foi possível simular uma seqüência de mapas e quatro tabelas referentes aos tipos de atrativos e à distribuição em relação a cada associação com a finalidade de demonstrar a distribuição e a abrangência das associações e órgãos utilizados para construção de nosso banco de dados. Essa seqüência nos possibilita visualizar a extensão de cada uma destes órgãos e mostrar a importância destas associações em relação a sua representatividade para o desenvolvimento da atividade. Os sete mapas relativos a estas associações podem ser visualizados no anexo 5 , o qual possui sete mapas referentes às associações de turismo rural e ao Guia de Turismo da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo. Podemos complementar as informações deste anexo através das tabelas de atrativos distribuídas pelas associações, as quais estão expostas abaixo:

Tabela 3.1 - Associações apresentadas como de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Rural

Associações	Atrativo Rural		Total de Estabelecimentos
	Não Possui	Possui	
ABTR	3	25	28
ABTR e ASTUR		2	2
ABTR e STESP/GTR		5	5
ABTR, ANCL e STESP/GTR		1	1
ABTR, ASTUR e STESP/GTR		1	1
ANCL	1	7	8
ANCL E STESP/GTR		1	1
ASTUR	3	17	20
ASTUR e STESP/GTR		2	2
ATRCAR	5	36	41
ATRCF	8	33	41
ATRCF e STESP/GTR		1	1
ATURP	1	11	12
STESP/GTR	1	84	85
Total	22	226	248

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Tabela 3.2 - Associações apresentadas como de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Cultural

Associações	Atrativo Cultural		Total de Estabelecimentos
	Não Possui	Possui	
ABTR	3	25	28
ABTR e ASTUR		2	2
ABTR e STESP/GTR		5	5
ABTR, ANCL e STESP/GTR		1	1
ABTR, ASTUR e STESP/GTR	1		1
ANCL		8	8
ANCL E STESP/GTR		1	1
ASTUR	3	17	20
ASTUR e STESP/GTR		2	2
ATRCAR	1	40	41
ATRCF	14	27	41
ATRCF e STESP/GTR		1	1
ATURP	1	11	12
STESP/GTR	27	58	85
Total	50	198	248

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Tabela 3.3 - Associações apresentadas como de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Ambiental

Associações	Atrativo Ambiental		Total de Estabelecimentos
	Não Possui	Possui	
ABTR	1	27	28
ABTR e ASTUR		2	2
ABTR e STESP/GTR		5	5
ABTR, ANCL e STESP/GTR		1	1
ABTR, ASTUR e STESP/GTR		1	1
ANCL		8	8
ANCL E STESP/GTR		1	1
ASTUR		20	20
ASTUR e STESP/GTR		2	2
ATRCAR		41	41
ATRCF	13	28	41
ATRCF e STESP/GTR		1	1
ATURP		12	12
STESP/GTR	3	82	85
Total	17	231	248

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Tabela 3.4 - Associações apresentadas como de Turismo Rural e a presença ou não de Outros Atrativos

Associações	Outros Atrativos		Total de Estabelecimentos
	Não Possui	Possui	
ABTR	6	22	28
ABTR e ASTUR	1	1	2
ABTR e STESP/GTR		5	5
ABTR, ANCL e STESP/GTR		1	1
ABTR, ASTUR e STESP/GTR		1	1
ANCL	4	4	8
ANCL E STESP/GTR		1	1
ASTUR	8	12	20
ASTUR e STESP/GTR		2	2
ATRCAR	36	5	41
ATRCF	32	9	41
ATRCF e STESP/GTR		1	1
ATURP	5	7	12
STESP/GTR	18	67	85
Total	110	138	248

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Tabela 4.1 - Associações de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Rural

Associações	Atrativo Rural		Total de Estabelecimentos
	Não Possui	Possui	
ABTR	3	24	27
ABTR e ASTUR		2	2
ABTR e STESP/GTR		5	5
ABTR, ANCL e STESP/GTR		1	1
ABTR, ASTUR e STESP/GTR		1	1
ANCL	1	7	8
ANCL E STESP/GTR		1	1
ASTUR	3	17	20
ASTUR e STESP/GTR		2	2
ATRCAR	5	36	41
ATRCF	6	21	27
ATRCF e STESP/GTR		1	1
ATURP	1	11	12
STESP/GTR	1	81	82
Total	20	210	230

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Tabela 4.2 - Associações de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Cultural

Associações	Atrativo Cultural		Total de Estabelecimentos
	Não Possui	Possui	
ABTR	3	24	27
ABTR e ASTUR		2	2
ABTR e STESP/GTR		5	5
ABTR, ANCL e STESP/GTR		1	1
ABTR, ASTUR e STESP/GTR	1		1
ANCL		8	8
ANCL E STESP/GTR		1	1
ASTUR	3	17	20
ASTUR e STESP/GTR		2	2
ATRCAR	1	40	41
ATRCF	7	20	27
ATRCF e STESP/GTR		1	1
ATURP	1	11	12
STESP/GTR	27	55	82
Total	43	187	230

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Tabela 4.3 - Associações de Turismo Rural e a presença ou não de Atrativo Ambiental

Associações	Atrativo Ambiental	Total de Estabelecimentos
	Possui	
ABTR	27	27
ABTR e ASTUR	2	2
ABTR e STESP/GTR	5	5
ABTR, ANCL e STESP/GTR	1	1
ABTR, ASTUR e STESP/GTR	1	1
ANCL	8	8
ANCL E STESP/GTR	1	1
ASTUR	20	20
ASTUR e STESP/GTR	2	2
ATRCAR	41	41
ATRCF	27	27
ATRCF e STESP/GTR	1	1
ATURP	12	12
STESP/GTR	82	82
Total	230	230

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Tabela 4.4 - Associações de Turismo Rural e a presença ou não de Outros Atrativos

Associações	Outros Atrativos		Total de Estabelecimentos
	Não Possui	Possui	
ABTR	6	21	27
ABTR e ASTUR	1	1	2
ABTR e STESP/GTR		5	5
ABTR, ANCL e STESP/GTR		1	1
ABTR, ASTUR e STESP/GTR		1	1
ANCL	4	4	8
ANCL E STESP/GTR		1	1
ASTUR	8	12	20
ASTUR e STESP/GTR		2	2
ATRCAR	36	5	41
ATRCF	20	7	27
ATRCF e STESP/GTR		1	1
ATURP	5	7	12
STESP/GTR	17	65	82
Total	97	133	230

Fontes: Dados - Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo e Associações de Turismo Rural atuantes no Estado de São Paulo

Como foi mencionado anteriormente, estas tabelas visam complementar as informações contidas nos mapas do anexo 5, mostrando a distribuição dos atrativos em cada associação, sendo que a série de tabelas 3.1 a 3.4 refere-se aos estabelecimentos apresentados pelas associações como ofertantes de turismo rural e a série de tabela 4.1 a 4.4 refere-se aos estabelecimentos classificados por nós como ofertantes.

4.2 - Sustentabilidade propiciada pelo turismo nos estabelecimentos

A metodologia adotada nesta etapa do trabalho pretende confirmar nossa hipótese de que a modalidade de turismo rural é uma ferramenta importante na busca e manutenção do desenvolvimento local, porém, como já foi levantado nas discussões teóricas do capítulo 3, procuraremos confirmar esta hipótese através de uma metodologia centrada em duas discussões: a da sustentabilidade dos estabelecimentos e a do desenvolvimento local. Para tal verificação, optamos pela elaboração de um amplo questionário localizado no anexo 6, este foi aplicado aos representantes das principais associações de turismo rural que têm atividade no Estado de São Paulo, pois estes podem fornecer de maneira sintetizada o perfil geral de seus associados para que nós, através destes dados, possamos inferir sobre nossa hipótese. Optamos, assim, por esse modo de aplicação ao invés de realizar um breve questionário com todos os proprietários dos estabelecimentos ou a aplicação de um questionário mais amplo a uma pequena amostra de estabelecimentos, o que seria mais oneroso e menos abrangente em ambos os casos.

O questionário foi construído de forma a identificar, principalmente, os indicadores de sustentabilidade nas esferas econômica, social e ambiental e a participação dos "principais atores"³⁵ sociais envolvidos ou que deveriam estar envolvidos na atividade. A opção por estes dois enfoques para a elaboração do questionário foi realizada com base no "capítulo em que discutimos o conceito de desenvolvimento"³⁶ em suas diferentes esferas".

O questionário (anexo 10) tem, em sua totalidade, 122 questões, sendo estas distribuídas da seguinte maneira: primeira etapa (questões 1-43), quarenta e três (43) questões referentes à associação, visando compreender sua origem, seu funcionamento, seus objetivos, seus direitos, seus deveres etc; segunda etapa (questões 44-66.), vinte duas (22) questões referentes à relação associação e associado, visando identificar qual o papel³⁷ de cada um desses atores; terceira etapa (questões 67 – 81.), quatorze (14) questões referentes à relação associação e poder público, visando identificar qual o

³⁵ População local, iniciativa privada, poder público, associações, organizações não governamentais etc.

³⁶ Capítulo 3 - A manutenção do agricultor em sua terra pode ser uma opção para o desenvolvimento

³⁷ Quais são os direitos e deveres.

papel³⁸ de cada um desses atores; quarta etapa (questões 82-87.), cinco (5) questões referentes à relação associação e iniciativa privada, visando identificar qual o papel³⁹ de cada um desses atores; quinta etapa (questões 82-101.), treze (13) questões referentes à relação entre associação e população local, visando identificar qual o papel⁴⁰ de cada um desses atores; sexta etapa (questões 102-114.), doze (12) questões referentes aos associados, visando caracterizar o perfil dos estabelecimentos e se este propicia a sustentabilidade e o desenvolvimento local e sétima parte (questões 115-122.), sete (7) questões referentes aos turistas, visando identificar o tipo de turismo que vem sendo praticado.

É necessário lembrar que todo o questionário tem como objetivo maior verificar indícios de sustentabilidade e desenvolvimento na localidade e, sendo assim, apesar das divisões do questionário e dos seus objetivos específicos de cada bloco, todas as questões tem como objetivo encontrar respostas para esta hipótese.

Definido o tipo de questionário, foi necessário identificar quem responderia a nossos questionamentos. Assim, optamos pela aplicação desta pesquisa nas seguintes associações de turismo rural: Associação de Turismo Rural de Ribeirão Preto e Região (ATURP); Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas (ATRCF); Associação de Turismo Rural do Médio Tietê (ASTUR); Associação Brasileira de Turismo Rural (ABTR); Associação Natureza Café com Leite (ANCL).

A escolha por estas associações foi feita utilizando como critério a representatividade da instituição no nível regional, na esfera estadual, isto é, a associação deve representar uma região geográfica composta por mais de cinco (5) municípios, critério que restringe o universo de sujeitos com o intuito de viabilizar a realização da pesquisa, pois, no Estado de São Paulo, existe um grande número de associações de turismo rural em municípios isolados ou parcerias entre dois municípios. A coleta e análise de todos estes dados seriam inviáveis por motivo de recursos financeiros e pelo tempo disponível para a realização da dissertação, além de fugir à proposta de trabalho, centrada em associações com representatividade regional significativa.

³⁸ Quais são os direitos e deveres.

³⁹ Quais são os direitos e deveres.

⁴⁰ Quais são os direitos e deveres.

Entre as associações escolhidas, temos a seguinte distribuição: uma nacional (ABTR); uma interestadual (ANCL) e três estaduais (ATRCEF, ATURP, ASTUR). É necessário explicar por que não aplicamos o questionário para a ATRCAR, apesar desta associação atender aos nossos critérios: optamos pela sua não utilização pelo fato desta estar em processo de formação, tendo como previsão para sua fundação oficial janeiro de 2004.

É necessário também destacar que os dados colhidos sobre os estabelecimentos da ABTR e da ANCL foram informações referentes à parte destas associações que está contida no Estado de São Paulo e, assim, o questionário foi aplicado sobre uma subdivisão destas associações.

4.2.1 - Resultados encontrados através da aplicação do questionário.

O questionário foi aplicado a um ou mais representantes de cada associação, sendo realizado através de uma seqüência de perguntas e respostas com uma lógica pré-estabelecida na elaboração dos questionários, na qual a pessoa que os aplicava, de acordo com cada resposta obtida, poderia acrescentar ou subtrair algumas questões subseqüentes (isto está detalhado de maneira clara no corpo do questionário). Os questionários foram aplicados nas sedes das associações ou em um estabelecimento da associação e tiveram duração média de aplicação de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos. A seguir, vamos detalhar como foi cada entrevista e anexar os resultados obtidos, para posterior discussão.

A primeira entrevista foi realizada com a senhora Isabel, que é a representante da ASTUR e vice-presidente da Associação Paulista de Turismo Rural⁴¹, no dia 15 (quinze) de agosto do ano de 2003 (dois mil e três), tendo início às 10:00 (dez) horas e duração de 2 (duas). Quanto ao local, foi utilizada a Fazenda Santo Antônio da Bela Vista, localizada em Itu, cidade do Estado de São Paulo, e de propriedade da entrevistada.

A segunda entrevista foi realizada com o senhor Wilson, representante e associado da ATRCEF, no dia 19 (dezenove) de agosto do ano de 2003 (dois mil de três),

⁴¹ Esta associação estava em processo de formação.

tendo início 11 (onze) horas e 30 (trinta) minutos e duração 1 (uma) hora e 35 (trinta e cinco) minutos. Quanto ao local, foi utilizada a Pousada Colinas de Itupeva, propriedade situada na cidade de Itupeva, no Estado de São Paulo, e de propriedade do entrevistado.

A terceira entrevista foi realizada com o presidente da ABTR, senhor Luís Alberto, no dia 07 (sete) de setembro do ano de 2003 (dois mil e três), tendo início às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos e duração de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos. Quanto ao local, utilizamos a sede da associação, localizada no Bairro da Leopoldina, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

A quarta entrevista foi realizada com o presidente e o vice-presidente da ANCL, respectivamente senhores Luís Gustavo e Aloísio Coelho, no dia 04 (quatro) de novembro do ano de 2003 (dois mil e três), tendo início às 15 (quinze) horas e duração de 2 (duas) horas. Quanto ao local, utilizamos a Fazenda Aurora, localizada no município de Santa Cruz das Palmeiras, no Estado de São Paulo, e pertencente a uma associada da ANCL.

A quinta entrevista foi realizada com o senhor Mauro Junqueira, Presidente da ATURP e Presidente da Associação Paulista de Turismo Rural⁴², no dia 07 (sete) de novembro do ano de 2003 (dois mil e três), tendo início às 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos, com duração de 1 (uma) hora e 35 (trinta e cinco) minutos. Quanto ao local, utilizamos a pousada Rancho da Cavalgada, localizada no município de Luiz Antonio, no Estado de São Paulo, e pertencente ao entrevistado.

4.2.2 Comentários gerais sobre os resultados encontrados através da aplicação dos questionários

Tendo em mãos as respostas dos questionários aplicados às associações de turismo rural, foi possível vislumbrar, de maneira geral, a situação atual dos estabelecimentos que oferecem a atividade de turismo rural no Estado de São Paulo. Assim, realizaremos discussões baseadas nas respostas obtidas com a aplicação dos questionários, procurando um comparativo entre as respostas obtidas em cada

⁴² Esta associação tem como objetivo representar as associações de turismo rural existentes no Estado de São Paulo e, no momento da entrevista, estava em fase de estruturação, possuindo uma carta de intenções que firma o compromisso da criação da associação. Também haviam sido eleitos o presidente e a vice-presidente da associação.

associação. O conjunto desta discussão, os dados obtidos nas tabelas do anexo 2 e a nossa discussão teórica farão com que seja possível obtermos conclusões favoráveis ou refutáveis às nossas hipóteses.

Iniciaremos, então, nosso trabalho pelas respostas obtidas no primeiro bloco de questões e, a partir desse ponto, não iremos necessariamente seguir a ordem das questões, mas sim a lógica da discussão, podendo-se trazer, a qualquer altura, qualquer questão pertencente ao questionário, o que nos dará maior flexibilidade e dinamismo.

O primeiro bloco refere-se à constituição das associações. Através dos dados obtidos, é possível observar que o surgimento das associações de turismo rural em todos os casos estudados foram iniciativas coletivas dos próprios proprietários, que já trabalhavam com o turismo rural. É necessário citar, porém, que em três associações o Sebrae teve uma participação importante no sentido de propiciar o encontro entre os proprietários para discussão do turismo rural, o que acabou desencadeando o interesse destes pela formação das respectivas associações. E ainda temos o caso da ANCL, que teve, como incentivador, a Embratur, através da criação de um circuito turístico e da publicação da Revista Circuito Café com Leite referente a este circuito; incentivos que despertaram o interesse de união dos proprietários, que já possuíam atividades de turismo rural em seus estabelecimentos.

Em relação aos objetivos ou interesses buscados na constituição das associações, podemos dividi-los em três frentes: a primeira está relacionada à representatividade junto aos órgãos públicos e à iniciativa privada, no que a união dos proprietários em associações possui um poder maior; a segunda está relacionada ao resgate e valorização da cultura rural, através da melhoria da auto-estima dos proprietários e da agregação de valores⁴³ aos seus produtos e a terceira refere-se diretamente à parte de organização dos proprietários, isto é, criação de roteiros conjuntos, orientação na implantação da atividade turística, divulgação dos estabelecimentos, barateamento de custos operacionais, etc. É possível constatar a presença destas três frentes em todas as associações entrevistadas, com variação da ênfase dada por cada associação a cada uma das frentes.

⁴³ Valores materiais e simbólicos.

Outro ponto importante encontrado nas respostas do questionário está relacionado à visão que cada associação possui do turismo rural. Neste caso, foi possível identificar como ponto comum às associações a noção de que existe a presença de dois elementos essenciais para a prática do turismo rural, a saber: o espaço rural e o modo de vida rural. É necessário destacar que, para todos os entrevistados, o meio rural é composto por uma forte presença da natureza e, portanto, este elemento está presente neste conceito.

Já em relação ao modo de vida, apresentaram a opção de dimensões, uma relacionada à cultura e a outra à atividade primária. Em todos os casos afirmaram a não obrigatoriedade da presença da atividade primária para a prática de turismo rural, porém concordaram que é interessante a existência desta como atrativo.

Para finalizar os aspectos importantes encontrados nas respostas das questões do primeiro bloco, podemos destacar os seguintes pontos: todos os estabelecimentos possuem problemas relacionados a sua auto-sustentação, frutos da relação gastos e receita, na qual a receita é menor que os gastos; para todos os entrevistados, a única fonte de renda é uma contribuição dos associados, a qual pode ser mensal, semestral ou anual; nenhuma das associações possui sede própria, por motivos financeiros, exceto a ANCL que possui em seu estatuto um sistema de sede itinerante; todas as associações, exceto ANCL por motivos mencionados acima, têm interesse em possuir uma sede própria, pois acreditam que facilitará a operacionalidade da associação; todas as associações estão abertas a novos sócios, desde que estes correspondam à visão de turismo rural proposta pela associação; em todos os casos o maior fluxo de novos sócios ainda é fruto de um trabalho de garimpo realizado pelas associações, porém já existe uma procura dos estabelecimentos pela associação devido aos bons resultados alcançados; em quatro das cinco associações entrevistadas não existe nenhum tipo de divisão em relação ao tipo de membro ou em relação ao tipo de atrativos, exceto na ABTR, a qual possui divisões nestes dois casos; todas as associações possuem conhecimento da existência das outras, porém existe pouco contato, o qual está associado principalmente a conversações para constituição da Associação Paulista de Turismo Rural.

No segundo bloco de questões, temos como objetivos compreender as relações da associação com os associados, observando o papel de cada um destes atores, e avaliar a sua importância para a atividade de turismo rural e para o desenvolvimento local.

Hoje, o principal serviço oferecido pelas associações aos seus membros é a divulgação, feita através de sites, folders coletivos, participação de eventos do setor (feiras, congressos, fóruns, etc.). No caso da ABTR, a divulgação é feita também através de um jornal criado e distribuído pela própria associação. Faz-se necessário destacar dois casos em que este processo de divulgação é feito de maneira diferente: a ATRCF e a ANCL. No primeiro caso, um dos associados é uma agência de turismo, a Rizzatour, responsável pela comercialização dos produtos turísticos ofertados pelos demais membros. Para isto, faz um trabalho que consiste no levantamento dos potenciais turísticos, elaboração roteiros e realização da divulgação da atividade. No segundo caso, a associação possui um profissional contratado para realizar o trabalho de levantamento do potencial turístico, elaboração de roteiros e busca de novos associados.

Foi constatado que as associações acreditam na importância da realização de cursos, treinamento e aprimoramento profissional, porém, em todos os casos por motivos financeiros, as elas não oferecem este tipo de serviço, somente orientam seus membros nesta procura. A exceção é o caso da ABTR, que procura realizar seminários, simpósios e reuniões para discussão da atividade, mas também orienta seus membros a procurarem mão de obra especializada. Entre as principais instituições indicadas pelas associações aos seus associados temos: SENAC, SEBRAE (SAI), SESCOP, algumas instituições de ensino superior e consultorias especializadas em turismo rural. Os tipos de cursos e custo são de responsabilidade dos interessados, que devem escolher o tipo de treinamento que necessitam e, em relação aos custos, algumas das instituições mencionadas acima só cobram os custos operacionais, fornecendo seus cursos gratuitamente, como o SEBRAE, por exemplo.

Quanto ao tipo de treinamento e quais associações os utilizam, temos os seguintes: melhoria da infra estrutura da propriedade; melhoria da comercialização dos produtos; especialização da mão de obra; agregação de valor aos produtos; resgate da cultura rural; valorização da auto-estima pessoal; facilitação do processo de socialização entre proprietários e turistas – todas as associações; direcionamento da produção para associação com a atividade turística; mostrar a importância da associação das propriedades para criação de roteiros turísticos – quatro associações; conscientização e apresentação das vantagens (financeiras, sociais, etc) da preservação ambiental para o turismo e para demais atividades praticadas no estabelecimentos – três associações; diversificação da produção primária – duas associações.

Foi constatado que a participação nestes cursos é significativa, sendo que, em duas associações, está em cerca de cinquenta por cento (50%). Uma outra aponta como razoável a participação de seus associados e as demais dizem que a participação é tímida. Em todos os casos, o maior problema é a questão financeira, pois os interessados acreditam que o investimento é alto e o retorno, demorado. Em relação ao retorno financeiro propiciado por estes cursos, não obtivemos respostas exatas por parte dos entrevistados, porém os mesmos mencionaram que nos estabelecimentos onde os proprietários e/ou funcionários realizaram cursos, é possível identificar um diferencial em relação à profissionalização no atendimento e na diversificação de atrativos.

Em relação à criação de legislação, foi possível observar que a maioria acredita ser importante a existência de normas para o setor, porém acham que estas normas devem respeitar as especificidades da atividade. Somente o representante da ABTR acredita que a criação de legislação vai trazer mais malefícios que benefícios à atividade, podendo travar seu desenvolvimento. Os que acreditam na importância da legislação destacam, como principais vantagens desta, a viabilização de linhas de crédito e financiamento para o setor e a regulamentação de normas trabalhistas e de higiene sanitária diferenciadas para a atividade.

Outro ponto importante encontrado nas respostas do bloco de questões dois é em relação aos roteiros turísticos, pois todas as associações acreditam na importância da elaboração de roteiros, visando aumentar o número de atrativo e, dessa maneira, atrair mais turistas para a sua região. Os roteiros, porém, existiam antes da fundação da associação e somente em quatro casos constatou-se a elaboração de roteiros após a criação das associações, sendo que, em três destes quatro casos, eles são fixos⁴⁴ e, no restante, criados de acordo com o interesse do grupo de turistas. É necessário destacar que, exceto no caso da ATRCF, a qual possui um grande número de roteiros organizados pela agência de turismo que é membro da associação, as demais associações possuem um número reduzido de destes, mas tem planos de ampliação. Segundo os entrevistados, os roteiros existentes estão atendendo aos seus objetivos, que são principalmente atrair mais turistas e garantir um maior tempo de permanência destes na localidade.

⁴⁴ São comercializados na forma de um pacote já montado.

No terceiro bloco de questões, procuramos observar a relação dos associados, por meio da associação, com o poder público. Foi constatado que, com exceção da ABTR, as associações realizam pressões junto ao poder público para a regulamentação da atividade, as quais hoje estão concentradas, principalmente, no reconhecimento das seguintes associações como representantes legais da categoria: ABRATURR, no nível federal; associações estaduais de turismo rural; e associações regionais.

Existe também um consenso em relação às reivindicações em torno da melhoria da infra-estrutura local, oferecimento de cursos e treinamentos para atividade e incentivo na divulgação dos estabelecimentos. De maneira geral, estas reivindicações não estão sendo atingidas, todavia, em relação à oferta de cursos, podemos dizer que foram identificados, em três casos, uma participação reduzida do estado através do SEBRAE, sendo consenso entre estes entrevistados que esta participação deveria ser maior e mais atuante nas diferentes esferas de poder, pois isto possibilitaria uma melhoria nos serviços e produtos ofertados pelos estabelecimentos.

Da mesma maneira que o poder público é pouco presente na oferta de treinamentos, ele chega a ser quase ausente em relação a financiamentos, pois não existe nenhuma linha de crédito específica para a atividade de turismo rural. O que se apresenta como alternativa para o setor, segundo os entrevistados, são linhas de crédito voltadas para a agricultura e que, em alguns casos, acabam sendo utilizadas pelos proprietários. Quatro dos entrevistados afirmam que, para se ter acesso a estes recursos junto aos bancos, é necessária a elaboração de projeto em parceria com o SEBRAE; o outro entrevistado não utiliza e não possui maiores informações a este respeito.

De maneira geral, os entrevistados acreditam na importância da participação do poder público e apontam interferências, porém pequenas, por parte do Estado: algumas melhorias em infra-estruturas locais (em poucas localidades.); no caso da ATRCF, através da divulgação feita pela criação do Pólo Turístico do Circuito das Frutas e o mesmo no caso da criação do Pólo Turístico Café com Leite e na publicação da revista referente a este pólo. Pela dimensão das interferências, acreditam que o poder público não tem incentivado de maneira significativa o desenvolvimento da atividade no Estado.

As respostas do quarto bloco de questões procuram identificar a relação dos estabelecimentos, na figura da associação, com a iniciativa privada. Foi constatado que todas as associações acreditam ser interessante esta parceria, principalmente na questão do treinamento e da comercialização de seus produtos, dando ênfase à participação de

agências de turismo. E, em um dos casos entrevistados, foi destacada a importância das instituições de ensino superior. Entretanto, é necessário destacar que somente em dois casos foi constatada existência de parcerias com instituições do setor privado: a relação da ATURP com instituições privadas de ensino superior, as quais forneciam treinamento aos proprietários e elaboravam projetos para estes em troca de seus alunos realizarem estágios nestes estabelecimentos e a relação da ATRCF com a agência de Turismo Rizzatour, a qual é um associado que possui como função a elaboração de roteiros turísticos, a divulgação e a comercialização dos produtos oferecidos pelos associados.

O quinto bloco de questões está relacionado à relação da associação com a população local. Neste caso, todas as associações entrevistadas dizem acreditar na importância da participação da população local na atividade de turismo rural, visto que a mão de obra, em sua maioria, é composta por essa população, os produtos artesanais comercializados nos estabelecimentos são produzidos por ela e os próprios proprietários dos estabelecimentos fazem parte desta população. Desse modo, é possível perceber o envolvimento direto da população local na atividade. Também foi destacado por um dos entrevistados problemas de choque cultural e de infra-estrutura, que podem interferir no cotidiano destas pessoas. Por esse motivo, acreditam na importância da participação delas no desenvolvimento da atividade turística em sua região.

Outro ponto importante nas respostas desse bloco foi em relação ao aprimoramento da mão de obra local e à geração de empregos nesta atividade. Todas dizem que existe a preocupação com a profissionalização de seus funcionários e, por este motivo, é possível identificar vários casos de proprietários que participam de cursos e incentivam⁴⁵ seus funcionários a participarem. Segundo os entrevistados, a geração de empregos e divisas tem despertado o interesse da população local por este tipo de aprimoramento, mesmo tendo que arcar com os custos referentes a este treinamento. Ainda é importante destacar que mais de cinquenta por cento das pessoas que procuram estes cursos são do sexo feminino.

Para finalizar este bloco, resta apontar a importância da atividade na formação de associações, processo que tem estimulado um tipo de trabalho mais participativo,

⁴⁵ Os proprietários fornecem condições financeiras e de tempo para realizam destes cursos.

favorável à preservação ambiental, resgate cultural e dinamização da economia local, além do aumento no grau de representatividade da população local junto ao poder público.

É necessário dar atenção especial ao sexto bloco de questões, pois este desenha o perfil dos proprietários membros da associação. Neste grupo, foi possível identificar uma heterogeneidade em relação ao porte dos estabelecimentos. Em relação à dimensão dos estabelecimentos, portanto, é possível dizer, nos casos entrevistados, que estão divididos da seguinte maneira: +/- 33% pequeno porte; +/- 33% médio porte; +/- 33% grande porte. Estes estabelecimentos, em sua maioria, são utilizados como moradia dos proprietários, nos quais desenvolvem suas atividades econômicas.

Assim, é possível dividir os estabelecimentos em duas categorias: os de atividades turísticas e os de "outras atividades econômicas"⁴⁶. Neste caso, não foi possível identificar com exatidão qual a participação do turismo na renda dos estabelecimentos, devido à grande variedade de tipos, porém foi constatado que a importância desta atividade vem aumentando a cada ano. Observamos também que a atividade turística é praticada em sua maioria aos fins de semana, mas existe uma porcentagem considerável de turismo feito durante a semana, principalmente pelo público escolar.

Foi constatado também que os estabelecimentos de turismo rural possuem, em sua maioria, mão de obra familiar, porém, em alguns casos, complementada por mão de obra local. Esse quadro possibilita uma grande participação dos filhos na atividade. Ainda em relação à mão de obra, podemos dizer que mais de cinquenta por cento de toda mão de obra envolvida na atividade é do sexo feminino.

O sétimo e último bloco refere-se ao consumidor do produto turístico. Procuramos identificá-lo e o tipo de turismo procurado por ele. Como resultado, encontramos a inexistência de pesquisas realizadas pelas associações de turismo rural a respeito deste ator, porém os entrevistados forneceram algumas informações que possibilitam vislumbrar de maneira superficial este indivíduo. Podemos iniciar por sua origem, pois, em todos os casos, a maior parte do público é composta pela população da região, tendo nas cidades pólos⁴⁷ sua principal fonte. O restante é bem distribuído entre

⁴⁶ Atividades primárias, pequenas manufaturas, etc.

⁴⁷ Pólos regionais.

turistas do Estado de São Paulo, de outros Estados e uma pequena parcela de outros países. Em sua maioria, o turistas ficam sabendo do estabelecimento visitado através da Internet; de jornais e revistas especializadas e através da propaganda “boca a boca”. A maior parte do público que visita estes estabelecimentos é composta por famílias⁴⁸ e o segundo grupo mais representativo são as escolas. Em geral, o turista possui um poder aquisitivo na faixa de 5 a 10 salários mínimos e permanece nos estabelecimentos em média de 2 a 3 dias. Os principais períodos do ano em que ocorrem visitas são as férias escolares e os fins de semana durante o ano todo, exceto no caso do turismo escolar.

Para finalizar este bloco de questões e este subcapítulo dos resultados encontrados, vamos elencar os principais atrativos buscados pelos turistas nos estabelecimento, segundo os entrevistados: o contato como o meio rural e sua cultura; interação com a natureza; interação com o homem do campo; prática de esportes; retorno a raízes; tranqüilidade e repouso; vida saudável; contato com as lidas do campo; eventos e festas típicas; turismo personalizado de caráter familiar, etc.

Neste capítulo, procuramos esquematizar ferramentas para comprovação de nossa hipótese teórica e, com isto, foi possível obter informações a respeito da atividade de turismo rural, observando seus principais atrativos e como esta está distribuída pelo Estado de São Paulo. Através destes dados, foi possível identificar quais estabelecimentos são apresentados como de turismo rural e quais realmente podem ser considerados com ofertantes desta atividade turística.

Num segundo momento, com a aplicação do questionário, foi possível vislumbrar de forma mais profunda qual a real face dos estabelecimentos que oferecem esta atividade no Estado, isto é, qual sua estrutura sócio-econômica e qual a relação dessas propriedades com os seguintes atores sociais: iniciativa privada; poder público; população local. Isto forneceu elementos para discussão sobre a relação da atividade de turismo rural e o desenvolvimento local ou, em outras palavras, se o turismo rural está auxiliando na busca pelo desenvolvimento local.

Desta maneira, é possível afirmar que o esquema metodológico utilizado atendeu a contento nossas expectativas, apesar de limitações como, por exemplo, sua baixa profundidade em algumas questões e, principalmente, em relação à inviabilidade

⁴⁸ Entende-se por família, o grupo composto por pai, mãe, filhos, avós e agregados (tio, empregados, amigos etc).

financeira e de tempo para verificação destes dados em cada estabelecimento. Mas o esquema nos forneceu uma visão geral sobre a situação do turismo rural no Estado de São Paulo, com seus problemas e suas aspirações. Através destas informações, torna-se possível pensar em propostas para a melhoria e ampliação da atividade.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 - A SITUAÇÃO DO TURISMO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Chegamos ao ponto final de nosso trabalho, ponto propício para discutir os resultados teóricos e empíricos encontrados ao longo deste e, a partir destes dados, realizar nossas considerações finais, esperando que estas atendam às hipóteses propostas no início da pesquisa.

Iniciemos analisando os resultados encontrados na tabela de turismo rural e como estes resultados respondem às nossas expectativas teóricas. Dessa maneira, é possível constatar que a maior parte – cerca de 230 dos 248 estabelecimentos cadastrados – corresponde à noção de turismo rural adotada nesta pesquisa, na qual o turismo rural está associado a toda atividade turística praticada em espaço rural, trazendo como principal atrativo o modo de vida rural, o qual expressa uma identidade local.

A diferença percentual entre os estabelecimentos classificados pela nossa noção de turismo rural em relação à definição oficial representa uma porcentagem considerável em relação ao universo pesquisado. Também foi possível verificar que, dentro deste universo de estabelecimentos, grande parte atende ao conceito oficial de turismo rural apresentado pela EMBRATUR/ABRATUR (1999), no qual existe a necessidade do comprometimento com a produção agropecuária. É necessário ressaltar o fato de que alguns estabelecimentos possuem como principal atrativo o modo de vida no campo expresso pela identidade local, mas, segundo o Estado, na figura das instituições que regulamentam o setor, não seriam estabelecimentos ofertantes de turismo rural e, assim, não poderiam usufruir quaisquer recursos ou política pública viabilizada pelo governo para implantação, desenvolvimento ou manutenção desta atividade.

Isto deixa claro que a definição oficial de turismo rural, apesar de possuir seu valor no sentido de amarrar a atividade turística à atividade produtiva primária, acaba cometendo um erro no sentido do desenvolvimento das localidades rurais, já que acaba

dificultando ou inviabilizando que cerca de 20 estabelecimentos que hoje não possuem atividade primária por diversos motivos possam usufruir os poucos benefícios disponibilizados para o setor. Acaba por reduzir a chance de qualquer retomada da atividade primária nestes estabelecimentos por meio da atividade turística.

Muitas vezes o turismo rural acaba obrigando que o proprietário do estabelecimento retome algum tipo de atividade primária, pois esta entra como mais um atrativo para os turistas, ou ainda que este faça parcerias com outros estabelecimentos que possuam esta atividade para ofertarem estes atrativos a seus visitantes. Isto é confirmado pela nossa pesquisa através de dados do questionário aplicado aos representantes das associações de turismo rural, pois, nas questões referentes ao conceito de turismo rural, todos os entrevistados concordam com a não obrigatoriedade da presença da atividade primária para caracterizar um estabelecimento como ofertante de turismo rural, porém acreditam que a presença destes atrativos é interessante e por este motivo é incentivada pelas associações do setor.

E em relação à existência de roteiros turísticos ou do interesse por esta existência, obtivemos 100% de resposta favoráveis à criação de roteiros, porém, na prática, somente em quatro casos foi constatada a presença efetiva desses, sendo, no caso da ATRCF, bastante significativa. Isto demonstra o interesse crescente pela elaboração de novos roteiros, visando agregar um maior número de atrativos para aumentar o tempo de permanência do turista na localidade. Deste modo, é possível constatar que, de maneira direta ou indireta, existe uma preocupação com a manutenção da atividade primária, mas esta atividade não é utilizada como limitador e sim como um forte atrativo potencial do turismo rural.

Ainda esclarecendo e justificando o motivo da utilização da nossa definição, é possível constatar a diferença existente entre a noção adotada em nossa pesquisa e as definições que classificam o turismo rural como ecoturismo. Constatou-se presença de atrativos naturais em quase todos os estabelecimentos pesquisados, o que representa cerca de 92,7% do total. Além disso, constatamos que, quando aplicada nossa metodologia para a construção da tabela de estabelecimentos de turismo rural, foi observada uma pequena variação nesta porcentagem, o que esclarece dois fatos: o de que todos os estabelecimentos classificados por nós como ofertantes desta atividade possuem necessariamente algum atrativo natural e também o fato de que os estabelecimentos que possuem atrativos ambientais e que foram excluídos desta tabela

não possuem atrativos relacionados ao modo de vida rural, pois, apesar de estarem localizados em espaço rural, oferecem como principal atrativo elementos da natureza. Desse modo, podem ser classificados como estabelecimentos ofertantes de ecoturismo ou turismo ambiental.

Estes fatos possibilitam o entendimento da necessidade de deixar claro o que é turismo rural e o que é ecoturismo, pois o ecoturismo está sujeito a um conjunto de regras e leis específicas para atividades vinculadas principalmente à preservação e educação ambiental, o que, na maioria dos casos de turismo rural, não representa as reais necessidades desse setor. Isto não significa que os estabelecimentos de turismo rural não sejam obrigados a respeitarem as leis ambientais e "não tenham esta preocupação"⁴⁹, mas o que ocorre na maior parte dos casos estudados é que os atrativos ambientais são atrativos complementares à atividade, possuindo as seguintes funções⁵⁰: componente da paisagem rural; elemento utilizado para educação ambiental e trilhas ecológicas; visitação a cachoeiras e cascatas; visitação e pesca em lagos e rios etc. Todas estas atividades estão sujeitas à legislação ambiental, porém esta não pode ser utilizada para determinar o funcionamento do estabelecimento, pois, como já dito, o atrativo principal é o modo de vida rural, no qual a natureza é somente complemento ativo ou passivo da atividade.

Ainda   necessário esclarecer que a legislação referente ao ecoturismo pode, em alguns casos, inviabilizar a prática do turismo rural, pois foram encontrados em nossa pesquisa diversos "estabelecimentos em que existe forte presenç  do modo de produção convencional"⁵¹, no qual utilizam-se técnicas e insumos reprovados pelas regras e leis do ecoturismo, mas aceitos pelos órgãos oficiais e pela legislação referente à produção agrícola. Isto excluiria estes estabelecimentos da atividade.   necessário ressaltar que não estamos defendendo este modelo de produção, mas sim dando um exemplo de limitação da aplicação das regras do ecoturismo para o turismo rural.

Ainda para justificar esta posição, foi constatado em nossa pesquisa que o turismo rural está propiciando, de maneira lenta mas gradativa, uma substituição da

⁴⁹   possível constatar que existe a preocupação com a preservação ambiental. Esta é claramente expressa no questionário aplicado aos representantes das associações de turismo rural. Há uma concordância plena na importância da preservação e educação ambiental e, para isto, h  uma constante orientação por parte da associação, além da existência de alguns projetos em todas as associações referentes a esta  rea.

⁵⁰ Dados encontrados na tabela de estabelecimentos de turismo rural na coluna de atrativos ambientais.

⁵¹ Dados encontrados na tabela de estabelecimentos de turismo rural na coluna de atrativos rurais.

agricultura convencional por um "modelo de agricultura menos agressivo ao meio ambiente"⁵², pois os turistas criam demandas por este tipo de produto, forçando mudanças no sentido de atender a estas expectativas. Desse modo, fica claro que existem diferenças profundas entre turismo rural e ecoturismo, porém existe uma forte presença de atrativos do ecoturismo nos estabelecimentos pesquisados, o que não significa que estes devem ser classificados como ofertantes de ecoturismo, pois, apesar de oferecerem produtos pertencentes a esta atividade, possuem com principal atrativo o modo de vida rural, o que os classifica como ofertantes de turismo rural e, conseqüentemente, devem estar sujeitos a regras específicas para esta atividade.⁵³

Esta primeira discussão procurou deixar claro que a nossa escolha por esta noção de turismo rural possui "subsídios empíricos"⁵⁴ que justificam a sua utilização em relação à utilização dos demais conceitos propostos sobre o tema. É possível concluir que a opção feita neste trabalho possibilitou identificar os estabelecimentos que realmente ofertam turismo rural, sem excluir os que não possuam atividade primária nem incluir estabelecimentos ofertantes de ecoturismo e procurando, dessa maneira, agregar o maior número de estabelecimentos turísticos que possuam como principal atrativo o modo de vida rural e estejam localizados no espaço rural. Tudo isso de modo a verificar se estes estabelecimentos estão auxiliando no desenvolvimento local.

Dessa maneira, podemos dizer que nossa primeira hipótese foi confirmada, pois constatamos as deficiências apresentadas pelos conceitos de turismo rural e observamos, na prática, a aplicabilidade da nossa noção, pois uma pequena parcela (cerca de 7,25%) somente dos estabelecimentos estudados não responderam ao nosso conceito por pertencerem a outra categoria de atividade turística. Assim, nossa noção foi menos excludente que a definição oficial de turismo rural, que deixaria de fora desta atividade cerca de 15,3% dos estabelecimentos cadastrados hoje como ofertantes de turismo rural, além de não corresponder à visão que os representantes do setor têm a respeito dessa atividade. Este fato merece destaque, pois, na maior parte dos estabelecimentos pesquisados, os proprietários possuem a percepção do que é realmente a atividade de

⁵² Agricultura orgânica etc.

⁵³ É necessário lembrar que hoje não existem regras para atividades, estas estão em processo de elaboração. Hoje o que temos são algumas diretrizes sugeridas nos congressos brasileiros e interacionais de turismo rural e aceitas pelos órgãos oficiais, porém isto não garante a regulamentação da atividade.

⁵⁴ Referentes aos dados da tabela de estabelecimento de turismo rural e as respostas obtidas nos questionários aplicados aos representantes das associações.

turismo rural porque procuram, através desta, resgatar e retomar a importância do espaço rural através de atividades que valorizam sua realidade cotidiana. Isto não determina apenas uma opção econômica para este meio, mas sim possibilita a escolha do melhor caminho para atingir o desenvolvimento, caminho este escolhido pela própria sociedade de acordo com suas necessidades.

Em relação a nossa principal hipótese, a de que o turismo rural está auxiliando no desenvolvimento local, verificamos, através dos dados da tabela de estabelecimentos de turismo rural e das respostas obtidas a respeito dos questionários aplicados, elementos que propiciam algumas suposições a respeito desta relação.

Com base no modelo de desenvolvimento proposto em nosso trabalho, que consiste basicamente no equilíbrio das dimensões econômica, natural e social conseguido através da participação conjunta dos principais atores sociais, no caso o poder público, iniciativa privada, população local e as associações de turismo rural, é possível verificar primeiramente que, de certo modo, existe uma participação de todos os atores nesta atividade. Essa participação é constatada no conjunto de respostas encontradas nos questionários aplicados. Para melhor construir esta conclusão, podemos realizar a discussão de participação em relação a cada ator.

Se iniciarmos pelas associações de turismo rural, verificaremos que estas são frutos da necessidade dos proprietários rurais de encontrar opções para as dificuldades econômicas presentes no campo. Estas associações surgem de um movimento dos próprios proprietários, que buscam maior representatividade junto ao poder público e à iniciativa privada, melhor organização operacional, valorização cultural e resgate da auto-estima do homem do campo. Tal movimento tem como resultado a efetivação de associações altamente participativas, nas quais todos os membros buscam, em conjunto, as melhores soluções para os problemas coletivos referentes à atividade e encontram soluções para seus problemas individuais através de outras experiências ou de assessoria fornecida ou orientada pela associação.

Este trabalho conjunto e participativo pode ser expresso nas reuniões mensais para discussão dos rumos das associações; na organização de "associações estaduais"⁵⁵; nos roteiros turísticos, ou pelo menos na vontade da elaboração de roteiros; nos cursos e

⁵⁵ Em nosso caso, a criação da Associação Paulista de Turismo Rural, que é a representante das associações no nível do Estado de São Paulo, sendo componente da ABRATURR, que é a representante nacional.

treinamentos freqüentados pelos associados e intermediados pela associação; enfim, o maior serviço prestado pelas associações é o fato destas democratizarem a discussão sobre a atividade, pois estas discussões coletivas resultam na implantação e organização de atividades turísticas que respeitam a interação com o espaço onde estão localizadas, o qual pertence a todos os participantes, já que eles têm, neste espaço, sua moradia, seu trabalho, sua família, seu lazer, enfim, toda sua vida está associada a este meio e, sendo assim, devem pensar na implantação de atividades que respeitem e valorizem esta realidade, pois é o maior atrativo que eles possuem.

Esta relação participativa e consciente, propiciada pelas associações de turismo rural, é facilmente constatada na tabela dos estabelecimentos de turismo rural em suas colunas de atrativos e nas respostas às questões aplicadas, quando é possível verificar uma preocupação com a preservação e educação ambiental, resgate e valorização cultural, melhoria nas condições econômicas através da geração de empregos e agregação de valor aos produtos, inserção da família na atividade, tendo destaque o papel da mulher, investimentos em aprimoramento profissional, etc. De maneira geral, as associações têm como principal função a representação das aspirações de seus associados na figura de um ator social, o qual procura estabelecer uma discussão com os demais atores sociais, visando viabilizar os desejos e aspirações de seus associados.

Outro ator ou sujeito social importante é o Estado, sobre o qual, porém, foi constatada tímida participação, pois o mesmo deixou de executar ou executou de maneira parcial diversas de suas atribuições. Foi inferido em nossa discussão teórica e constatado empiricamente nas respostas ao questionário, que o poder público é um elemento importantíssimo para o bom desenvolvimento da atividade de turismo rural, pois cabe a ele a elaboração de regras e legislação para normatizar o setor, viabilizar linhas de crédito e financiamentos especiais para estimular a atividade, realizar melhoria de infra-estrutura nas localidades, fornecer cursos e treinamentos para aprimoramento das populações para facilitar a inserção nesta atividade, auxiliar na divulgação da localidade e seus atrativos, etc. Apesar disso, o que pudemos encontrar de efetivo em relação ao que se espera que o Estado realize e o que ele realmente está realizando foram algumas poucas ações como, por exemplo, melhoria de infra-estrutura em poucas localidades, divulgação da atividade de maneira isolada destacando uma região específica, oferta de cursos via Sebrae e outros órgãos vinculados ao poder público e escassos recursos financeiros remanejados para atividade via programas de agricultura.

Entretanto, é necessário destacar que, apesar de ser pouco efetivo nas medidas em prol da atividade, vem demonstrando nas diversas esferas de poder, principalmente nas esferas estaduais e federais, um interesse em desenvolver programas para estimular esta atividade. Podemos citar como exemplo a criação de pólos e circuitos turísticos. Devemos atentar para o fato de que qualquer ação do governo em favor da atividade é realizada com base no conceito oficial de turismo rural, no qual existe a necessidade da presença da atividade agropecuária. Assim, de maneira geral, podemos dizer que o poder público tem participado da atividade de turismo rural, ainda que timidamente.

Em relação à iniciativa privada, também foram constatadas empiricamente as nossas suposições teóricas, pois todos os entrevistados acreditam na importância da participação deste ator, porque, para eles, este processo de interação entre os estabelecimentos de turismo rural e o comércio local, agências de turismo, empresas de transporte ou meios de comunicações propiciaria benefícios mútuos por diversas razões. Entre as principais razões encontradas, podemos citar a resolução ou minimização de um dos maiores problemas enfrentados pelos proprietários destes estabelecimentos, que está relacionado à divulgação e comercialização de seu produto turístico. Neste caso, uma parceria com as agências de turismo, que são instituições especializadas nesta área, poderia atender a estas necessidades e, em troca, obteriam uma participação nos lucros. Em relação aos demais componentes da iniciativa privada, estes devem estar sintonizados para a recepção dos turistas, os quais representam uma injeção de capital na localidade.

Contudo, temos o mesmo problema que o encontrado em relação ao poder público porque, apesar da importância que esta atividade pode representar para este setor, existe pouca participação efetiva deste ator. Há algumas exceções que foram destacadas em nossa pesquisa, o caso de uma agência de turismo, a Rizzatour, por exemplo, que faz uma parceria com a ATRCF e de instituições privadas de ensino superior que realizam um trabalho conjunto com a ATURP. Mas, do mesmo modo que colocamos em relação à participação do Estado, podemos afirmar que existe participação da iniciativa privada, apesar de ser ainda muito tímida. O importante, no entanto, é que há perspectivas de um maior envolvimento, o que é desejado por parte das associações e de órgãos deste setor, pois todos acreditam nas vantagens mútuas desta parceria.

Por fim, em relação à população local, este ator, como os demais, deve ter e tem uma participação essencial na atividade, comprovada empiricamente em nossa pesquisa. Todos os entrevistados acreditam na importância e na necessidade do envolvimento desse ator social na prática do turismo rural, primeiro porque eles mesmos se colocam como parte atuante desta população e depois porque a mão de obra⁵⁶ envolvida na atividade é composta por seus familiares e pelos moradores da localidade, além do fato desta atividade poder interferir no cotidiano das pessoas que residem neste local. Portanto, com base nestas razões, acreditam na existência de uma forte participação da população local e na importância desta para o desenvolvimento da atividade.

Em grande parte, todas as aspirações apresentadas pelos entrevistados estão sendo concretizadas, afirmação que pode ser constatada principalmente por três fatores: pela procura e incentivo na busca por aprimoramento profissional por grande parte das pessoas envolvidas na atividade (além de despertar o interesse de pessoas a ingressarem na atividade); geração de empregos, com destaque para trabalho familiar e da região, com uma grande inserção do papel da mulher na atividade econômica e, por fim, o mais importante, que é o estímulo ao envolvimento e comprometimento de parte da comunidade com o crescimento da atividade, respeitando a localidade e suas especificidades, o que propicia a inserção desta população neste mercado sem precisar perder sua identidade ou sair de sua localidade.

Ainda não é possível dizer que as expectativas dos entrevistados estejam sendo atingidas de maneira plena porque, atualmente, não foi encontrado, em nenhum dos casos, um envolvimento completo da comunidade. Mas é possível observar que está ocorrendo um aumento constante e gradativo da consciência de participação e da participação efetiva na atividade, o que aponta para a obtenção deste objetivo.

Até este ponto de nossas considerações finais, é possível dizer que nossa hipótese a respeito da nossa noção de turismo rural foi confirmada, o que nos mostram os dados já mencionados. E, em relação à noção de desenvolvimento local adotada em nosso trabalho, podemos dizer que estamos caminhando para confirmação de nossa hipótese central, a qual consiste na afirmação da atividade de turismo rural como auxiliar para o desenvolvimento, propiciando, dentro de sua área de atuação, elementos

⁵⁶ Trabalhos diretos ou indiretos.

que favoreçam esse processo, pois o primeiro elemento que compõe nossa proposta de conceito foi confirmado, aliás, constatado empiricamente: existe um envolvimento ou pelo menos um grande interesse de participação dos principais atores sociais no desenvolvimento da atividade, fato que vem corroborar a suposição que é primordial esta relação para podermos pensar em desenvolvimento local. É assim que, de posse desses dados e confirmadas algumas idéias, caminhamos para o desfecho final de nossa argumentação, no qual procuraremos indícios empíricos, ou melhor, indicadores que possam confirmar que esta atividade está buscando a sustentabilidade.

Para isso, trabalharemos as três dimensões de desenvolvimento propostas de forma isolada, procurando identificar os indicadores encontrados nas colunas de atrativos da tabela de estabelecimentos de turismo rural e nas respostas dadas pelos representantes das associações de turismo rural pesquisadas aos questionários aplicados para, posteriormente, verificar se está existindo um equilíbrio entre estas dimensões.

Em relação à esfera econômica, foi possível constatar que existe uma divisão equilibrada entre o porte dos estabelecimentos que praticam a atividade de turismo rural e a importância desta atividade na composição da renda. Apesar dos entrevistados não possuírem dados exatos para a confirmação deste fato, disseram que, de maneira geral, acreditam que existam três categorias de importância da atividade de turismo nas propriedades, a saber: os casos em que a atividade turística é a principal fonte de renda, que se apresentam, de maneira geral, em pequenos estabelecimentos ou estabelecimentos de médio e grande porte onde a atividade primária se encontrava em franca decadência; os casos em que a atividade turística está em equilíbrio com as demais atividades do estabelecimento, modelo que pode ser encontrado em estabelecimentos de qualquer porte e os casos em que a atividade turística é complementar ou representa uma pequena parcela na composição da renda da propriedade, o que acontece principalmente nas médias e grandes propriedades em que a atividade primária está em franco crescimento.

É importante lembrar que estas categorias representam uma distribuição generalizada da participação da atividade turística nos estabelecimentos, pois é possível identificar propriedades que fogem a esta regra. Além disso, é necessário dizer que estas afirmações apresentadas pelos entrevistados não têm base em dados estatísticos, mas devem ser consideradas, pois, devido ao modelo de funcionamento destas associações, estas pessoas acabam por conhecer todos os estabelecimentos associados e suas

realidades, fato que dá validade a estas respostas. Estas informações atendem as pretensões de nosso trabalho, mas sabemos que, para uma pesquisa mais profunda e confirmação deste fato é necessário uma pesquisa estatística.

Portanto, independentemente do grau de participação da atividade turística, é possível afirmar que esta atividade apresenta-se como elemento dinamizador da atividade econômica na localidade, sendo forte gerador de empregos diretos ou indiretos na região, afinal, a mão-de-obra envolvida na atividade é composta basicamente por familiares e pessoas da localidade. Estimula também a melhoria do comércio local e diretamente o aumento na contratação de trabalhadores para atender o aumento da demanda. Além do mais, estimula a produção em pequenas manufaturas e oficinas e de pessoas ligadas ao artesanato e o redirecionamento de parte da produção do setor primário para esta atividade, visando a obtenção de produtos com maior valor agregado etc.

Estes elementos encontrados na nossa pesquisa podem ser considerados como indicadores de que o turismo rural está produzindo efeitos positivos em relação à dimensão econômica do desenvolvimento, pois, em todos os casos estudados, foram encontrados os elementos e os efeitos mencionados acima, o que indica que, independentemente da intensidade de participação destes indicadores, estes foram encontrados em todos os casos. Após a confirmação de efeitos positivos da atividade de turismo rural sobre a economia da localidade, há que se verificar se estes não acarretam problemas em relação às dimensões social e natural.

Em relação aos efeitos da atividade de turismo rural sobre a esfera natural, constatamos dados animadores, pois a maior parte dos estabelecimentos pesquisados tem, em seu interior ou em seu entorno, a presença de elementos naturais preservados e, segundo os entrevistados, existe uma preocupação e orientação por parte das associações no sentido de investimentos na educação e preservação ambiental. Apesar de os associados já possuírem esta preocupação antes mesmo da prática do turismo, esta atividade forneceu ou obrigou uma participação mais ativa neste sentido, visto que os turistas demandam este ambiente preservado.

Além da preocupação com a preservação e recuperação ambiental, através de medidas como educação ambiental, reflorestamento, preocupação com o destino do lixo, etc, o fato mais interessante é um dos mais importantes no sentido da preservação ambiental: a mudança no tipo de produção primária dentro dos estabelecimentos.

Afinal, foi constatado um aumento na substituição da agricultura convencional por uma produção orgânica, fato estimulado por um maior retorno econômico, além satisfação pessoal da preservação ambiental. Nos casos estudados, o turismo está proporcionando um incentivo importante neste processo, pois está facilitando o escoamento da produção e a agregação de valor a estes produtos. Através do consumo direto dos produtos pelos turistas, da divulgação destes produtos pela atividade turística, da transformação artesanal (e automaticamente agregação de valor) e escoamento de parte da produção, é possível se ter uma produção com escala reduzida sem a necessidade da utilização de insumos e de maquinários sofisticados, mas com um grande retorno financeiro, social e ambiental, pois esta produção é direcionada a um público diferenciado, não existindo a necessidade de competir com grandes produtores da agricultura convencional.

Dessa maneira, é possível confirmar que a atividade de turismo rural realmente está produzindo efeito, principalmente sobre a consciência ambiental dos proprietários dos estabelecimentos e de todas as pessoas envolvidas na atividade, pois, como vem sendo discutido ao longo deste trabalho, a atividade está sendo desenvolvida de maneira conjunta pelos principais atores sociais, que são responsáveis por qualquer mudança de postura. Mas é preciso reafirmar que os resultados apresentados em nossa pesquisa são apenas indícios que apontam ou sugerem possíveis indicadores de preservação ambiental e, como já mencionado, estes resultados visam atender as necessidades propostas em nosso trabalho, não podendo ser adotados como referência para discussão de preservação ambiental, já que não possuem a profundidade necessária para este tipo de discussão.

Para completar nossa trilogia, falta a dimensão social. E nesta, como nas demais, procuramos encontrar indícios de que o turismo rural está auxiliando na melhoria da qualidade de vida da sociedade onde está sendo praticado. Felizmente, constatamos alguns indicadores neste sentido. Entre estes, podemos destacar a maior participação da mulher nas decisões familiares e da comunidade, visto que a atividade está inserida nesta. Este fato é de suma importância, pois representa uma maior consciência democrática no sentido da participação, já que, a partir do momento que a mulher ganha real importância e representatividade na vida da comunidade – diga-se de passagem num espaço rural, que possui um grande “ranço” com a tradição patriarcal, na qual a função da mulher estava relegada a um único plano, que é o de cuidar da família na esfera da casa –, podemos dizer que há um grande salto evolutivo na questão do

desenvolvimento para esta sociedade, fato destacado por grandes estudiosos desta questão, como o prêmio Nobel de economia Amartya Sen em sua obra Desenvolvimento como Liberdade.

Outro indício importante relacionado a esta dimensão é o fato de que a atividade está garantindo a permanência dos indivíduos na sua localidade, permanência relacionada tanto ao trabalho como à moradia, garantindo, ainda, a preservação de suas tradições culturais, mantendo, de certa maneira, seu modo de vida e valorizando a identidade local, pois a atividade turística é estruturada nestes elementos. Assim, faz-se necessária a sua preservação, o que propicia as vantagens mencionadas acima, pois toda atividade desenvolvida deve respeitar estes elementos. Por outro lado, são necessárias melhorias na qualidade dos serviços públicos e no atendimento da iniciativa privada local, mudanças estas que visam, primeiramente, o melhor atendimento ao turista, que injeta capital na região, mas que, também, direta ou indiretamente, trazem benefícios para a comunidade, pois todos acabam usufruindo destas melhorias trazidas pelas mudanças, principalmente as relacionadas aos serviços públicos.

Também podemos citar, como indício de indicador social, as mudanças no tipo de produção, pois estas, além das vantagens econômicas e naturais, propiciam uma melhoria no tipo de trabalho oferecido na região, no tipo de produto consumido na localidade, "mudanças na grade curricular"⁵⁷ do ensino na localidade etc. Como nos outros casos, podemos dizer que, na esfera social, encontramos indícios que correspondem às nossas propostas teóricas. Dessa forma, podemos concluir que, dentro do nosso esquema metodológico, é possível afirmar a sustentabilidade relacionada às três esferas propostas, o que equivale à confirmação da segunda parte da nossa hipótese central.

Apoiado nestas informações, é possível fornecer as respostas às hipóteses propostas em nosso trabalho, já que houve confirmação e justificação empírica das vantagens e do porquê da utilização da nossa noção de turismo rural. Houve verificação de que ela está em sintonia com o tipo de atividade de turismo rural praticado no Estado de São Paulo e que este tipo de atividade corresponde a uma opção de melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem no meio rural, pois, ao

⁵⁷ Cursos, treinamentos relacionados a educação ambiental e produção agrícola orgânica, etc.

mesmo tempo que fornece uma nova alternativa econômica, procura respeitar o meio natural e suas limitações, o modo de vida dessa comunidade através da preservação de sua identidade. Isto mostra que o turismo rural, quando pensado dentro do conceito que consiste em uma atividade praticada em espaço rural, onde se tem uma forte presença de elementos naturais e possui como principal atrativo o modo de vida rural, pode ser uma atividade propícia a auxiliar no desenvolvimento local.

O fato é confirmado quando realizamos a análise em relação à participação democrática dos atores sociais e a existência de indicadores de sustentabilidade da atividade, elementos que fornecem os subsídios necessários para a confirmação de nossa hipótese central, que consiste, basicamente, em provar que a atividade de turismo rural praticada no Estado de São Paulo está auxiliando numa revitalização do espaço rural. Isso se dá pelo estímulo em relação à participação na atividade através da realização de um trabalho de resgate da auto-estima dos moradores destas localidades, valorizando o seu cotidiano e os elementos que o compõem.

Este processo cria uma atividade fruto de uma visão coletiva, que possui como objetivo central a busca pela melhoria da qualidade de vida das pessoas da localidade, o que acaba resultando, direta ou indiretamente, num processo de desenvolvimento local, baseado no equilíbrio entre as dimensões econômica, natural e social. Dessa forma, há a resposta à nossa hipótese: que o turismo rural está auxiliando no desenvolvimento local através de indicadores concretos ou de ações de conscientização das quais podem resultar indicadores concretos via desenvolvimento.

Quando iniciamos este trabalho, tínhamos como pretensão compreender o que realmente era o turismo rural e assim realizar um mapeamento dessa atividade no Estado de São Paulo, verificando se esta atividade estava auxiliando e se podia auxiliar no desenvolvimento das localidades onde estava sendo praticado. Este trabalho nos possibilitou a compreensão e verificação de nossas suposições teóricas, mostrando que o turismo rural está sendo um aliado importante para a melhoria da qualidade de vida do homem do campo e indiretamente do cidadão urbano, pois, além de servir como espaço de lazer, evita o êxodo rural e realiza mudanças no sentido de preservação ambiental, etc.

Ao concluir este breve trabalho, porém, espero estar fornecendo elementos para despertar o interesse por esta área, tanto acadêmico, através de pesquisas mais profundas e de possibilidades de linhas de crédito pra financiar estes estudos, como

mercadológico, despertando o interesse para investimentos e parcerias visando o desenvolvimento desta atividade. Em ambos os casos, respeitando os elementos essenciais para que se tenha uma atividade economicamente viável, que respeite os limites naturais e propicie melhoria na qualidade de vida da comunidade, e que seja desenvolvida dentro de uma lógica participativa.

Quero ser um tanto ambicioso e acreditar que as idéias discutidas neste trabalho possam ser uma semente para se pensar num novo modelo de desenvolvimento que possa estar desvinculado do modelo econômico hoje existente, que no futuro possamos falar de globalização, mas num sentido mais amplo, do qual faça parte a democratização de conhecimento, a justiça social, a igualdade social, o acesso à saúde, à alimentação, à educação. Que as barreiras existentes no mundo sejam realmente rompidas, mas respeitando as diferenças, as especificidades. Que isto venha a ser valorizado e não padronizado. Gostaria de pensar que é possível expandir um modelo de desenvolvimento participativo com base no equilíbrio de suas dimensões, de uma pequena localidade para uma região, para um país, para um continente e por que não para todo o mundo?

"Gostaria que isso deixasse de ser uma utopia para se tornar nossa realidade."

6 - BIBLIOGRAFIA

- ABENSOUR, M. O Novo Espírito Utópico. Campinas, SP:Unicamp, 1990.
- ABTR. Jornal Oficial da Associação Brasileira de Turismo Rural. Ano 111, nº 03, jan./fev., 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo - Campinas, SP: Editora Hucitec - Editora da Unicamp: 1998.
- ALENCAR, Edgard. Complexos Agroindustriais. Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras/ Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, 2001
- ALMEIDA, Joaquim Anécio, FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário (orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- ALMEIDA, Joaquim Anécio e RIEDL, Mário (orgs.). *TURISMO RURAL - Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE POUSADAS E CAMPING. Registro de Cadastros. São Paulo: 2001.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. "Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional" In: BANDEIRA, Pedro S. e BECKER, Dinizar F. (org.). *Desenvolvimento Local-regional - Determinantes e Desafios Contemporâneos*, Volume 1. Santa Cruz, RS: EDUNISC: 2000:23-128.
- BECKER, Bertha K. e MIRANDA Mariana (orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 1997.
- BECKER, Dinizar Fermiano. "Necessidades e Finalidades dos Projetos Regionais de Desenvolvimento Local" In: BANDEIRA, Pedro S. e BECKER, Dinizar F. (org.). *Desenvolvimento Local-regional - Determinantes e Desafios Contemporâneos*, Volume 1. Santa Cruz, RS: EDUNISC: 2000:129-150.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. "Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local." In: RODRIGUES, Adyr Balatreri (org.). 2ªed. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2000: 23-41.
- BOISIER, Sergio. "Desarrollo (local): De qué estamos hablando?" In: BANDEIRA, Pedro S. e BECKER, Dinizar F. (org.). *Desenvolvimento Local-regional -*

Determinantes e Desafios Contemporâneos, Volume 1. Santa Cruz, RS: EDUNISC: 2000:151-186.

BRASIL. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Barros II, Silvio M. e Penha, Denise N (coord.), Brasília, Embratur/Ibama, 1994.

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 21ª Edição Petrópolis-RJ: Vozes. 2000

CAMPANHOLA, Clayton e RODRIGUES, Geraldo Stachetti. "Avaliação da Sustentabilidade de Atividades do Turismo no Meio Rural." In: OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza; MOURA, José Carlos e SGAI, Marco (editores). *Turismo no espaço rural brasileiro. Anais do 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Piracicaba, SP:FEALQ, 2001: 269-275.

CAMPANHOLA, Clayton e SILVA, José Graziano. "O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro." In: ALMEIDA, Joaquim Anécio e RIEDL, Mário (orgs.). *TURISMO RURAL - Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000:145-179.

CARNEIRO, Maria José. "Ruralidade: novas identidades em construção". In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, numero 11, outubro: 1998: 53-74.

CARVALHO, João Carlos Monteiro. *O Desenvolvimento da Agropecuária Brasileira da Agricultura Escravista ao Sistema Agroindustrial*. Brasília: EMBRAPA. 1992

CHAYANOV, A. *La organización de la unidad econômica campesina*. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editoria da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRISTOVÃO, Artur. "'Mundo Rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)". In: ALMEIDA, Joaquim Anécio de; RIEDL, Mário e VIANA, Andyara Lima Barbosa. *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC: 2002:81-116.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2000.

DALLABRIDA, Valdir Roque. "Sustentabilidade e Endogenização: Novos Paradigmas para o Desenvolvimento Regional. In: In: BANDEIRA, Pedro S. e BECKER,

- Dinizar F. (org.). *Desenvolvimento Local-regional - Determinantes e Desafios Contemporâneos*, Volume 1. Santa Cruz, RS: EDUNISC: 2000:187-228.
- DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícola no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Tese de doutoramento. São Paulo, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 1999:230.
- DIB, Paulo Spieker. "Instalações e serviços em turismo rural: a qualidade como garantia de competitividade". In: ALMEIDA, Joaquim Anécio de; RIEDL, Mário e VIANA, Andyara Lima Barbosa. *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC: 2002:231-239.
- EMBRATUR. *Oficina Nacional de Turismo Rural*. Brasília: Embratur, 2001.
- _____. *Manual operacional do turismo rural*. Brasília: Embratur, 1994.
- _____. *Política nacional de turismo: diretrizes e programas 1996-1999*. Brasília: MICT/Embratur, 1996-1999.
- FROEHLICH, J. M. e RODRIGUES, Ivone da S.. "Atividade Turística e Espaço Agrário: Considerações Exploratórias Sobre o Município de Restinga Seca (RS)" in ALMEIDA, Joaquim Anécio, FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário (orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papyrus, 2000: 85-110.
- _____. "O 'local' na atribuição de sentido ao desenvolvimento". In: Revista do CPDA, numero 7 , maio, 1999:1-17.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa por amostra de domicílios - PNAD*. Rio de Janeiro: 1996.
- FURQUIM, Eleusa de Carvalho e ISHIY, Morupi. "As Atividades do Turismo Rural sob a Óptica da Desproteção Jurídica das Legislações Agrária e Tributária." In: OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza; MOURA, José Carlos e SGAI, Marco (editores). *Turismo no espaço rural brasileiro. Anais do 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Piracicaba, SP:FEALQ, 2001: 263-268.)
- FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro. 7º Edição. LTC S.A 2000
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

- GOODMAN, David; SORI, Bernardo e WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias - Agricultura e indústria no sistema internacional-. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, 1990.
- HUNT, E. K. e SHERMAN, Howard J.. *Historia do Pensamento Econômico*. Petrópolis, Rj: Editora Vozes LTDA, 1982.
- IANNI, O.. *Notícias do mundo agrário. XVII Pipsa Nacional*. Porto Alegre: UFRGS/ Apipsa (outubro), 1993. (Digitado)
- JOLLIVET, Marcel. "A vocação atual da sociologia rural" In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, numero 11 de Outubro, 1998:5-25.
- LACKI, Pólan. *Desenvolvimento Agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor*. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil / FAO - Escritório Regional da FAO para a América Latina, 1996.
- LAMARCHE, Hughes (coord.). *A Agricultura Familiar: comparação internacional*. Volume 1, Tradutora: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Ed. da Unicamp: 1993
- _____. *Agricultura Familiar : Comparação Internacional - Do mito a Realidade*. Volume 2; Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Ed. da Unicamp: 1998.
- LIMA, Marcos Costa. "Desenvolvimento sustentável, a crise do fordismo e os países periféricos." In: RODRIGUES, Arlete Moysés (org.). *Meio Ambiente ecos da eco*. Campinas, SP: Departamento de Sociologia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas. Textos Didáticos nº 8 - março de 1993: 97-129.
- LOURENÇO, Fernando Antônio e WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "O agricultor e a vida local". In: LAMARCHE, Hughes (coord.). *Agricultura Familiar : Comparação Internacional - Do mito a Realidade*. Volume 2; Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Ed. da Unicamp: 1998; 207-231.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. e SERRANO, Célia M. de Toledo. "Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas." In: RODRIGUES, Arlete Moysés (org.). *Meio Ambiente ecos da eco*. Campinas, SP: Departamento de Sociologia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas. Textos Didáticos nº 8 - março de 1993: 19-32.

- MAGRO, Teresa Cristina. "Ambiente Natural e Turismo em Meio Rural". In: In: ALMEIDA, Joaquim Anécio de; RIEDL, Mário e VIANA, Andyara Lima Barbosa. Turismo Rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC: 2002:141-164.
- MARTINS, José de Souza. "O Futuro da Sociologia Rural e sua Contribuição para a Qualidade de Vida Rural". In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, numero 15, outubro. Rio de Janeiro, RJ: 2000:5-12.
- _____. "As coisas no lugar: da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo" In: Sobre o modo capitalista de pensar. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1978:43-82
- NETO, Severo Francisco Ilha. Da sociologia rural à do território. In: Revista Ciência & Ambiente, numero 15, julho/dezembro, 1997:17-30.
- OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza. "O sucesso como possível fator de descaracterização de empreendimentos de turismo rural". In Anais do terceiro congresso brasileiro de turismo rural, piracicaba, SP: FEALQ, 2001.
- OTTO, Alcides Ohlweiler. *Evolução sócio-Econômica do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Tche. 1990.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. "Turismo e desenvolvimento socioespacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo." In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL - LIMA, Luiz Cruz (org.). Anais do II Encontro Nacional do Turismo com Base Local - *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico* -Volume 2. Fortaleza, CE: UECE, 1998: 229-249.
- REVISTA MUNDO AGRICOLA. São Paulo: AEASP, p. 26-27, agosto/1999.
- RICHERS, Raimar. *Rumos da América Latina. Desenvolvimento Econômico e Mudança Social*. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda e Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- RODRIGUES, Adyr Balatrerri (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997: 55-66.
- _____. "Turismo rural no Brasil- ensaio de uma tipologia." In: ALMEIDA, Joaquim Anécio E RIEDL, Mário (orgs.). *TURISMO RURAL - Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000:51-68.

- RODRIGUES, J. A. (Org.). *Durkheim - Sociologia*. (coleção Grandes Cientistas Sociais). 9 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____ "Da Política dos Estados à Política das Empresas." *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, nº 6, p. 9-23, jul./dez, 1997.
- _____ "Nação, Estado e Território." In: MENDONÇA, Sônia e MOTTA, Márcia. *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói, RJ: Ed.UFF, 1998:23-29.
- _____ "O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise." *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 2, p. 15-26, ago./dez., 1999.
- _____ Técnica, tempo, espaço: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- SÃO PAULO. *Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo*: São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Educação ambiental (CEAM), com apoio do núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAN) da UNICAMP, 1996.
- SANCHEZ, Joan Eugeni. *Por una geografia Del turismo de litoral - Una aproximación metodologica*. Madrid. Estudios Territoriales. n. 17, 1985: 103-122.
- SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Guia de Pesqueiro com Hospedagem. São Paulo: 2001.
- _____ Guia de Turismo Rural. São Paulo: 2001.
- SEM, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, SP: Companhia das Letras: (2000: 01-410)
- SHIVA, Vandana. "Ecodesenvolvimento." In : Dos novos limites às políticas ambientais - Siena - 31 de outubro a 2 de novembro de 1989 - Aula Magna da Universidade - Convenção Científica Internacional - "Os novos limites físicos, sociais e éticos do desenvolvimento" - "O verdadeiro significado de economia sustentável". Siena: 1989.
- SILVA, José Graziano, VILARINHO, Carlyle e DALE, Paul J. "Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil." In: ALMEIDA, Joaquim

- Anécio, FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário (orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papirus, 2000: 15-62.
- SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. "Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável." In: RODRIGUES, Adyr Balatrerri (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997: 87-98.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. "Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?" In: RODRIGUES, Adyr Balatrerri (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997: 17-22.
- STANEK, Oleg. "O trabalho Familiar Agrícola e a Pluriatividade".In: LAMARCHE, Hugues (coord.). *A Agricultura Familiar*. Campinas, SP:Editora da UNICAMP, 1998:149-174.
- STEIL, Carlos Albert. "O Turismo como Objeto de Estudos no Campo das Ciências Sociais". In: ALMEIDA, Joaquim Anécio de; RIEDL, Mário e VIANA, Andyara Lima Barbosa. *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC: 2002:51-80.
- SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável - Conceitos e impacto ambiental*. São Paulo, SP: Editora Aleph, Volume 1, 2º edição, 2000.
- TALAVERA, Agustín Santana. "Desarrollos y Conflictos em Torno al Turismo Rural: claves y dilemas desde la antropologia social". In: ALMEIDA, Joaquim Anécio de; RIEDL, Mário e VIANA, Andyara Lima Barbosa. *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC: 2002:13-50.
- TULIK, Olga. "Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural". In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2000: 136-143.
- _____ "O espaço rural aberto à segunda residência." In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL - LIMA, LUIZ CRUZ (org.). *Anais do II Encontro Nacional do Turismo com Base Local - Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico -Volume 2*. Fortaleza, CE: UECE, 1998: 200-218.
- VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento Agrícola. Uma Visão Histórica*. São Paulo: Editora HUCITEC e Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

VERBOLE, Alenka. "A busca pelo Imaginário rural". In: ALMEIDA, Joaquim Anécio de; RIEDL, Mário e VIANA, Andyara Lima Barbosa. Turismo Rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC: 2002; 117-140.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo" In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 15 de outubro de 2000: 87-145.

Principais Sites consultados:

Associação Brasileira de Camping e Pesca – Disponível em < [http:// abcp.com.br](http://abcp.com.br)> . Acesso em abril 2002.

Associação Brasileira de Turismo Rural – Disponível em < [http:// abtr.com.br](http://abtr.com.br)> . Acesso em: abril 2002.

Associação de Turismo Rural Circuito das Frutas – Disponível em < [http:// circuitodasfrutas.com.br](http://circuitodasfrutas.com.br)>. Acesso em: julho 2002.

Empresa Brasileira de Turismo – Disponível em < <http://embratur.gov.br>>. Acesso em: junho 2002.

Prosa de Compadre – Disponível em < <http://prosadecompadre.com>>. Acesso em: setembro 2002.

Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo - < <http://set.sp.gov.br>>. Acesso em: setembro 2002.

SECÇÃO DE ANEXOS

ANEXO 1

CARTA DE SANTA MARIA

Os participantes do Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável em Santa Maria - RS, promovido pela Universidade Federal de Santa Maria, na data de 27 a 29 de maio de 1998,

RECONHECEM:

A importância socioeconômica do Turismo no Espaço Rural;
Esforço dos poderes públicos, da iniciativa privada, das instituições de ensino e das organizações não governamentais em fomentar o desenvolvimento sustentável local, regional e nacional, por meio das atividades turísticas no espaço rural;
Nível de excelência dos profissionais na área de turismo como agentes do desenvolvimento sustentável e;
A falta de estímulo aos estudos, pesquisas e registros quantitativos e qualitativos sobre os impactos sócio econômico do turismo no espaço rural;

CONSIDERAM:

A necessidade do fortalecimento e integração entre os agentes institucionais, governamentais e privados;
A existência de legislação que contemple as especificidades da atividade de turismo no espaço rural;
A não confiabilidade nos registros existentes e a modesta quantidade de pesquisas acarretam uma morosidade no desenvolvimentos sócio econômico no espaço rural;

PROPÕEM:

Que as instituições governamentais estabeleçam em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo no espaço rural;
A criação de associações locais e regionais integradas a uma instituição de representatividade de âmbito nacional;
A revisão da legislação existente que interfere direta ou indiretamente no segmento e na sua conseqüente normatização;
O estímulo à capacitação de profissionais por meio de entidades públicas e privadas;
O estímulo à pesquisa de turismo no espaço rural de maneira que os registros sigam uma terminologia unificada e venham facilitar a interpretação e análises de dados.

ANEXO 2

Mapa de todos os estabelecimentos de Turismo Rural do Estado de SP, segundo o critério adotado nesta pesquisa.

ANEXO 3

Mapa de todos os estabelecimentos de Turismo Rural do Estado de SP, classificados com prestadores de turismo rural.

ANEXO 4

Mapa de todos os estabelecimentos de Turismo Rural do Estado de SP, não classificados com prestadores de turismo rural.

ANEXO 5

Mapa 4 dos Estabelecimentos de Turismo Rural apresentados pela ABTR, segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo.

Mapa 5 dos Estabelecimentos de Turismo Rural apresentados pela ANCL, segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo.

Mapa 6 dos Estabelecimentos de Turismo Rural apresentados pela ASTUR, segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo.

Mapa 7 dos Estabelecimentos de Turismo Rural apresentados pela ATRCAR, segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo.

Mapa 8 dos Estabelecimentos de Turismo Rural apresentados pela ATRCF, segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo.

Mapa 9 dos Estabelecimentos de Turismo Rural apresentados pela ATURP, segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo.

Mapa 10 dos Estabelecimentos de Turismo Rural apresentados pela STESP, segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo.

ANEXO 6

Questões
Primeira Etapa (perguntas sobre as associações)
1) Quando e por que surgiu esta associação?
2) Quais as principais funções ou objetivos pretendidos por essa associação?
3) Estes objetivos estão sendo alcançados? Como isto vem acontecendo?
4) Em relação a formação desta associação o senhor (a) diria, que foi uma iniciativa pessoal ou coletiva?
5) Sendo pessoal quem foi o idealizador e o por que teve essa iniciativa?
6) Sendo uma iniciativa coletiva, quais os sujeitos que participaram? E de que maneira isto ocorre?
7) Qual o papel dos proprietários de estabelecimentos de turismo rural em relação a formação da associação?
8) Qual a importância ou papel do turista na formação desta associação?
9) A prefeitura ou secretaria de turismo teve alguma participação na formação da associação? Qual?
10) Como se deu esse processo organização para formação dessa associação?
11) A estrutura da associação possui a mesma organização inicial ou foi alterada? Por que isto aconteceu?
12) Caso tenha sido alterada, quais as alterações ocorridas? Os objetivos propostos por essas alterações surtiram resultados esperados? Quais?
13) Em caso negativo, quais foram os problemas? Já foram propostas outras soluções para sanar estes problemas? Deram resultado? Quais?
14) A associação possui sede própria? Caso negativo pretende possuir?
15) Quais os meios financeiros utilizados para manutenção desta associação?
16) O associado contribui para manutenção da associação? Como é esta contribuição?
17) Os meios existentes garantem a manutenção da associação?
18) Caso a associação não se mantenha, tem algum projeto pra alcançar este objetivo?
19) A associação esta aberta para novos membros?
20) Em caso negativo, por que esta postura da associação?
21) O que é necessário para tornar-se membro dessa associação?
22) O senhor diria que hoje a associação tem procurado novos membros ou os novos membros tem procurado pela associação? Quais os fatores responsáveis por este fato? Este fluxo de procura acontecia antes?
23) Existe alguma divisão ou categorias em relação a tipos de membros (turistas, proprietários, etc)? Como é feita esta separação e porque?
24) Existe alguma divisão em relação ao tipo de atrativo oferecido pelas propriedades? Caso exista, quais são estas categorias e porque a associação fez a opção por essa divisão?
25) O que é turismo rural para a associação?

26) Para o estabelecimento ser associado precisa estar dentro deste conceito? Por que?
27) Existem alguns estabelecimentos associados fora dessa definição? Quantos e quais?
28) Estes estabelecimentos serão obrigados a se adequarem a definição?
29) Como ocorre este processo de adequação?
30) Para tornar-se associado é necessário que exista atividade produtiva primária no estabelecimento? Por que?
31) Existe algumas exigências ou incentivos em relação a preservação ou retomada da atividade primária no estabelecimento?
32) Qual a importância da atividade primária em relação ao turismo rural?
33) E relação a preservação ambiental e a atividade turística, qual o posicionamento da associação?
34) Esta postura é cobrada ou sugerida aos associados? De que maneira isto acontece?
35) Existe algum exemplo de projeto ou programa em funcionamento? Quais e como funcionam?
36) O senhor (a) conhece outras associações de turismo rural?
37) Existe alguma relação (troca de informações, dados, discussão de políticas comuns, parcerias, união para reivindicações coletivas para atividade, etc.) entre esta associação e outras associações de turismo rural?
Existindo relação responda as questões 38 a 41.
38) Que tipo de relação?
39) Como começou?
40) Quem teve a iniciativa?
41) Quais os resultados?
Não existindo relação responda as questões 42 e 43.
42) Qual a razão?
43) A associação pretende realizar algum trabalho neste sentido? Qual? Por que? Sendo negativa Por que?
Segunda Etapa (perguntas da relação entre associação e associado)
44) A associação oferece aos associados algum instrumento de divulgação dos estabelecimentos? Quais são e como funcionam?
45) Existe algum custo por esta divulgação? Qual?
46) A associação fornece cursos e treinamentos sobre a atividade aos associados e aos seus funcionários?
47) Como funciona este trabalho?
48) Quem ministra os cursos e treinamentos?
49) Onde são ministrados?
50) Existe algum custo por esse trabalho? Qual é?
51) A participação é obrigatória?
52) Não sendo obrigatória qual a participação em porcentagem?

53) É possível identificar alguma diferença no retorno financeiro para os proprietários que participam desses cursos? Qual a porcentagem em relação aos demais?
54) Os cursos ministrados possuem como objetivos:
55) A associação viabiliza ou facilita o acesso a recursos financeiros (empréstimos, financiamento, parcerias, sociedades, etc) aos proprietários? Quais os caminhos utilizados pela associação para alcançar este objetivo?
56) Os associados utilizam estes recursos?
57) Em porcentagem qual a estimativa de proprietários que recorrem a estes recursos? Quais os motivos que levam os mesmo a utilizarem isto?
58) Os que utilizam chegam a ter dificuldades para honrar estes compromissos? Quais as razões?
59) A associação vê necessidade de criação de legislação específica para o setor?
60) Se positivo, qual a importância dessa legislação?
61) A associação possui alguma proposta ou projeto para criação dessa legislação? Quais?
62) Caso não veja necessidade de legislação específica, qual o motivo?
63) São oferecidos roteiros turísticos pela associação?
64) Estes roteiros já existiam antes da criação da associação?
65) Os roteiros foram criados pela associação?
66) Quais os objetivos dos roteiros? Estão sendo atingidos?
Terceira Etapa (perguntas da relação da associação com o poder público)
67) A associação realiza pressão junto aos órgãos oficiais pela criação de “leis e regras” ⁵⁸ para garantia e melhorar o setor? Como isto acontece?
68) Quais as principais reivindicações da associação junto ao poder público? Estão sendo atendidas?
69) Além da criação de leis quais outras reivindicações a associação faz junto ao poder público? Esta obtendo resultados? Quais?
70) Em relação a treinamento e cursos o Estado tem participado? De que maneira participa?
71) A associação acredita ser importante esta participação? Por que?
72) Como a associação vê o interesse do Estado na melhoria da infraestrutura das localidades onde estão situados os estabelecimentos de turismo rural cadastrados?
73) Existe interesse?
74) Quais as medidas que estão sendo adotadas?
75) Na questão de financiamento existe alguma linha ou proposta de crédito estatal (municipal, estadual, federal) para atividade? Quais? Como funciona?
76) O Estado tem estimulado a prática desta atividade? De que maneira isto está acontecendo?
77) Se não, o senhor(a) acredita que o Estado deveria estimular? De que maneira?

⁵⁸ Legislação específica para atividade, etc.

78) Como é o relacionamento do Estado com a associação?
79) Existe alguma interferência (através: regras, leis, normas,etc) por parte do Estado na criação ou funcionamento da associação? Quais são e de que maneira isto acontece?
80) Esta interferência é positiva ou negativa? Por que?
81) Pode ser melhorada? Qual a proposta da associação?
Quarta Etapa (perguntas sobre as relações da associação com a iniciativa privada)
82) Como a associação vê a parceria ou possibilidade de parceria com “órgãos ou setores da iniciativa privada” ⁵⁹ ?
83) A associação possui parcerias com algum órgão ou setor da iniciativa privada? Como funciona esta relação?
84) Quais vantagens e desvantagens dessas parcerias?
85) Quais são os direitos e deveres de cada parte (associação e o órgão ou setor da iniciativa privada)?
86) A associação pretende estabelecer ou continuar estabelecendo parcerias com órgãos ou setores da iniciativa privada? Sendo a resposta negativa Por que?
87) A associação busca viabilizar linhas de credito junto ao setor privado para seus associados? De que maneira isto acontece?
Quinta Etapa (perguntas sobre relação entre a associação e a população local)
88) Para associação a população local deve participar na atividade de turismo rural? De que maneira?
89) A associação acredita que esta população esteja participando? Como isto esta acontecendo? Sendo negativa a resposta Por qual razão isto não esta ocorrendo?
90) A associação oferece cursos e treinamentos (guia de turismo, venda, elaboração de embalagens, produção de artesanato, produção de produtos de valor agregado (doces, queijos, embutidos), etc) sobre serviços necessários para esta atividade a população?
91) Este serviço tem despertado o interesse da população? Em números quanto por cento das vagas oferecidas são preenchidas?
92) Quantos por cento representam a participação das mulheres nestes cursos?(porcentagem)
93) A associação acredita ser necessário aumentar a oferta de vagas? Por que? Sendo negativa a resposta Por que?
94) Estes cursos possuem algum custo? Quem arca com estes custos? Por que?
95) Em números qual a porcentagem da mão de obra formada absorvida pelo mercado de trabalho? Dessa porcentagem, qual o numero de mulheres?
96) Em números qual a porcentagem desta mão de obra é absorvida pela localidade? Como o

⁵⁹ Entende-se como órgãos e setores da iniciativa privada, os seguintes: agencias de turismo, agencias de viagem, comercio local, empresas de transporte, entre outras órgãos que possam ser enquadrados como pertencentes a algum setor da iniciativa privada.

senhor analisa este fato?
97) Existem grupos de trabalhos ou cooperativas formadas, por membros da população local?
98) Estes grupos surgiram antes ou depois dos cursos oferecidos pela associação?
99) Alguns membros destes grupos participaram destes cursos?
100) A associação participa destes grupos? De que forma isto acontece?
101) Qual a importância destes grupos ou cooperativas para atividade de turismo rural?
Sexta Etapa (perguntas sobre os associados)
102) Qual distribuição dos estabelecimentos cadastrados em porcentagem?
103) Qual o tipo de estabelecimentos?
104) Quais atrativos rurais são oferecidos pelos estabelecimentos?
105) Quais atrativos naturais são oferecidos nos estabelecimentos?
106) Quais atrativos culturais são oferecidos pelos estabelecimentos?
107) Quais outros atrativos são oferecidos pelos estabelecimentos?
108) Que tipo de mão de obra existe na propriedade?
109) Qual a participação da mulher na atividade?
110) Qual a participação dos filhos na atividade?
111) Como se apresenta a composição da renda familiar total?
112) Em porcentagem quanto representa na renda do estabelecimento a atividade turista e outras atividades derivadas do turismo?
113) Em relação a utilização dos estabelecimentos pelos proprietários?
114) Qual o período que as propriedades recebem os turistas?
Sétima Parte (Perguntas sobre os turistas)
115) Existe alguma pesquisa sobre os turistas que visitam os estabelecimentos?
116) Em porcentagem qual a origem dos turistas que visitam os estabelecimentos cadastrados?
117) Através de que meios de comunicação os turistas ficam sabendo dos estabelecimentos?
118) O que os turistas buscam no turismo rural?
119) Qual o tipo de turista que mais frequenta os estabelecimentos?
120) Qual a faixa de renda desses turistas que procuram os estabelecimentos?
121) Qual o tempo de permanência desses turistas?
122) Qual o período de visitação?